

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

“Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira

Débora Strieder Kreuz

Pelotas, 2015.

**DÉBORA STRIEDER KREUZ**

**“ELAS TÊM UM OUTRO JEITO DE SER, DE RESISTIR”: A NARRATIVA DE  
MULHERES SOBRE O FEMINISMO E A SUA MILITÂNCIA CONTRA A  
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal  
de Pelotas como requisito parcial  
à obtenção do título de Mestre  
em História.

Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Pelotas, 2015.

Dados de Catalogação na Publicação  
Kênia Moreira Bernini – CRB-10/920

K92e Kreuz, Débora Strieder

"Elas têm um outro jeito de ser, de resistir": a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância contra a ditadura civil-militar brasileira / Débora Strieder Kreuz ; orientador : Clarice Gontarski Speranza. – Pelotas, 2015.

140 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, 2015

1. Ditadura civi-militar. 2. Mulheres. 3. Feminismo. 4. Gênero. 5. Memória. I. Speranza, Clarice Gontarski, orient. II. Título.

CDD 321.9  
305.4

Data da defesa: 23/04/2015.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clarice Gontarski Speranza (orientadora)  
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lorena Almeida Gill  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Dedico este trabalho a todas  
aqueelas que tombaram na luta  
contra o arbítrio.

## AGRADECIMENTOS

Ao término desse ciclo que é o mestrado lembramos de muitas pessoas e situações que estiveram presentes ao longo da trajetória e nos fizeram crescer pessoal e profissionalmente. A estes cabe agradecer.

Agradeço inicialmente aos meus pais, Coreti e Altair, por me proporcionarem as oportunidades necessárias para que eu chegassem até aqui. O seu incentivo presente em todas as fases da vida fez com que eu adquirisse a curiosidade pelo conhecimento e almejasse trilhar o caminho para tentar alcançá-lo. Da mesma maneira, a minha irmã Bruna, por todos os momentos compartilhados, bons e ruins, distantes ou próximas, uma amizade de sempre e para sempre. Mesmo que ele ainda não compreenda o mundo acadêmico, agradecer ao mano João é essencial. Os momentos juntos fazem com que eu compreenda o quanto bonita é a vida e que ela não deve ser levada tão a sério assim.

Talvez a maior surpresa do mestrado, para além da pesquisa, foram as amizades construídas. Com certeza esses dois anos foram mais felizes com a presença da Helissa e da Sara. Obrigada por todas as risadas, cervejas, sessões coletivas de terapia e todos os momentos inesquecíveis que passamos juntas. Junto com a Maria Clara, vocês tornaram essa etapa mais leve. Da mesma forma, agradeço a todos os “Adoradores de Yayoi Kusama”.

Este trabalho não seria possível sem as mulheres que aceitaram o convite para falar sobre as suas experiências de vida, sobretudo àquelas que ocorreram durante a ditadura. Muito obrigada Amelinha, Suzana, Nilce, Derlei, Imaculada, Gilse e Leni. Com certeza o meu encontro com cada uma de vocês foi imprescindível para o desenvolvimento do trabalho e fez com que minha esperança na luta cotidiana e na vida se renovasse.

À Clarice, orientadora de trabalho e de vida, que mesmo com os constantes atrasos na entrega dos textos, sempre manteve a calma, de maneira me contagiar também.

Às pessoas que, para além dos muros da academia, mostram que a luta deve ocorrer em todas as frentes. Juntos formamos o Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pelotas e região e tentamos, na medida das nossas forças,

expandir a discussão sobre a temática da ditadura civil-militar. Agradeço especialmente à Alessandra, à Natasha, à Mariluci, à Natiele e ao Renato, por tantos momentos de aprendizagem e descontração que compartilhamos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPel pela acolhida. Da mesma forma, a CAPES pela bolsa, que permitiu a dedicação integral à pesquisa.

À todos e todas que, mesmo aqui não nomeados, participaram desse processo, os meus mais sinceros agradecimentos.

Sólo le pido a Dios  
Que el dolor no me sea indiferente  
Que la reseca muerte no me encuentre  
Vacía y sola sin haber hecho lo suficiente

Sólo le pido a Dios  
Que lo injusto no me sea indiferente  
Que no me abofeteen la otra mejilla  
Después que una garra me arañó esta suerte

Sólo le pido a Dios  
Que la guerra no me sea indiferente  
Es un monstruo grande y pisa fuerte  
Toda la pobre inocencia de la gente  
Es un monstruo grande y pisa fuerte  
Toda la pobre inocencia de la gente

Sólo le pido a Dios  
Que el engaño no me sea indiferente  
Si un traidor puede más que unos cuantos  
Que esos cuantos no lo olviden fácilmente

Sólo le pido a Dios  
Que el futuro no me sea indiferente  
Desahuciado está el que tiene que marchar  
A vivir una cultura diferente

Leon Gieco

## **RESUMO**

KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância contra a ditadura civil-militar brasileira 2015. 139f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A presente dissertação aborda a militância clandestina de mulheres contra ditadura civil-militar brasileira, de maneira a compreender como sua atuação influenciou a formação do movimento feminista nacional. Discutimos, a partir dos conceitos de gênero e memória, os principais aspectos que compõe a sua narrativa sobre o período, enfatizando a percepção sobre o feminismo de Segunda Onda enquanto movimento social que inicialmente se articulava. Da mesma forma, analisamos a importância da militância de tais mulheres para a articulação do movimento feminista nacional. Partindo das proposições elencadas pela História Oral, foram realizadas sete entrevistas com mulheres que lutaram contra a ditadura brasileira, de maneira a investigar como, e se, elementos que constituem o gênero perpassam as suas narrativas. De maneira a complementar a fonte de pesquisa principal foram utilizados alguns documentos e periódicos das organizações clandestinas, de maneira a visualizar se demandas de cunho feminista eram pauta de tais espaços. A partir da análise das fontes percebemos que a participação das mulheres nos grupos de resistência foi de suma importância para que a percepção até então predominante, de que a revolução socialista resolveria os problemas advindos do gênero, fosse deixada de lado, tendo em vista que nas relações entre companheiros de militância, os papéis sociais determinados a homens e mulheres eram, na maioria das vezes, mantidos. Após a dizimação dos grupos de esquerda, muitas militantes passaram a atuar no movimento feminista, de maneira que o mesmo, ainda que de forma tímida, passasse a ser uma nova forma de militância. Percebemos assim uma intrínseca relação entre os rearranjos memoriais sobre o feminismo e suas demandas e a posterior militância ou pesquisas a ele relacionadas. Dessa forma concluímos que a militância contra a ditadura foi fundamental para que o movimento feminista nacional se formasse naquele contexto de cerceamento de liberdades.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Mulheres. Feminismo. Gênero. Memória.

## **ABSTRACT**

KREUZ, Débora Strieder. "Elas têm um outro jeito de ser, de resistir": a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância contra a ditadura civil-militar brasileira. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This dissertation addresses the clandestine militant women against Brazilian civil-military dictatorship, in order to understand how their actions influence the formation of the national women's movement. We discussed, from gender and memory concepts, the main aspects that make up its narrative about the period, emphasizing the perception Second Wave of feminism as a social movement that initially was being articulated. Likewise, we analyzed the importance of the women membership in the articulation of the national women's movement. Based on the propositions listed in the Oral History, we interviewed seven women who fought against the Brazilian dictatorship in order to investigate how and if there are evidences that gender permeate in their narratives. In order to complement the main source of research, we used some documents and periodicals of clandestine organizations from that time to visualize if the feminist slant demands were addressed in those spaces. Analyzing these sources we realized that women's participation in the resistance groups had a huge importance for the perception hitherto prevalent, which the socialist revolution would solve the problems arising from the gender, were left out, considering that in the relations between fellow militants, the social roles determined men and women were, most often, maintained. After the decimation of leftist groups many activists began to act in the feminist movement and timidly creating a new form of militancy. We recognized an intrinsic relationship between the memorials rearrangements on feminism and its demands and the subsequent advocacy or research related to it. Thus, we concluded that the militancy against the dictatorship was essential to form the national women's movement in that context freedom's restriction.

Keywords: Civil-military dictatorship. Women. Feminism. Gender. Memory.

## **LISTA DE SIGLAS**

AI: Ato Institucional.

ABI: Associação Brasileira de Imprensa.

ALN: Aliança Libertadora Nacional.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional.

AP: Ação Popular.

CORRENTE: Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.

FURG: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

JEC: Juventude Estudantil Católica.

JOC: Juventude Operária Católica.

JUC: Juventude Universitária Católica.

M3G: Marx, Mao, Marighella e Guevara.

MCB: Movimento Comunista Revolucionário.

MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário.

MOLIPO: Movimento de Libertação Popular.

MR-26: Movimento Revolucionário 26 de Março.

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

ORM – POLOP Organização Revolucionária Marxista – Política Operária.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PCdoB: Partido Comunista do Brasil.

POC: Partido Operário Comunista.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

PORT: Partido Operário Revolucionário Trotskista.

REDE: Resistência Democrática.

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	12
<b>1 Os anos 1960/70: entre a liberdade e a repressão .....</b>	34
1.1 O surgimento do feminismo de Segunda Onda: mulheres em luta .....	36
1.2 O Brasil em tempos conturbados: a ditadura civil-militar e a repressão .....	41
1.3 Processo de inserção das mulheres na luta contra a ditadura .....	49
1.4 As demandas femininas em documentos das organizações de resistência à ditadura.....	57
<b>2 A militância contra a ditadura .....</b>	65
2.1 A militância diária: atividades, convivência com companheiro(a)s .....	68
2.2 A perseguição pela repressão: sequestro, tortura, prisão .....	82
2.3 Retorno à vida legal .....	95
<b>3 E o feminismo?.....</b>	102
3.1 As militantes e a compreensão sobre o movimento feminista .....	102
3.2 A organização do movimento feminista brasileiro .....	112
3.3 E hoje? .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	126
<b>LISTA DE FONTES .....</b>	130
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	132

## INTRODUÇÃO

Eu me lembro um dia que nós fomos... Estava numa dessas passeatas de enfrentamento com a polícia e conseguimos escapar eu e um companheiro lá de DCE. E na hora que nós conseguimos escapar, a gente exausto, nós procuramos um barzinho, sentamos, pedimos um chopp e tava lá respirando. E ele ficou olhando assim pra mim. E eu falei: "Que cê tá me olhando desse jeito?" Ele disse: "Eu to pensando aqui o seguinte. Você é um ótimo dirigente do DCE. Você é o melhor companheiro de luta que alguém pode querer. Sua coragem, a sua ousadia, sua capacidade, mas você não é mulher. Eu tava pensando aqui se você fosse a única mulher no mundo eu teria de viver sozinho e ficar solteiro, porque homem nenhum pode casar com uma mulher como você." (risos) Eu ouvi isso de um companheiro de luta, voltando de uma passeata. (risos) Você imagina a contradição! (COSENZA, 2014).

Esta declaração, referente a um contexto de cerceamento de liberdades promovido pela ditadura civil-militar<sup>1</sup> nos leva a perceber que, mesmo entre aqueles que lutavam contra as arbitrariedades cometidas pelo governo, seus órgãos e agentes, a situação da mulher ainda permanecia, em alguns pontos, ambígua. Para o companheiro de militância de Gilse, por participar do processo de contestação, ela não seria uma pessoa adequada para o casamento. Depreendemos assim, que para o militante, o espaço da mulher ainda seria aquele relacionado com o espaço privado, de maneira que a política continuava como local de predominância masculina.

Foi a partir da leitura de afirmações como essa, em diferentes obras de memórias, bem como a posterior realização de entrevistas<sup>2</sup>, que surgiu a motivação

<sup>1</sup> Utilizaremos no decorrer do trabalho o termo “ditadura civil-militar” pois, seguindo a perspectiva iniciada por René Dreifuss e constantemente corroborada por pesquisas recentes, a participação de amplos setores da sociedade civil foi fundamental para o desencadeamento do golpe. Quando nos referirmos somente a “ditadura” essa perspectiva também estará presente. Ver: DREIFUSS, 1981.

<sup>2</sup> Sabemos que os termos testemunho, entrevista e depoimento possuem diferentes conotações na História Oral. Assim, optamos pelo uso proposto pela ideia do testemunho, no sentido de que a

para a pesquisa. A isto se somou o fato de que a atual Presidenta da República também participou dos grupos de resistência analisados e compartilhou da experiência de luta contra a ditadura. Assim, partir da observação do contexto em que estavam envolvidos grande parte do mundo ocidental e o Brasil, algumas questões foram suscitando a necessidade do desenvolvimento deste trabalho para melhor compreendê-las.

Enumero estas questões. Primeiro: a partir da década de 1960 novos movimentos de contestação surgiram, tais como o movimento pacifista, hippie e feminista, apenas para citar alguns. Segundo, a partir de 1964 vivenciamos no Brasil uma ditadura civil-militar, que perseguiu, torturou, matou e desapareceu sistematicamente com centenas de seus opositores, como analisaremos de forma mais detalhada no primeiro capítulo.

As intersecções entre os dois momentos bem como a observação preliminar de que muitas das mulheres que militaram nas organizações revolucionárias de combate à ditadura que surgiram naquele contexto passaram posteriormente ao movimento feminista (após a destruição dos grupos opositores) fez com que surgisse a problemática de pesquisa: **Como foi/é a compreensão das militantes da resistência à ditadura civil-militar no Brasil iniciada em 1964 acerca do movimento e das ideias feministas?**

Deste problema principal, derivam outras duas questões essenciais diretamente relacionados à investigação inicial: **Como a memória dessas mulheres sobre a militância incorporou o gênero na narrativa? Como a formação do movimento no país foi influenciada por essas militantes?**

A partir da problematização proposta, alguns esclarecimentos introdutórios são pertinentes. Primeiro, utilizamos a expressão “foi/é” em dois tempos verbais, passado e presente, tendo em vista a fonte principal utilizada na pesquisa, a memória. Esta é articulada a partir do presente daquela que narra, mesmo se referindo a acontecimentos pretéritos. Nas palavras de Marieta Ferreira (2002, p. 321): “A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções

---

narrativa das militantes é focada, centralmente, na ideia da não-repetição das violações de direitos humanos, é uma espécie de “dever de memória” por aquelas que sobreviveram. Utilizaremos os termos entrevista e depoimento apenas como sinônimos. Sobre o dever de memória ver: POLLAK, 1989.

e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.” Partindo dessa premissa, que será detalhada na sequência do texto, bem como no decorrer dos capítulos, optamos pela utilização dos verbos nos dois momentos.

Outro aspecto que merece ser destacado se relaciona com o conceito de resistência, o qual é mencionado no problema. Sabemos que o mesmo possui, na atualidade, uma grande gama de interpretações e hipóteses correlacionadas, especialmente a partir da discussão realizada por Denise Rolleberg (2012; 2014), segundo a qual as organizações revolucionárias, para além da derrubada da ditadura, propunham uma estrutural mudança na sociedade brasileira, cujo próprio sentido da democracia era diferente. Contudo, mesmo com as discussões propostas, entenderemos o conceito de resistência de forma mais genérica, para caracterizar as distintas organizações de esquerda que surgiram no início da década de 1960, sendo a grande maioria de oposição à linha preconizada pelo Partido Comunista Brasileiro, tais como o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, criado ainda antes do golpe, em 1962, a Ação Libertadora Nacional – ALN, dentre várias outras, as quais serão detalhadas no decorrer do primeiro capítulo. Outra questão a ser esclarecida se relaciona com a ideia das micro-resistências, ou seja, aquelas ações praticadas individualmente por indivíduos que não concordavam com a arbitrariedade, mas que não se relacionavam a atuação orgânica em organizações clandestinas (ALMEIDA; WEIS, 1998).

Inicialmente é preciso mencionar que o conhecimento acerca da existência do movimento feminista é compartilhado pelas militantes entrevistadas, as quais serão apresentadas na sequência, mas as representações semânticas dadas àquele momento, ou seja, a significação e importância do mesmo foram extremamente variáveis, mesmo que algumas delas passaram a nele atuar no mesmo período (CANDAU, 2012, p.39).

Com tais questionamentos, pesquisa, análise das fontes e suas posteriores conclusões, pretende-se, a partir das premissas propostas pelos conceitos de memória e gênero, compreender e contribuir para a discussão historiográfica sobre a participação das mulheres nesses movimentos de combate à ditadura, suas experiências, a forma como se deu a sua militância, bem como a maneira em que foi

formado o movimento feminista nacional, compreendendo-o enquanto um dos frutos da maior participação política das mulheres a partir das décadas de 1960 e 1970.

Nesse sentido, muitos trabalhos exploram a temática da participação das mulheres na resistência à ditadura e, na sua imensa maioria, concluem que tal experiência foi fundamental para a posterior participação das mesmas em grupos feministas. Contudo, na sua maioria, não analisam a maneira como a memória das militantes é permeada pelo gênero.

Uma das primeiras obras que trabalha em específico com mulheres militantes a partir dos seus testemunhos, foi publicada ainda no período ditatorial, em Portugal, versando sobre a experiência do exílio entre mulheres<sup>3</sup>. Possui o título de *Memórias das mulheres do exílio*, tendo entre uma das compiladoras, Albertina de Oliveira Costa. A autora justifica a obra já na apresentação, tendo em vista que, na primeira coletânea de memórias, *Memórias do Exílio*, poucos depoimentos de mulheres apareceram: “[...] buscamos a nossa vivência como mulheres no terreno onde o subjetivo e o objetivo se entrelaçam: o das emoções e o da história pessoal concreta, das mudanças cotidianas e nem por isso menores, nem por isso menos históricas.” (COSTA; et al., 1980, p. 17). São priorizados, no decorrer das entrevistas, os momentos de formação pessoal das depoentes, militância, prisão e o exílio, quando estes ocorreram, pois muitas das narradoras se exilararam voluntariamente ou eram filhas de exilados, de maneira que não possuíam uma militância orgânica nas organizações revolucionárias.

Em 1991 Marcelo Ridenti, foi se não o primeiro, um dos primeiros homens a se debruçar sobre a temática. O sociólogo publicou na ocasião o importante texto *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*, no qual faz uma análise quantitativa, baseada nos processos judiciais que chegaram ao Superior Tribunal Militar, da participação feminina nas diferentes organizações de resistência. O autor conclui que tal participação foi responsável por romper um duplo paradigma: do espaço da mulher como restrito ao âmbito privado, bem como o de sua inserção na discussão política (RIDENTI, 1991).

Em 1996, uma das primeiras obras de cunho acadêmico que versa sobre a temática foi publicada: *Mulheres, militância e memória*, da antropóloga Elizabeth F.

---

<sup>3</sup> Utilizaremos algumas das narrativas presentes na obra como fonte para este trabalho.

Xavier Ferreira. A obra analisa, a partir de depoimentos, como se deu a militância de cerca de uma dezena de mulheres que atuaram em organizações de luta armada contra a ditadura e que acabaram sendo presas (FERREIRA, 1996).

Em 1997, utilizando os conceitos de gênero, a partir de Joan Scott, e poder, de Michel Foucault, Ana Maria Colling publicou sua dissertação - *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. A obra analisa depoimentos de mulheres e homens militantes, tentando compreender como ambos viam a inserção das mesmas na resistência. A partir de fichas do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, do Rio Grande do Sul, e também de depoimentos, complementa a análise a partir da tentativa de compreensão de como as mulheres foram vistas pelo aparato repressivo (COLLING, 1997).

No ano seguinte foi publicada a obra *Mulheres que foram à luta armada*, do jornalista Luiz Maklouf de Carvalho. Também a partir de depoimentos de militantes da luta armada, o autor reconstrói a militância de dezenas de mulheres. A obra enfoca, sobretudo, as ações práticas das organizações, de maneira a evidenciar a participação feminina. Contudo, não problematiza os conceitos e a metodologia utilizados. Mesmo assim, é uma importante fonte para a divulgação e também de pesquisa acerca das atividades desempenhadas pelas mulheres na militância (CARVALHO, 1998).

A partir dos anos 2000, inúmeras pesquisas passaram a ter como preocupação a atuação feminina no combate à ditadura. O conceito de gênero passou a ser utilizado de forma mais frequente, partindo para a análise da significação das relações entre companheiros/companheiras de militância e a repressão peculiar às presas políticas. A questão do surgimento do movimento feminista a partir de tais experiências passou a ser aos poucos abordada, especialmente pelas historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

Duas obras publicadas versam sobre tais problemáticas, utilizando também a perspectiva da História Comparada, enfocando a construção e militância feminista em países do Cone Sul, os quais passaram por ditaduras civis-militares em parte concomitantes com o Brasil. São elas *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul* (PEDRO; WOLFF, 2010) e *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul* (PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011). Ambas as obras são coletâneas de

artigos, os quais analisam desde os diversos periódicos feministas dos períodos ditatoriais até questões relacionadas à representação dos feminismos nas peças teatrais contestadoras.

Várias outras publicações versam sobre a temática, na sua grande maioria, sobre a situação das mulheres enquanto militantes. Para citar apenas duas recentes: *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”* (ROSA, 2013), que analisa, a partir conceitos filosóficos, a trajetória de três ex-militantes, focando nos sentimentos que permeavam as ações e como as mesmas conseguiram superar o trauma das situações-limite, e também o livro *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar* (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2012), o qual versa, a partir de depoimentos, sobre aspectos gerais relacionados à militância feminina.

Também se faz importante mencionar a obra *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*, escrita por duas ex-militantes e com componentes memorialísticos: Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite. Ambas as autoras se preocupam em problematizar as experiências da guerrilha como fatores para a construção do movimento feminista nacional, especialmente a partir da publicação de periódicos de cunho feminista (TELES; LEITE, 2013).

As obras até aqui citadas foram de elementar importância para a compreensão da participação de mulheres na resistência à ditadura. Contudo, exceto os escritos de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, não analisaram a maneira como as militantes entenderam e se apropriaram, quando houve tal apropriação, das demandas que o movimento feminista a nível internacional discutia, bem como o seu desenvolvimento em território pátrio ocorria, justamente o aspecto no do qual nossa pesquisa pretende contribuir.

Outros textos e reflexões foram de suma relevância para a maturação do trabalho, a saber: *Uma história do feminismo no Brasil* (PINTO, 2003); *Breve história do feminismo no Brasil* (TELES, 1999) e a obra *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (SOIHET, 2013). As três obras citadas, cada uma com suas peculiaridades, fazem um percurso histórico do movimento no Brasil, com seus constantes recuos e avanços. Já o trabalho de

Natália Pietra Méndez (2008), *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960* foi importante para a compreensão de que as demandas levantadas pelo movimento feminista nos anos 1960/70 já eram objeto de discussão, mesmo que o mesmo ainda não estivesse plenamente organizado, de maneira a repercutir amplamente na sociedade, destoando da interpretação proposta em alguns momentos de que a luta política objetivava exclusivamente a derrubada do regime ditatorial.

Faz-se importante salientar que a delimitação temporal proposta para a pesquisa se relaciona aos anos finais da década de 1960 e iniciais da de 1970, tendo em vista que esse foi o período da militância mais efetiva, ou seja, do golpe civil-militar até a dizimação completa dos grupos pelo aparato repressivo. No entanto, o trabalho historiográfico que se utiliza precipuamente da memória enquanto fonte não deve possuir uma delimitação temporal rígida, pois esta extrapola qualquer tentativa de delimitação, flutuando entre experiências passadas e presentes. Embora se relacionem, em sua maior parte, a acontecimentos ocorridos neste intervalo, os depoimentos colhidos e sua análise por nós estabelecem uma conexão direta com o presente – já expresso na definição da utilização dos tempos verbais “foi/é” na problemática de pesquisa.

\*\*\*\*\*

Como já mencionado na apresentação do problema de pesquisa, a fonte principal é a memória das mulheres que militaram em grupos de resistência à ditadura civil-militar. Para termos acesso à fonte utilizamos a metodologia proposta pela História Oral. Dessa maneira, nosso objetivo principal é analisar como a memória das militantes sobre o feminismo foi/é constituída e a forma como o gênero perpassa suas narrativas sobre a ditadura brasileira. Assim, é importante fazermos as primeiras considerações teóricas sobre o tema, mas que serão constantemente densificadas no decorrer do texto.

A primeira categoria analítica que desejamos problematizar mais detidamente é o de gênero. Para tanto, optamos por utilizar autoras que o analisem a partir da perspectiva histórica. Não queremos com isso excluir as contribuições

provenientes de outros campos epistemológicos, mas sim, privilegiar o debate sobre o seu uso na historiografia, o qual, como veremos, é recente.

O campo de estudos da História das Mulheres teve maior propulsão a partir da década de 1970, a partir de discussões sobre o feminismo e necessidade de inserção do sujeito mulher na História, em contraposição ao sujeito masculino, universal (RAGO, 1998, p.90). Portanto, é fundamental pensarmos as estreitas ligações entre o movimento feminista dos anos 1960/70 com a utilização de novos conceitos históricos, sobretudo no que concerne à emergente História das Mulheres. Rachel Soihet e Joana Pedro (2007, p. 283) discorrem sobre a recente abertura do campo historiográfico para essa nova perspectiva:

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tarde apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’.

Inicialmente foi utilizada a categoria “mulher”. Contudo, esta passou a enfrentar severas críticas, em virtude da sua tentativa de uniformização do sujeito mulher. Afinal, existem mulheres brancas, negras, pardas, índias, dentre várias outras possibilidades de diferenciação. Devido a isso, a categoria foi, aos poucos, ampliada para “mulheres”. Nas palavras de Joan Scott (1992, p. 83): “[...] a categoria ‘mulheres’ assumiu uma existência como entidade social separada de seu relacionamento conceitual historicamente situado com a categoria ‘homens’”. Mesmo com todas as tentativas de buscar a especificidade da sua situação, o objetivo dos trabalhos era compreender: “[...] o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus.” (PEDRO, 2005, p.83). Dessa forma, o objetivo principal era analisar os motivos da opressão, a forma como os mesmos são presentes em diferentes sociedades nos mais variados momentos históricos, com as leituras de mundo supostamente peculiares às mulheres. Scott conclui:

A emergência da história das mulheres ficou tão entrelaçada com a emergência da categoria “mulheres” como uma identidade política, e esta foi acompanhada por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina (SCOTT, 1992, p.84).

Contudo, a reflexão posterior sobre a utilização das categorias mulher e/ou mulheres não problematizava suficientemente os distintos aspectos que as/os historiadoras/es das mulheres desejavam abranger. Deve-se fazer a ressalva que, num primeiro momento, a reivindicação acerca de um campo historiográfico específico para a História das Mulheres foi fundamental para a sua visibilidade. É nesse contexto, em meados dos anos 1980 que se passa a utilizar a categoria analítica *gênero* na narrativa histórica. Um dos textos mais citados e analisados na produção sobre o tema é o de autoria de Joan Scott (1995) – “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, no qual a autora faz uma série de considerações iniciais sobre o tema. Num primeiro momento ela justifica o porquê da utilização da categoria, em detrimento de outras, como mulher ou mulheres:

O termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1995).

Ou seja, fazia-se imprescindível uma categoria relacional, de forma a abranger o mundo masculino e feminino e não apenas uma distinção binária, utilizando apenas mulher e/ou mulheres. Margareth Rago menciona que era necessária uma categoria que analisasse as especificidades das experiências:

A categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo. [...] Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente (RAGO, 1998, p. 92-3).

Assim, a utilização do termo no momento da sua reivindicação possuiria um sentido de diferenciação entre o biológico e o cultural, de maneira que o foco das pesquisas passasse a ser relacional e não o antagonismo entre “homens” e “mulheres”. O conceito de gênero, muito citado até o presente, é de autoria da mesma Joan Scott, que reproduzimos:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. (SCOTT, 1995, p. 86).

Para a autora, e no trabalho compartilharemos de tal compreensão, o gênero se relaciona com a forma em que as diferenças são culturalmente percebidas e produzidas, de forma que se esperam ações e práticas do ser feminino e/ou masculino. Assim, não podemos pensar o feminino sem relacioná-lo com o masculino e vice-versa. E são essas interfaces e relações que buscaremos na narrativa das militantes. Nas palavras de Soihet e Pedro:

[...] ‘gênero’ dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, [...]” (SOIHET; PEDRO, 2005, p. 288).

É importante frisarmos que a utilização das categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero” não foi linear, como se uma etapa fosse avançada em detrimento de outra. Joana Pedro (2011, p. 272) reflete acerca da incorporação das categorias, utilizadas especialmente nos Estados Unidos e alguns países da Europa, como a França, pela historiografia brasileira. No caso nacional e latino-americano, muitas vezes as categorias foram e continuam a ser usadas concomitantemente.

Sabemos da crítica que o uso do conceito sofre, especialmente a partir das considerações de Thomas Laqueur (2001), para o qual o gênero seria constitutivo do sexo e sobre a teoria performática da filósofa Judith Butler (2003), a qual acredita que o sexo é uma categoria discursiva, e questiona o gênero enquanto a interpretação, a partir da cultura, do sexo. Contudo, o movimento feminista, de modo geral, critica tal posicionamento, em virtude da sua possível despolitização (SOIHET; PEDRO, 2008, p.294). Também podemos pensar, como sugere Joana Pedro que, por ter vindo do “norte”, a categoria deveria se adequar a realidade do “sul” e por

isso o constante uso do termo “mulher”, não como essencialidade, mas como posicionamento político e reivindicatório (PEDRO, 2011, p.276).

Acredita-se, contudo, que para os objetivos do presente trabalho, a utilização do conceito, tal como exposto anteriormente é válida e, quando utilizarmos o termo “mulher” ou “mulheres” sempre estaremos pensando a partir da construção cultural de papéis pré-determinados e não em caracteres essencialistas ou identidades performáticas.

\*\*\*\*\*

Como já mencionamos, queremos analisar a memória das militantes. Tal faculdade, que podemos caracterizar como o ato de lembrar, é inerente à espécie humana. Contudo, no momento da rememoração, o que se lembra não é o “fato puro”, na sua essência, mas sim, já permeado pelas vivências individuais e coletivas daquele que lembra. Por isso, entenderemos a memória de acordo com Joël Candau: “Através da memória o indivíduo capta e comprehende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.” (CANDAU, 2012, p.61). Assim, perceberemos a lembrança como um aspecto que se forma constantemente, a partir da individualidade daquela que profere a narrativa memorialística. Por isso, ao apresentarmos as entrevistadas, não nos focamos apenas na descrição do que foram, mas também, o que fazem e quais suas perspectivas atuais e anteriores aos próprios acontecimentos narrados. Michael Pollak igualmente adverte em tal sentido:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p.203).

A pesquisadora Verena Alberti também faz considerações de grande valia para a compreensão da problemática elencada e sobre o tratamento do testemunho. Para a autora o passado só nos é transmitido através da forma em que o sujeito que relata o concebe (ALBERTI, 2004, p.60). Ou seja, a mediação dos fatos passados e a forma da sua narrativa será aquela preferida por quem a pronuncia. Assim, cabe

mencionar que a memória é uma espécie de arquivo provocado. Aquela que irá testemunhar fará escolhas sobre o que irá falar e a melhor forma de se expressar.

De forma breve e sucinta podemos afirmar, de acordo com os três autores até aqui mencionados, que a memória se estrutura conforme a vivência do indivíduo, mas é influenciada pelo meio social no qual o mesmo está, de forma que a narrativa alcance um sentido, ao menos para o indivíduo que a profere. Candaú ainda menciona os três tempos estruturantes da narrativa a partir da memória – passado, presente e futuro:

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2012, p.60).

Assim, o cuidado metodológico de análise dos testemunhos, deverá ser focado não apenas para o que a narradora profere acerca do passado, mas sim, qual a sua vivência atual e quais perspectivas se encontram na sua fala voltada para o futuro. Candaú também apresenta importante contribuição no que se refere a estruturação da narrativa:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.(CANDAU, 2012, p.16).

No seu livro de memórias, a militante Catarina Meloni faz uma reflexão acerca do quanto necessária é a narrativa memorialística, tanto para a compreensão do passado quanto do presente, bem como das mais diversas experiências humanas. Por isso o fascínio que exerce:

Ligando-nos a nós mesmos e ao nosso contexto social, a memória nos abre as portas para compreender o tempo e o espaço em que vivemos. A memória é a palavra arquivada. Quando é solta, pode promover a libertação e permitir compreender momentos essenciais das vivências humanas. (MELONI, 2009, p.128).

Outro aspecto a ser inicialmente problematizado se relaciona com a narrativa do trauma que muitas militantes sofreram ao serem sequestradas e posteriormente torturadas pelo aparato repressivo. Dominick LaCapra (2005, p.16) propõe: “El trauma y sus secuelas sintomáticas plantean problemas acuciantes para la representación y la comprensión de la historia.”. Assim sendo, é importante mencionarmos que, das sete entrevistadas, (as quais serão apresentadas na sequência), cinco passaram pelo horror da tortura e de abusos das mais variadas formas. Portanto, o trauma é presente. A narrativa dos fatos se torna dolorosa, mas nem por isso deve ser menos criticada no trabalho historiográfico. Alessandro Portelli faz o alerta:

É exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política. As narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não só podem, como devem ser entendidas criticamente. (PORTELLI, 2006, p.108).

De forma organizada e sucinta podemos afirmar que o trauma causado pela violência estatal, apesar da empatia que criamos com aquelas que nos fornecem seu testemunho, deve ser objeto de reflexão e crítica. A pesquisadora Dora Schwarzstein também menciona o cuidado no tratamento das fontes, especialmente as traumáticas: “[...], no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporarla plenamente a la narrativa histórica.” (SCHWARZSTEIN, 2001, p. 79).

Contudo, é importante que se mencione: o período da militância contra a ditadura não é apenas lembrado como traumático. As atividades desempenhadas no dia a dia, as lutas, os sonhos, são rememorados de uma maneira muitas vezes nostálgica. Podemos, a partir dos testemunhos colhidos, caracterizar alguns desses momentos:

- 1) o primeiro deles se relaciona com o início da participação política, os desafios enfrentados, as atitudes, muitas vezes simples, de enganar a repressão;
- 2) o segundo se caracteriza pelo acirramento das perseguições, mortes e tortura, quando a maioria (no caso da pesquisa seis das militantes) passaram ao estado clandestino, trocando de identidade e refazendo as estratégias de luta;

3) o terceiro e mais difícil, onde a questão do trauma se coloca, é o momento do sequestro e tortura, quando muitos dos planos para o futuro são destruídos;

4) e um quarto momento é o do retorno ao mundo legal, seja pela retomada da verdadeira identidade, o exílio ou a própria anistia. Esse momento ocorre em momentos bem distintos para cada entrevistada, como problematizaremos no segundo capítulo, destinado a análise aqui brevemente apresentada.

Feitas as primeiras considerações teóricas sobre a fonte memória em si, as quais serão aprofundadas no decorrer do trabalho, apresentaremos agora a metodologia utilizada para a realização das entrevistas e aquelas que narraram suas experiências. Foram realizados sete encontros com mulheres diferentes, ocorridos entre 2012, (durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC), e 2014 (já no contexto de aprofundamento das reflexões e investigação para a dissertação).

Segundo os parâmetros propostos por Meihy e Holanda (1996, p.51) a comunidade de destino se relaciona, como já mencionamos, com as mulheres que militaram em organizações clandestinas de combate à ditadura civil-militar brasileira. Já a rede de testemunhas foi formada a partir dos contatos iniciados, a partir da primeira orientação da professora Alessandra Gasparotto (ainda na graduação) e de organizações por memória, verdade e justiça, especialmente a Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça<sup>4</sup>. Como mencionam Meihy e Holanda (1996, p.54): “A rede deve ser sempre plural – idealmente várias -, porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou olhares diferentes que justificam comportamentos variados dentro de um mesmo plano.”.

Nesse momento devemos fazer a ressalva de que o grupo em tela, especificadamente a rede, não é tão numeroso quanto o que pontuam os autores, embora a diversidade de relatos seja presente e será problematizada no momento oportuno. Na sequência, quando apresentarmos individualmente cada militante, falaremos da maneira como conseguimos e como ocorreu o contato. Optamos, em virtude dos questionamentos postos, bem como do tempo disponibilizado pelas

---

<sup>4</sup> A Rede foi criada em 2013, a partir das dezenas de fóruns, coletivos, comitês que se formaram por todo o país a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade. Busca, dentre tantos outros objetivos, a ampla divulgação das temáticas referentes ao período ditatorial. Por fazer parte da mesma, alcançar as militantes não se tornou uma tarefa tão árdua.

militantes, a realização de entrevistas temáticas, cujas perguntas versaram, quase que exclusivamente, sobre o seu período de militância e concepções sobre o movimento feminista. Contudo, é necessário deixar claro que sua trajetória familiar, estudantil, primeiros contatos com a política, bem como sua trajetória posterior ao término da ditadura foram objeto de questionamentos, para que conseguíssemos traçar um panorama mais amplo da vida das testemunhas. Cabe ainda mencionar que discordamos de Meihy e Holanda (1996, p.39) quando estes afirmam que quando da utilização da proposta da história oral temática, a subjetividade das narradoras fica limitada, pois, a partir do momento em que optamos por esse método de análise, a partir das narrativas dos sujeitos envolvidos no processo histórico a subjetividade das mesmas ficará evidente. Pensamos, de acordo com Schmidt que o fenômeno subjetivo não é a-histórico, portanto não passível de análise, mas sim:

[...] podemos pensar em explorar a subjetividade do depoente, aquilo que existe no sujeito, que se passa no espírito de uma pessoa, que lhe é particular, que o singulariza; [...] Resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, aquele que “possui” uma determinada subjetividade. (SCHMIDT, 2012, p.87).

Assim, partiremos do pressuposto que as entrevistas temáticas são representativas da subjetividade, da mesma maneira em que a narrativa produz o fenômeno subjetivo, a partir do encontro entre a “testemunha” e a “pesquisadora” (SCHMIDT, 2012, p.90). Também devemos pensar sobre a “ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu, para quem o relato autobiográfico é feito a partir da seleção de alguns fatos e momentos escolhidos pelo narrador de maneira a dar sentido à narrativa (BOURDIEU, 2006, p.185). Pressupomos que uma análise não exclui a outra, pois ao dar inteligibilidade à narrativa, a testemunha expressa sua subjetividade, esta sendo histórica e permeada pelas vivências individuais.

Para tanto, de forma a preservar as peculiaridades de fala de cada narradora, optou-se pelo uso do discurso coloquial, como ocorreu na narrativa. É importante ressaltar que após a transcrição, as entrevistas foram reenviadas para as militantes, de forma que as mesmas pudessem fazer as alterações que julgassem necessárias. Contudo, ressaltamos que apenas uma das entrevistadas retornou o texto com sugestões.

Em relação aos aspectos técnicos dos encontros, a média temporal de duração de cada um girou em torno de uma hora, sendo que alguns perduraram por mais tempo, outros menos, conforme a disponibilidade das testemunhas. Todas as entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em locais determinados pelas mulheres, na grande maioria sua casa ou, em alguns casos, o local de trabalho.

O primeiro deles ocorreu com a militante Maria Amélia de Almeida Teles, no município de Passo Fundo, RS, em 20 de abril de 2012. O dia estava nublado e a temperatura amena. Encontrei-me com Amelinha, como será chamada daqui por diante, no saguão do hotel em que se hospedou, pois estava naquela cidade para a participação em um evento sobre direitos humanos, oferecendo também um mini-curso para mulheres. Enviei-lhe um email, a partir de contato pela internet e, poucas horas depois, obtive a resposta positiva.

Amelinha iniciou sua militância muito cedo, já no início da década de 1960 a partir do PCB de Minas Gerais, passando a integrar posteriormente o PCdoB. Atuava na imprensa clandestina do partido em São Paulo quando em 1972 foi presa e barbaramente torturada com seu companheiro e seus dois filhos de 4 e 5 anos. Após a saída da prisão passou a participar da imprensa feminista, movimento no qual milita até hoje. Atualmente é um dos principais nomes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, compõe a assessoria da Comissão da Verdade Rubens Paiva do Estado de São Paulo e continua sua militância feminista.

O segundo encontro ocorreu com Suzana Keniger Lisboa em uma sala de reuniões da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, no dia 11 de maio de 2012. Também esteve presente a professora Alessandra Gasparotto, na época, orientadora do TCC. O dia estava chegando ao fim e uma chuva fina caia.

Em 1967 Suzana iniciou sua militância no movimento secundarista do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o Julinho, em Porto Alegre. Quando seu companheiro, Luiz Eurico Tejera Lisboa, foi expulso da escola pela tentativa de reabertura do grêmio estudantil, os dois entraram para a clandestinidade, já atuando

pela ALN. Em 1972 Luiz Eurico foi assassinado pelos agentes da repressão. Seus restos foram encontrados somente em 1979, pelo constante esforço de busca e denúncia de Suzana. Desde então ela se dedica à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, cobrando do estado brasileiro o paradeiro dos desaparecidos políticos e a punição daqueles que perpetraram violações aos direitos humanos.

O encontro seguinte ocorreu com a ex-militante da AP, Nilce Azevedo Cardoso, no seu consultório, em 6 de junho de 2012, também no município de Porto Alegre. O dia estava ensolarado e muito frio. Nilce é muito comunicativa e sua narrativa flui naturalmente. Esse aspecto, relacionado com o “enquadramento da memória”, mencionado por Michel Pollak, será analisado mais adiante, mas é presente em vários dos testemunhos.

Nilce é paulista e iniciou sua militância no movimento estudantil universitário em 1964, passando posteriormente à atuação na AP. Logo após o término do curso superior entrou para a clandestinidade e passou a viver entre operários no Rio Grande do Sul. Em 1972 foi presa e violentamente torturada, de maneira que as sequelas físicas permanecem até hoje. Após ser libertada, passou a militar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dando aulas para mulheres. Já em 1979 participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual milita até a atualidade. Também atua como psicopedagoga, auxiliando vítimas de traumas, na formação de movimentos de mulheres e na divulgação dos crimes cometidos pelo Estado na ditadura.

Já no contexto da pesquisa para a dissertação, a quarta entrevista foi realizada com Derlei Catarina de Luca, no dia 18 de setembro de 2014, no município de Florianópolis, SC, num dia nublado e de temperatura amena. Encontramo-nos no seu local de trabalho, na Assembleia Legislativa daquele estado, num ambiente repleto de pessoas trabalhando e falando ininterruptamente. De todos os encontros, este foi o mais rápido, durando 25 minutos. Derlei, assim como Nilce, possui uma narrativa pré-definida, enquadrada. Sua obra autobiográfica (LUCA, 2002), também utilizada na pesquisa, foi de grande valia para melhor compreendermos a sua trajetória.

Catarinense de Içara, iniciou a militância na AP a partir do movimento estudantil universitário. Em 1968 passou à clandestinidade e suas funções se resumiam ao trabalho interno na organização. Foi presa e torturada. Em 1973 saiu do Brasil e ficou até 1979 exilada em Cuba. Atualmente trabalha na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e atua em organizações de defesa dos direitos humanos, especialmente aquelas relacionadas com a pauta sobre memória, verdade e justiça. Atualmente, é uma das coordenadoras da Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça.

No dia 19 de março de 2014, no município de Belo Horizonte, MG, entrevistei Imaculada Conceição de Oliveira. Era um dia de sol e calor e fui recebida na sua residência. Apesar de falar quase que ininterruptamente por mais de uma hora, Imaculada não permitiu que sua narrativa fosse gravada. Eu deveria só fazer anotações. E foi assim que ocorreu. Saindo da sua casa, imediatamente fiz o diário de campo mais completo possível. Por isso, é importante salientar que quando da análise do seu testemunho, as informações serão baseadas na memória da pesquisadora, exceto quando devidamente demonstradas com os meios gráficos (“”) adequados.

Imaculada nasceu no interior de Minas Gerais, sendo que em virtude de questões financeiras, a família migrou até Belo Horizonte, onde com 15 anos iniciou a vida laboral em uma fábrica metalúrgica. A partir daí começou sua militância na organização clandestina Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE). Em 1970 foi presa e torturada, inclusive sofrendo um aborto. No mesmo ano integrou o grupo de 70 presos políticos trocados após o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. Seguiu para o Chile e depois Cuba, onde estudou Medicina e passou a integrar a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no setor de mulheres sindicalistas. Retornou para o Brasil em 1987. Atualmente se dedica a cuidados com membros da família. Fato importante a destacar ainda se relaciona com a presença de um sobrinho seu em parte da entrevista, momentos nos quais se percebeu que Imaculada “ficava mais contida”. Contudo, no momento em que houve a nossa despedida, ela acompanhou-me até o elevador, explicando que seu sobrinho possuía alguns distúrbios psiquiátricos em virtude da tortura que sua mãe

sofreu quando presa. Por isso, na sua presença, alguns assuntos relativos ao período eram evitados.

Ainda em Belo Horizonte, no dia 20 de março de 2014, ocorreu o contato com Gilse Maria Westin Cosenza, cuja declaração serve de epígrafe a esta introdução. O dia estava chegando ao fim e uma brisa entrava pela janela da sala do seu apartamento, no centro da cidade.

Nascida no interior do estado de Minas Gerais, vinda de família de classe média, já na adolescência Gilse foi para a capital do estado estudar e ali teve os primeiros contatos com o movimento estudantil. Depois, já no curso de Serviço Social, passou a integrar a AP. Após o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, entrou para a clandestinidade com seu companheiro, passando a viver no interior do estado. Poucos dias após dar à luz à sua primeira filha foi presa e torturada, inclusive com ameaças à recém-nascida. Saiu da prisão e passou a morar no interior de São Paulo e posteriormente em Fortaleza, CE, até a anistia. Começou a militar também no movimento de mulheres do PCdoB, o qual estava saindo da clandestinidade. Atualmente, dedica-se a cuidados com sua saúde, embora ainda participe de atividades políticas, especialmente no tocante ao direito à memória, verdade e justiça.

A última entrevista ocorreu em Pelotas, RS, no dia 30 de setembro de 2014. Fui recebida por Leni Beatriz Correia Colares na sua residência no final de uma tarde chuvosa. Leni entrou em contato com a política a partir do movimento estudantil secundarista, aprofundado quando da entrada na UFRGS, passando a militar na AP. Embora não tenha sido presa, ela e o companheiro decidiram ficar no interior do estado, no município de Bagé, por cerca de um ano, até que a repressão amainasse. Participou da organização do PMDB no início dos anos 1980. Atualmente, Leni é professora de Sociologia da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde pesquisa questões relativas às peculiaridades do encarceramento feminino.

Também é importante mencionarmos que foram utilizadas algumas entrevistas já publicadas, especialmente as contidas na obra *Memórias das mulheres do exílio* (1980) bem como obras de memória, sobretudo às de autoria de Derlei Catarina de Luca, *No corpo e na alma* (2002) e de Catarina Meloni, 1968: O

*Tempo das Escolhas* (2008). Faz-se necessário frisar que as autoras das coletâneas de depoimentos, fizeram previamente um processo de escolha acerca do que seria publicado, a maneira com que as narrativas seriam dispostas nas obras, dentre inúmeros outros aspectos, que foram observados no momento da análise. Em relação às obras autobiográficas, as observações também são pertinentes, tendo em vista a seleção da memória das mulheres, bem como a opção pelo que haveria de ser publicado, ou não.

De forma complementar, sobretudo no primeiro capítulo, utilizamo-nos de dois outros tipos de fontes para a pesquisa: alguns dos documentos de ordem organizacional das organizações de combate à ditadura (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006) e o jornal *A Classe Operária*<sup>5</sup>, editado clandestinamente pelo PCdoB, sendo os editores Amelinha e seu companheiro, Cesar Teles. A finalidade do uso dos mesmos é exemplificativa, pois, ao analisarmos os documentos dos grupos, buscamos verificar se algumas demandas relativas especificadamente às mulheres estavam presentes e no jornal, se algum tipo de referência à luta feminina esteve presente. Como são fontes complementares, optamos por fazer a discussão teórica sobre as mesmas apenas no momento em que serão mencionadas.

Por ora é ainda importante ressaltarmos que o uso da História Oral aqui apresentado tem um objetivo claramente político e engajado. Compartilhando da ideia de Verena Alberti: “É preciso saber o que se passou para evitar uma repetição do mal e garantir um futuro democrático. [...] É preciso lembrar para que o horror não se repita – eis o sentido de uma história oral claramente engajada por um futuro democrático.” (ALBERTI, 2006, p. 50). Ou seja, acreditamos que o conhecimento acerca do passado ditatorial brasileiro, suas especificidades e o desenrolar dos movimentos, no caso da pesquisa feminista, são fundamentais para uma sociedade que deseja aprofundar o processo democrático e não deixar que as arbitrariedades se repitam.

\*\*\*\*\*

---

<sup>5</sup> Os jornais estão disponíveis para consulta e download no site <[http://grabois.org.br/beta/cdm/revistas.capa.php?id\\_sessao=51&id\\_aba=3](http://grabois.org.br/beta/cdm/revistas.capa.php?id_sessao=51&id_aba=3)>. O período de análise corresponde ao intervalo entre os anos de 1967 a 1975.

O trabalho está dividido em três capítulos. Optou-se por aprofundar a reflexão teórico-metodológica em conjunto com o desenvolvimento da análise do objeto, no decorrer de todo o trabalho, promovendo um diálogo constante entre as evidências e a teoria, pois, como afirma E. P. Thompson (1981, p.49): “O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre o conceito e a evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e pesquisa empírica, de outro.”. Evitamos, assim, isolar a discussão teórica em capítulo à parte e conferir mais organicidade à apresentação dos resultados da pesquisa, tendo em vista a inevitabilidade da constante reflexão acerca do objeto da pesquisa e a teoria relacionada.

O primeiro capítulo versa sobre o contexto histórico geral no qual se insere o trabalho: a situação nacional brasileira cuja conjuntura repressiva existente a partir do golpe de 1964 fez com que surgissem inúmeras organizações clandestinas de oposição, compostas por homens e mulheres. Analisa-se brevemente o surgimento do novo feminismo, diferindo do movimento sufragista de fins do século XIX e início do século XX de maneira a compreender quais eram as suas principais reivindicações. Na sequência analisaremos como ocorreu a inserção das militantes em tais grupos, bem como suas experiências nesse sentido, utilizando exemplificativamente os documentos dos grupos de oposição e o jornal mencionado anteriormente.

No segundo capítulo, utilizando-nos especialmente da perspectiva que a categoria gênero propõe, ou seja, o suposto binômio entre aquilo que é esperado socialmente sobre o masculino e feminino, analisaremos a militância das mulheres nas organizações, a clandestinidade, as tarefas desempenhadas, o processo de prisão, tortura e exílio, quando estes ocorreram, bem como o retorno à vida legal. Dessa maneira, as relações entre os/as companheiros/as de militância serão constantemente mencionadas e problematizadas, pois, como já referido, não podemos apenas visualizar o que é esperado em relação às mulheres, mas sim, sobretudo, aquilo que é indicado de maneira relacional entre ambos. Nas palavras de Françoise Thébaud (1994, p.12) o: “[...] conjunto de funções sociais sexuadas e sistema de pensamento ou de representação definindo culturalmente o masculino e o feminino e modelando as identidades sexuais.”.

Por fim, no terceiro capítulo, será analisada a compreensão que as militantes possuíam/possuem<sup>6</sup>, a partir da sua militância no período ditatorial, acerca do movimento feminista e das suas demandas, tentando compreender se a sua posterior participação no mesmo, quando ocorreu, foi influenciada pelas experiências da militância. Dessa maneira procuramos analisar as inter-relações entre a participação das combatentes contra a ditadura com o fortalecimento do movimento feminista no Brasil. Por fim, retomaremos brevemente como se deu a formação do feminismo no país, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970.

Em suma, propomos compreender como se deu a militância de algumas mulheres durante a ditadura civil-militar, analisando o que significava ser homem ou ser mulher na luta contra a ditadura civil-militar. Compreendendo isso, partiremos para a análise da interpretação e percepção das mesmas sobre o movimento feminista, analisando a sua experiência enquanto fator fundamental para a sua consolidação no país.

---

<sup>6</sup> Como já mencionado, utilizamos o verbo nos dois tempos – passado e presente – em função da fonte utilizada – a memória.

## **1 Os anos 1960/70: entre a liberdade e a repressão**

“[...] a repressão não dava folga. Cada vez mais fazia seu cerco que ia se tornando mais intenso e eu acabava achando que *estava sendo egoísta, mesquinha mesmo, de pensar em questões como o sexismo, machismo, entre outras*. Eles me faziam acreditar que a *revolução* era a prioridade número um. Depois vamos tratar das questões de *superestrutura* como as questões ideológicas e culturais.” (TELES, 2010, p.285).

“Quanto mais te incitam, mais que tu quer fazer as coisas. E eu comecei a participar do Grêmio. Foi assim que eu comecei a minha militância.” (LISBOA, 2012).

O objetivo desde capítulo é apresentar o contexto no qual a pesquisa se insere – as interfaces entre o surgimento do feminismo de Segunda Onda, em meados da década de 1960, dentro de um conjunto global de reivindicações (tais como o movimento pacifista, hippie), e a situação ditatorial enfrentada no Brasil. Assim, entenderemos o feminismo de Segunda Onda de acordo com a definição de Rachel Soihet:

Além das tradicionais reivindicações no tocante à esfera profissional e à igualdade civil, reagem contra modelos idealizados que prescrevem a maternidade compulsória e imposição de beleza e delicadeza como ideais para as mulheres. Nesses movimentos, tornam públicas questões, até então consideradas da intimidade, exigindo o controle do corpo, o direito ao prazer, o reconhecimento da maternidade como uma opção e, consequentemente, o direito ao aborto e à contracepção. Igualmente, reclamam medidas contra a violência aplicada às mulheres, lançando o lema de que o ‘privado é político’. (SOIHET, 2013, p.14-15).

Inicialmente, podemos salientar que o ambiente socio-político nacional não foi propício ao desenvolvimento dessas formas contestatórias, em virtude do estado ditatorial então vigente, o qual cerceava todo e qualquer movimento de reivindicação.

Assim, pretende-se apresentar o que foi tal movimento e quais as demandas objeto de discussão. A seguir, será feito um breve panorama da situação pela qual o país passava, com especial destaque para os grupos oposicionistas que surgiram, especialmente a partir de 1964, quando do golpe civil-militar. Tal panorama se justifica pelo fato de que foi por meio deles que as mulheres passaram a participar de forma mais intensa, mesmo clandestinamente, na política do período.

Após essa inicial discussão, tentar-se-á compreender porque, nesse determinado momento – a partir dos anos 1960 -, as mulheres inseriram-se de forma mais intensa no âmbito político e, consequentemente, nas organizações de resistência. Assim, a memória das entrevistadas será também problematizada como meio de compreensão da temática proposta. De acordo com Candau (2012, p.61): “Através da memória o indivíduo capta e comprehende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.”. Ou seja, é importante questionarmos em que momento a memória está sendo constituída, tendo em vista o seu constante processo de reelaboração.

A seguir, serão analisados alguns documentos de organizações clandestinas (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006), de forma a perceber se as demandas do movimento feminista foram, ou não, em algum momento, contempladas, pois se acredita que, ao optar por um grupo ou outro, questões relativas às especificidades como o ‘ser mulher’ e as reivindicações femininas naquele período, estariam presentes. Optamos por analisar somente esses documentos, pois são os “[...] textos básicos que haviam orientado a reflexão e a ação das esquerdas revolucionárias dos anos de 1960.” (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p.7). Sabemos que a representatividade de tais documentos pode ser objeto de crítica, pois eles passaram previamente por um processo de escolha por parte dos autores, de maneira que foram selecionados alguns poucos, em detrimento de centenas de outros. Contudo, acreditamos que os mesmos podem ser usados de maneira exemplificativa, e é a partir dessa perspectiva que o fizemos.

## 1.1 O surgimento do feminismo de Segunda Onda: mulheres em luta

Os anos 1960 viram reaparecer de maneira mais intensa um fenômeno que ganhou destaque nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX - o feminismo. Tal movimento possuiu características distintas nos dois períodos, sendo analisados enquanto “ondas” diferentes: enquanto a primeira seria caracterizada pelo movimento sufragista<sup>7</sup>, pela busca de direitos econômicos e sociais, a segunda teria como objetivo primordial a luta pela libertação da mulher da opressão patriarcal, e pelo reconhecimento que as relações entre ambos os sexos não são dadas pela natureza, mas sim, construídas historicamente (PEDRO, 2011, p.278). Enquanto o primeiro teve uma atuação pontual, em torno de uma pauta específica, o segundo tem se atualizado constantemente, de maneira que podemos inclusive falar em terceira e quarta ondas do feminismo. Tal caracterização eventualmente é alvo de críticas, pelo fato de que, em linhas gerais, tais movimentos possuíram um centro irradiador, no caso países do hemisfério norte, mais desenvolvidos, e, apareceriam tardeamente nos países do hemisfério sul, não podendo portanto ser analisados da mesma forma em ambos locais, tendo em vista a diversidade dos contextos (PEDRO, 2012, p.278). No nosso caso, os países latino-americanos envoltos em ditaduras civil-militares.

Contudo, para a compreensão do contexto onde esta investigação se insere, a menção ao “feminismo de Segunda Onda”, ou “luta pelos direitos específicos das mulheres”, ou ainda “demandas específicas femininas” será utilizada, de modo a caracterizar aquele peculiar momento de reivindicações, cujo início esteve na década de 1960.

Deve-se ressaltar que no Brasil, no lapso temporal entre a Primeira e Segunda Ondas, muitos movimentos de mulheres se fizeram atuantes. Contudo, não tinham reivindicações específicas e, utilizando-se dos rótulos historicamente a elas atribuídos, como mães, esposas, donas de casa, lutavam contra o aumento dos preços e a carestia (PINTO, 2003, p.44).

Já nos anos 1960, o debate passou a enfocar outras matérias, pois temas até então considerados tabus, como a sexualidade - que não eram motivo de

---

<sup>7</sup> No Brasil uma das principais referências desse momento foi Bertha Lutz.

discussão pública, estando somente no âmbito privado -, passaram a ser considerados como merecedores de atenção<sup>8</sup>. A publicação, em 1949, da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir e, em 1963, *A Mística Feminina*, escrita por Betty Friedan, que examinavam a situação da mulher na sociedade, foram relevantes para a difusão de tais problemáticas. A hierarquia entre os sexos existente na sociedade, baseada na separação entre homens e mulheres, passou a ser profundamente questionada. Devemos mencionar que o lema do movimento “O privado é político” demonstra de forma exemplar o quanto relevantes foram tais indagações. Joan Scott bem demonstra o que representou o referido momento:

[...] o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando controle sobre seus corpos e sobre suas vidas. (SCOTT, 1992, p. 67-68).

Esse momento pode ser individualizado a partir da fala de Ana Alice Alcântara Costa:

Os anos 1960 foram marcados internacionalmente por uma intensa onda contestadora. Foram os movimentos pacifistas contrários à guerra do Vietnam, as lutas anti-racistas e a rebelião ao “american way of life” nos Estados Unidos. O movimento estudantil que varria vários países da Europa questionando as velhas estruturas autoritárias do sistema educacional, a desilusão do pós-socialismo e a crítica ao stalinismo, o movimento *hippie* etc. É dentro desse contexto que ressurge o movimento feminista internacional. Ressurge no sentido de renascer após algumas décadas de desmobilização depois da conquista do direito de voto e de um conjunto de direitos civis na maioria dos países chamados ocidentais. Ressurge a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais.

A conquista da igualdade formal não foi capaz de mudar os parâmetros da subordinação feminina, já que as mulheres seguiam sendo vistas e tratadas como inferiores; seguiam sendo vítimas da violência sexual e doméstica, excluídas do mercado de trabalho – e quando conseguiam romper esses bloqueios, recebiam salários inferiores e estavam submetidas a um cotidiano de assédio moral e sexual. (COSTA, 2010, p.175).

No Brasil, esse momento teve reflexos. A partir de uma análise inicial das entrevistas, podemos ter uma pequena compreensão de como ele foi apreendido pelas militantes. Para tanto, faz-se necessário demonstrar o porquê da escolha de

---

<sup>8</sup> Nesse sentido temos que fazer uma ressalva: já no início do século XX, setores do movimento anarquista faziam tais discussões. Contudo, as mesmas não adquiriram a proporção alcançada nos anos 1960.

tal metodologia para a pesquisa. Como se deseja compreender as vivências e percepções, a História Oral nos proporciona um viés único e, no caso do trabalho com mulheres, sua histórica condição de silenciadas. De acordo com Meihy:

Tem sido comum pessoas desenvolverem projetos de história oral com a finalidade de *dar voz ao vencidos*. (...) Nesse sentido é preciso reconhecer que, em vez de falar dicotomicamente em *vencedor/vencidos*, deve-se reconhecer também a condição de *silenciados*. (MEIHY, 1996, p.62).

A memória, enquanto fonte para o trabalho histórico, também deve ser problematizada, pois, sabe-se que ela não é estática, sendo constantemente reelaborada e articulada no momento da narrativa (POLLAK, 1992). Feitas essas ressalvas, pode-se passar a análise de alguns trechos de relatos.

É importante mencionarmos, mesmo que brevemente, alguns aspectos relativos à circulação das obras feministas no país. A data da tradução e primeira publicação da obra *O Segundo Sexo* é incerta, provavelmente, de acordo com Joana Vieira Borges (2007, p.41), no ano de 1960. Inicialmente, a repercussão da mesma foi pequena, mesmo com a vinda de Beauvoir e Sartre ao país em 1960 e as três conferências aqui realizadas pela autora. Já *A Mística Feminina* foi traduzida e publicada em 1971 (BORGES, 2007, p.38). No mesmo ano, Friedan esteve no Brasil para o lançamento da obra, promovido pela destacada feminista Rose Marie Muraro, não sem críticas ridicularizantes, como as promovidas pelo jornal *O Pasquim*, jornal alternativo, que promovia críticas ao regime ditatorial. Contudo, o feminismo e a presença de Friedan eram constantemente motivos de matérias de cunho pejorativo. Percebemos assim, de modo exemplificativo, que a recepção ao feminismo não ocorreu irrestritamente, mesmo entre setores considerados de esquerda.

Nas palavras de Amelinha, as leituras por ela realizadas, além das que constavam no programa do partido, relacionavam-se com seu interesse pessoal:

Era assim... estudava o marxismo e eu pegava os livros que tratavam dos assuntos que interessavam, Ines Armand, a Clara Zetkin, a Alexandra Kolontai, que eram livros que eram marxistas mas que tratavam da questão das mulheres.(TELES, 2012).

Na lembrança de Gilse, uma obra fez com que tomasse consciência feminista: *Mulher, objeto de cama e mesa*, escrita por Heloneida Studart. Nas palavras da entrevistada:

Nesse período a Heloneida Studart veio aqui [Belo Horizonte] lançar o livro “Mulher, objeto de cama e mesa”, então eu fui no lançamento do livro, comprei o livro e foi... juntei aquelas questões levantadas pela Heloneida na minha prática como mulher e aos entraves que eu encontrava na família, que eu encontrava até nas visões dos próprios companheiros de luta. Então a partir desse momento, pra mim, tinha as duas lutas já organizadas na cabeça. A luta por uma sociedade livre, democrática, de direitos sociais, uma sociedade socialista e a luta pelo fim da opressão da mulher, né. Nessa luta, já começava aí. A coisa era bastante marcada. (COSENZA, 2014).

Gilse se refere à época que estava na universidade cursando Serviço Social, mais precisamente entre os anos de 1964 e 1967, como a época em que foi ao lançamento da obra. Contudo, a primeira edição é do ano de 1974, ou seja, período em que Gilse estava na mais absoluta clandestinidade em São Paulo. Como já dito, a memória elabora os fatos, conferindo sentido ao que ocorre, de maneira que nos parece que a preocupação feminista desde o início da sua atuação foi justificada por esta leitura. A obra de Heloneida, sucesso até a atualidade com mais de 25 edições, marcou a militância de Gilse, contudo, não no momento em que se refere, e sim, posteriormente, tendo em vista a data da sua publicação. Mesmo que a leitura tenha ocorrido em data posterior, isto não quer dizer que a preocupação não fosse existente, mas que, a partir da leitura, alguns aspectos foram organizados de maneira racional, de maneira a justificar suas práticas feministas.

Nas demais entrevistas, as testemunhas não mencionam, mesmo quando questionadas, de ter realizado leituras de autoras feministas, ao menos no momento inicial da militância. Contudo, Joana Vieira Borges conclui, a partir da análise de algumas narrativas que:

[...] percebemos um impacto que foi se intensificando com o passar do tempo. A compreensão e a repercussão da leitura partiram de uma maturação intelectual e política das leitoras em relação aos movimentos feministas que passou, também, muito provavelmente, por aquilo que elas liam nos periódicos e/ou em outros textos. (BORGES, 2011, p.141).

Podemos perceber, ante o exposto, que num primeiro momento as leituras feministas não foram tão problematizadas entre as militantes de esquerda quanto em momentos posteriores, com reflexões mais aprofundadas sobre a militância e os problemas específicos femininos.

Na compreensão de Amelinha, uma das consequências do ressurgimento do feminismo foi a maior inserção das mulheres nas organizações de combate à

ditadura. Quando questionada sobre as relações dentro do grupo, ela respondeu: “Eu só me relacionava com homens, porque não tinha mulher nessa época. As mulheres começam a entrar no partido em 1968, que tem aquela revolução cultural, aquele movimento que nasceu forte.” (TELES, 2012).

Tal afirmação pode ser questionada, pois desde 1964, logo após o golpe, os quadros políticos do seu partido, o PCdoB, eram compostos também por mulheres, como depreendido de entrevistas contidas na bibliografia (CARVALHO, 1998). Claro que elas constituíam minoria, mas a sua inserção na luta política mais ampla não pode ser explicada apenas pelas mudanças que ocorreram a partir de meados da década de 1960, especialmente 1968.

Para Nilce, os reflexos de 1968 no mundo repercutiram no Brasil:

Um nada acontecia na França e nós lá na Praça da Sé... como uma pedra na água e aquilo vai como onda. Tudo tinha uma efervescência muito grande. Imediatamente sabia de tudo que estava acontecendo. 68 é de uma intensidade... todos se movimentando. Foi um ano muito intenso. (CARDOSO, 2012).

Ou seja, mesmo vivendo em um estado ditatorial, a reflexão acerca do que acontecia em diferentes partes do mundo ocidental está presente nas lembranças das militantes, com a participação ativa das mulheres ao apresentarem as suas reivindicações. Ana Alice Alcântara Costa exemplifica:

Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas e conceitos, novas dinâmicas. Esse foi seu caráter subversivo e que o qualifica como verdadeiramente “revolucionário”. É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua *práxis* política – a partir da troca de experiência e vivência de mulheres, e de sua reflexão coletiva. (COSTA, 2010, p.176).

Em síntese, podemos caracterizar esse momento com as palavras de Yasmine Ergas:

De maneiras muito variadas as feministas lutaram, assim, para explicar a natureza das características comuns às mulheres, transgredindo voluntária e sistematicamente as distinções tradicionais que demarcam o domínio do <individual> ou do <privado> em relação ao domínio do <político> ou do <público>. A conhecida palavra de ordem <o individual é político> não servia apenas para afirmar que as feministas já não aceitavam que questões como as que respeitavam às prerrogativas dos maridos no casamento, ou a violência sexual, ficassem confinadas aos escrúpulos da moralidade individual, fora do alcance de toda a discussão política, e

portanto pública. Aliás, <o individual é político> denotava também para as feministas a importância da reconstrução do eu feminino. Por outras palavras, o individual representava tanto um projecto como um espaço políticos. (ERGAS, 1994, p. 595-596).

Nessa breve apresentação do que foi o movimento feminista de Segunda Onda, de importância sobretudo no mundo Ocidental, que marcou os anos 1960, intentamos demonstrar que as demandas específicas das mulheres passaram a estar na pauta de discussão de vários países. Contudo, como foi rapidamente mencionado, e aprofundaremos tais aspectos na sequência, vivenciava-se no Brasil, desde 1964, um período de ditadura, onde as liberdades democráticas estavam cerceadas. Podemos exemplificar tal afirmação com o dado referente a luta pelo divórcio: enquanto em meados da década de 1960 a discussão estava colocada nos países da Europa Ocidental e Estados Unidos da América, no Brasil ele só passou a existir em 1977, já no contexto da abertura política.

No Brasil, os opositores ao regime ditatorial concentravam-se, na sua grande maioria, em grupos de orientação marxista-leninista. As mulheres não estavam organizadas enquanto movimento, ou seja, sua inserção política foi acontecendo dentro dos grupos políticos, sobretudo os de esquerda. É o que será analisado na sequência.

## **1.2 O Brasil em tempos conturbados: a ditadura civil-militar e a repressão**

Com a fala de Amelinha presente na epígrafe do capítulo, podemos depreender que a preocupação com as demandas específicas femininas, não estava entre as principais lutas propostas pelos grupos clandestinos de oposição à ditadura. No entanto, para compreender melhor aquele momento, é fundamental apresentarmos os grupos aos quais nos referimos, bem como suas principais reivindicações. Inicialmente, é essencial reconhecermos que eles foram uma das principais formas de resistência às arbitrariedades cometidas pelo Estado ditatorial, e é a partir deles que as mulheres entrevistadas atuaram.

Até o início da década de 1960, uma das principais forças de esquerda no país era o PCB. Daniel Aarão Reis Filho menciona também outros grupos que buscavam apoio no setor popular: a AP, os nacionalistas, abrigados no Partido

Trabalhista Brasileiro – PTB, cujos principais expoentes foram João Goulart e Leonel Brizola; e aqueles que se concentravam na militância nas Ligas Camponesas, cujo líder era Francisco Julião (AARÃO REIS FILHO, 1990, p.23). Contudo, devido às inúmeras divergências de ordem ideológica e prática, sobretudo críticas relacionadas à imobilidade do PCB, as dissidências, especialmente entre os comunistas, foram aos poucos se consolidando enquanto grupos independentes.

Ainda antes do golpe dois outros agrupamentos políticos ganharam força: o PCdoB e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) - (AARÃO REIS FILHO, 1990, p.22). O primeiro surgiu em 1962, após descontentamentos acumulados por centenas de militantes com a linha pacifista seguida pelo PCB na tentativa, ao menos teórica, de se aliar a setores da burguesia e do proletariado em prol de mudanças estruturais no país.

Amelinha militava no PCdoB já no momento do golpe, de modo que passou a ser perseguida imediatamente (TELES, 2012). Entre 1969 e 1975, sua organização deflagrou o maior foco de guerrilha rural no país, sobre o qual comentaremos mais adiante.

A ORM-POLOP “resultou da fusão de setores da Juventude do Partido Socialista – seção Guanabara – com um grupo de intelectuais partidários do pensamento de Rosa Luxemburgo, em São Paulo, e com setores da Juventude Trabalhista – seção de Minas Gerais.” (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p.115). Surgiu em 1961 e, em 1968 transformou-se no Partido Operário Comunista (POC), o qual aderiu à proposta da luta armada enquanto meio de combater a ditadura.

Faz-se importante mencionar que, ainda em 1962, mesmo não se auto-denominando comunista/socialista, surgiu entre setores da Igreja Católica, especialmente ligados à Teologia da Libertação, a Ação Popular. A AP foi uma organização que se destacou, até 1964 na luta pelas reformas de base. Após o golpe passou a efetuar ações de conscientização, especialmente entre estudantes e operários, reunindo um contingente expressivo de militantes. (ARNS, 1996, p.100). De acordo com Jacob Gorender (1987, p.114), a AP foi sofrendo um processo de marxistização via maoísmo, o que culminou na fusão com o PCdoB em 1972.

Assim, podemos observar que a sociedade brasileira estava em um crescente processo de politização, com inúmeros agrupamentos formados e

defendendo, cada um de acordo com uma orientação político-ideológica distinta, embora as vezes muito parecidas, a melhor forma para a realização da chamada “revolução brasileira”. Tal processo teve seu ápice, inclusive com reações à extrema direita, quando o presidente João Goulart iniciou a proposição das reformas de base, especialmente no início de 1964 (TOLEDO, 1987, p.67). A oposição às reformas, em conjunto com o “medo do fantasma do comunismo”<sup>9</sup>, espalhado por grande parte do mundo em virtude da Guerra Fria, viriam a culminar no golpe civil-militar que derrubou o presidente eleito e perduraria pelos 21 (vinte e um) anos seguintes. Aarão Reis Filho explica:

[...] a vitória do golpe fora produto de uma ampla e heterogênea frente – social e política. Uniram-se o grande, o médio e o pequeno capital. O capital nacional e internacional. Bancos, indústrias e comércio. Federações industriais e agrícolas, a maioria do parlamento e do judiciário. A Igreja e a classe média. (AARÃO REIS FILHO, 1990, p.57).

A resistência ao movimento golpista foi ínfima<sup>10</sup>. Talvez perplexos, pois acreditavam que o governo Goulart resistiria, talvez por falta de organização interna, os movimentos de esquerda logo entraram num processo de *mea culpa*, culpabilizando-se por não terem conseguido se organizar de forma a combater eficazmente os golpistas. Gorender define:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. (GORENDER, 1987, p.67).

Faz-se importante frisar que imediatamente após o golpe, as perseguições aos opositores iniciaram. Os golpistas prontamente trataram de prender e/ou cassar a maioria daqueles que, na sua visão, pudessem organizar alguma forma de resistência ao governo ilegítimo que havia se instalado no país:

Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos,

---

<sup>9</sup> Exemplificado especialmente pelas chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, realizadas em diversas cidades do país, manifestando contrariedade às propostas reformistas de João Goulart e apoio aos golpistas.

<sup>10</sup> Alguns movimentos grevistas surgiu como resposta ao golpe, mas acredita-se que os mesmos não ofereceram grande oposição à tomada de poder pelos golpistas.

iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado. (GORENDER, 1987, p.70).

Percebemos que, desde 1964, a repressão foi implacável. Contudo, a aparência de legalidade dos atos fez-se presente em grande parte das atitudes dos militares. Um dos meios encontrados pelo governo ditatorial para mantê-la foi a criação e posterior promulgação, em distintos momentos e conforme o ditame das circunstâncias, dos chamados Atos Institucionais, os famosos Alis, ditados de acordo com o desígnio dos dirigentes, sem a necessidade de passar pelo crivo do Legislativo (ARNS, 1996).

Em 1965, através do AI-2 foi instituído o bipartidarismo, mantendo, dessa forma, um mecanismo supostamente democrático no regime ditatorial brasileiro. De acordo com o relatório *Brasil Nunca Mais* o ato: “[...] acaba com todos os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender; torna indiretas as eleições para presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar.” (ARNS, 1996, p. 61). Ou seja, além da extinção dos partidos, a Justiça Militar obteve competência para julgar todos aqueles civis acusados de praticar crimes contra a segurança nacional, os quais foram definidos pelos próprios militares nos decretos-leis 314 e 898, de 1967 e 1969, respectivamente. Passou a existir, dessa forma, somente a chamada oposição consentida, a qual muitas vezes teve seu alcance limitado, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representava o partido no poder.

Como já mencionado, o PCB passava por um momento de distensões, sobretudo, pela linha política pacifista que preconizava. A partir de então, as dissidências com o surgimento de novos grupos, (às vezes muito pequenos), passaram a ocorrer de forma quase que cotidiana. Para Aarão Reis Filho (1990, p.47): “No PCB a derrota precipitaria insatisfações latentes. Em meio à perplexidade e à desorientação, amadureceu um processo crítico. O descontentamento tornou-se oposição.”.

Novos grupos dissidentes surgiram a partir do golpe e defendiam novas bandeiras. A inserção das mulheres na esfera pública, deu-se, sobretudo, por meio deles. A seguir, apresentamos um panorama dos mais significativos, alertando que não iremos analisar exaustivamente as quase 50 (cinquenta) organizações que surgiram no período, mas descrever aquelas consideradas de maior expressão (ARNS, 1996, p.47).

Já em 1967, depois de cisão com o PCB, foi criada a ALN, considerada “[...] a organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973 [...].” (ARNS, 1996, p. 93). Seu principal dirigente foi Carlos Marighella, morto pelos agentes da repressão em 1969. A ALN, conjuntamente com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), planejou e executou o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em 1969. Tal fato projetou internacionalmente ambas as organizações. De acordo com o documento fundante da ALN, *O Papel da Ação Revolucionária na Organização*, o objetivo da guerrilha urbana era conseguir fundos para a implantação da guerrilha rural e a consequente revolução socialista. (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 214).

Suzana Lisboa militou na ALN. Na sua fala, quando questionada sobre o tratamento dispensado às mulheres dentro da organização, rememorou:

E aí a atividade dentro da militância, ali na ALN, não senti diferença, não senti nenhum tipo de pressão, nem de... de preconceito. Tinha muitas mulheres, eu acho que tinha muitas mulheres, eu convivi com muitas mulheres ali. E não tinha, não senti discriminação, nenhuma assim. (LISBOA, 2012).

Tal trecho é importante, pois dá a visão, é importante que se ressalte, construída no presente, que a depoente possui da própria organização. Contudo, em outro trecho, ela cita um dos momentos em que sim, sentiu discriminação pelo fato de ser mulher, quando somente os homens do grupo seriam enviados para a formação da guerrilha no campo.

Em 1968, surge o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cujos principais dirigentes foram Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Jacob Gorender. Também foi organizado após a cisão do PCB, pois almejava a reformulação da “[...] linha tradicional do PCB a respeito da necessidade de aliança

com a burguesia brasileira sem, no entanto, abraçar a bandeira da ‘Revolução Socialista’ imediata,[...]” (ARNS, 1996, p.95). Na obra *Uma Vida de Lutas*, que narra a experiência da esposa de Apolônio de Carvalho, Renée France de Carvalho, a mesma menciona que não entrou para o partido, pois não conseguiria ser uma “militante completa”, em virtude do fato de trabalhar para auxiliar no sustento da casa. Enquanto o marido e os filhos militavam na organização, Renée - que fez parte da resistência à ocupação nazista na França -, cumpria o tradicional papel de esposa e mãe. Assim ela define o período de clandestinidade:

Foi um tempo de muita angústia. A todo momento, eu temia receber notícias sobre a prisão ou morte dos três, de Apolônio, ou de meus filhos. Poderia dizer que vivi uma rotina de angústia. Era mais que angústia: era um desespero permanente à espera de más notícias. (CARVALHO, 2012, p.164).

Pela fala de Renée, percebemos que, mesmo sendo simpatizante do PCB, sua militância foi muito mais em apoio aos homens da família, pois imaginava que enquanto trabalhadora, não podia integrar-se completamente à organização e a luta desencadeada.

Também de destaque foi a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dissidência armada da POLOP que se fundiu com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ligado a Leonel Brizola e formado por “sargentos, cabos e marinheiros excluídos das Forças Armadas e antigos militantes das campanhas antiimperialistas do período pré-golpe.” (GORENDER, 1987, p.124). Efetuou muitas ações de destaque, tais como expropriações bancárias, o seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher e do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, ambas em 1970. O primeiro foi trocado por 70 presos políticos, os quais se exilararam no Chile e o segundo por cinco, os quais se exilararam no México.

O MR-8, inicialmente a Dissidência da Guanabara (DI-GB), também surgiu de uma dissidência do PCB em 1966, participando, como já mencionado, no sequestro do embaixador norte-americano. A adoção do nome MR-8 teve como propósito desmoralizar o aparato repressivo, tendo em vista que este havia anunciado o aniquilamento da organização (GORENDER, 1987, p.124). Muitos membros da VPR, depois do racha na organização, ingressaram no MR-8, entre eles o capitão do exército Carlos Lamarca e sua companheira Iara Iavelberg, os dois

assassinados pela repressão em 1971. Iara foi uma das primeiras mulheres militantes do período que teve sua vida transformada em livro, cuja autoria é de Judith Lieblich Patarra, em virtude, especialmente, das muitas peculiaridades da sua trajetória (PATARRA, 1992).

Inúmeras outras organizações existiram no período compreendido entre 1964-1975. Todas foram aniquiladas pelo eficiente aparato repressivo montado pelo regime ditatorial. Algumas pregavam o combate por meio da luta armada, como o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), e a Resistência Democrática (REDE), outras especialmente pela conscientização das massas, tais como o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), embora este último fosse anterior ao golpe.

Entre 1969 e 1975 existiu ainda o maior foco de guerrilha rural já instalado no país, a Guerrilha do Araguaia. Formada por militantes do PCdoB, instalou-se na região entre o Pará, Tocantins e Maranhão. O partido seguia a concepção maoísta, segundo a qual a revolução dar-se-ia do campo para a cidade. Devido a isso, inúmeros militantes deslocaram-se para a região com o intuito de iniciar o trabalho de conscientização de massas com a posterior formação da guerrilha. Entre eles, mulheres que se destacaram tais como Helenira Resende<sup>11</sup> e Dinalva Oliveira Teixeira<sup>12</sup>.

Contudo, a repressão obteve acesso ao planejamento do partido e iniciou uma perseguição implacável aos militantes. Poucos foram os que conseguiram fugir, entre eles Criméia Alice de Almeida, irmã de Amelinha. Os que não conseguiram foram presos, torturados, mortos e seus corpos continuam desaparecidos até a atualidade<sup>13</sup>.

Deve-se ressaltar que a resistência clandestina organizada de modo mais ativo se concentrou nos grandes centros urbanos da época, tais como o eixo Rio-

<sup>11</sup> Inicialmente liderança no movimento estudantil, deslocou-se para a região do Araguaia com o propósito de integrar a guerrilha. Vide: RIBEIRO, 2007.

<sup>12</sup> Também militou inicialmente no movimento estudantil e, em 1970 foi deslocada junto com o companheiro para o Araguaia. Foi a única mulher a ser subcomandante de um destacamento guerrilheiro. Vide: MERLINO, 2010.

<sup>13</sup> Em 2010 o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo fato de não dar respostas concretas às famílias dos desaparecidos no Araguaia. Contudo, até 2014, nenhuma ação mais efetiva foi tomada no sentido de encontrar os desaparecidos, bem como esclarecer as circunstâncias das suas mortes. Apenas 2 (dois) corpos foram encontrados e reconhecidos: o de Maria Lucia Petit e Bergson Gurjão Farias.

São Paulo. Contudo, algumas capitais do Nordeste e Sul também foram importantes no combate ao autoritarismo. Em Porto Alegre, a título de ilustração, foram criados os grupos Marx, Mao, Mariguella e Guevara (M3G), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26) e o Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Tais grupos tiveram atuação localizada, mas efetuaram ações de resistência, mesmo que por pouco tempo, ao regime (PADRÓS; FERNANDES, 2010). Todas foram desarticulados pelo aparato repressivo estatal.

Até 1975, praticamente todas as organizações existentes foram aniquiladas. Poucos foram os militantes que escaparam do terror das prisões e tortura, muitas vezes com o posterior exílio. Tal conjunto de experiências marcou profundamente essa geração.

Ignez Serpa (2009) descreve a experiência da tortura: “Todo ex-presos, sabe, daquela época, se tu conversar com ele e dizer que não ficou com sequela, tá mentindo. Todos nós ficamos.”<sup>14</sup>. Ou seja, percebe-se que o trauma em decorrência da tortura fez-se presente<sup>15</sup>.

Após a liquidação dos grupos, 10 anos ainda seriam necessários para que o país retornasse, ao menos formalmente, à normalidade democrática. Em 1979, um passo importante foi dado, com a promulgação da Lei da Anistia<sup>16</sup>, quando puderam retornar do exílio muitos dos ex-militantes, trazendo como bagagem a gama de experiências adquiridas no exterior. Nesse momento muitas das militantes tiveram seu primeiro encontro com o feminismo e passaram a problematizar suas vivências nos movimentos de esquerda (MORAES, 2010).

Com características próprias, as organizações de oposição ao regime autoritário apresentaram, cada uma, concepções particulares sobre a luta das

<sup>14</sup> Depoimento concedido ao documentário Arquivos da Cidade (2009).

<sup>15</sup> Problematizaremos a questão da tortura e seus desdobramentos na vida das mulheres no próximo capítulo.

<sup>16</sup> Promulgada em 1979, ainda sob o regime militar, sendo presidente o general Figueiredo. A anistia “ampla, geral e irrestrita” que pregava a sociedade organizada não foi alcançada, sendo que muitos militantes ainda continuaram presos. Atualmente, existe grande debate na sociedade brasileira sobre a possibilidade de aplicação, ou não, da lei para os agentes do Estado que violaram direitos fundamentais de militantes e presos comuns. Acredita-se que a lei não se aplica a tais indivíduos, tendo em vista a impossibilidade ética e jurídica da auto-anistia. Contudo, mesmo com tais violações, ela ainda vigora e produz efeitos, pois muitas das tentativas de punição aos apoiadores de tal regime não são recebidas pelo poder judiciário com base nas suas disposições. Para maiores informações vide: DALLARI, 2010; PIOVESAN, 2010.

mulheres. A seguir, partindo da atuação em tais grupos, abordaremos o processo de inserção das mulheres na luta contra o regime ditatorial.

### **1.3 Processo de inserção das mulheres na luta contra a ditadura**

Nos dois tópicos anteriores, tentamos fazer uma breve retrospectiva do que era pautado no momento em que a pesquisa se insere, de forma que o leitor compreenda a situação na qual o Brasil mergulhou a partir de 1964. Percebemos, portanto, que com a ditadura instalada no país, muitas discussões foram suprimidas entre os grupos de esquerda em prol daquelas consideradas de primeira ordem pelos agrupamentos que combatiam o regime.

Para Ridenti (1990) até os anos 1960 poucas mulheres estavam inseridas no espaço público, considerado naturalmente masculino. O espaço feminino estava praticamente restrito à esfera privada, onde as atividades domésticas, tais como cuidado com a casa e com os filhos, eram, na maioria das vezes, de sua inteira responsabilidade. Tal cenário, embora em menor medida, é ainda presente, tendo em vista os muitos percalços enfrentados por aquelas que desejam destacar-se profissionalmente, como a dupla e tripla jornada de trabalho.

Então, uma das primeiras questões que colocamos para tentar elucidar se refere à forma como as primeiras mulheres inseriram-se na luta contra a ditadura.

Na segunda epígrafe que se encontra no início do capítulo percebemos que o processo de inserção de Suzana Lisboa, deu-se a partir do movimento estudantil secundarista, na escola Júlio de Castilhos de Porto Alegre. Complementamos:

Eu não tinha a mínima participação em absolutamente nada. Eu fui passar a ter, quando em 67 eu passei a estudar no Júlio de Castilhos. [...] E no Julinho que eu comecei a ter participação política. O grêmio do Julinho tava fechado. Tinha aquelas histórias de não poder entrar de minissaia, os meninos não entravam de cabelo comprido. Eu tava de luto, então eu não usava uniforme. Eu usava uma saia preta e uma camisa branca que devia ser a do Julinho. Só que eu botava aquela saia lá em cima para entrar né... pouca vergonha, de luto. Luto é luto né. Mas eu colocava aquela saia lá em cima. Uma vez eu fui fotografada... Saíu uma capa inteira na Zero Hora atrás. Tô eu... arrumando minha saia assim, tinha 15 anos...aí pronto...fui chamada no DOPS, que eu nunca fui. Foi assim que começou a minha história. Foi uma época de muita efervescência, eu acho, do movimento estudantil. Eu queria saber o que era. Meu irmão era uma liderança universitária, é óbvio que quando meu pai morreu eu devo ter me aproximado mais dele, não sei dizer. É uma coisa que eu digo agora, mas

não sei detalhes. Não lembro o que foi. Fui para o Julinho, comecei a ver as coisas, comecei a ter relações de amizade. Aquela coisa... Não sei como eu fui parar no grêmio, não me lembro porque eu fui participar. Mas eu resolvi. Eu era cara de pau. Lembro que eu me propus, não conhecia ninguém na sala, e me propus a ser representante de turma, mas claro que eu levei um vareio desgraçado porque... Mulher não pode ser metida né. (LISBOA, 2012).

O luto a que a depoente se refere relaciona-se à morte repentina de seu pai, ainda em 1967. Percebemos que a inicial rebeldia, que a provocava cada vez mais, refere-se às mudanças que estavam ocorrendo em termos comportamentais: o uso de minissaia pelas meninas e o de cabelos compridos pelos meninos, de maneira que no mesmo ano houve uma passeata pelo uso de minissaia na capital gaúcha (PADRÓS; SIMÕES, 2009, p. 38). Contudo, tais reivindicações pela modernização dos costumes, logo foram se alterando para a análise da conjuntura política nacional, tendo em vista também o fechamento do grêmio estudantil da escola por órgãos da ditadura. Aquele momento foi traduzido em versos pelo músico Nei Lisboa em homenagem a seu irmão Luiz Eurico, companheiro de Suzana, e militante da ALN, que desapareceu em 1972: “Foi um rebuliço lá em casa/ manifestos, passeatas/ Festivais de minissaias/ Meu irmão limpando a arma/ Meu irmão/ E a revolução?”. (LISBOA, 2001).

Também a partir do depoimento de Suzana podemos atentar para duas questões que se apresentam: a função da memória e o papel de gênero. Ao analisar como se inseriu no movimento estudantil, mencionando que “É uma coisa que eu digo agora, mas não sei detalhes”, percebemos que a problematização de tal momento ocorreu posteriormente, após a sua vivência e a reflexão sobre a participação. Ao conjecturar sobre a sua inserção, ela concluiu que a morte do pai e a aproximação com o irmão mais velho foram fatores fundamentais para tal.

A memória, como menciona Pollak (1992, p.203): “[...] também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.”. Percebemos, portanto que a articulação do depoimento de Suzana se dá a partir do momento presente, em virtude das suas experiências também na militância atual.

O segundo aspecto relaciona-se com a tentativa de ser representante da turma, que não obteve sucesso “[...] mas claro que eu levei um vareio desgraçado porque... mulher não pode ser metida né.” (LISBOA, 2012), ou seja, o fato de ser uma mulher na tentativa de participar politicamente, mesmo na escola secundária, classificava-a como “metida”, invadindo um espaço que naturalmente não seria seu. A perspectiva de gênero perpassa a sua narrativa voluntariamente, quando ela apresenta a explicação para o seu suposto fracasso nas eleições na turma. Podemos atentar ainda para o fato de que esta não necessariamente seria a única explicação para a derrota, mas sim, o fato de ser desconhecida e nova em tal espaço.

Contudo, mesmo não obtendo sucesso, a luta política de Suzana, fez-se presente, pois, não alcançando a vitória nas eleições da classe, continuou na militância no movimento estudantil e, após a saída da escola, passou a participar clandestinamente da ALN.

Derlei, da AP, teve contato com a organização na universidade. Contudo, durante o ensino secundário, enquanto fazia o chamado magistério, trabalhava em uma escola próxima à região carbonífera de Içara (SC), onde constantemente levava recados da organização para os trabalhadores das minas:

Eu comecei algumas tarefas ainda antes de ser militante. Eles pediam para mim levar jornal, para mim levar recados. Eu era professora primária num município, numa escola que ficava próxima de uma mina de carvão e eles... As pessoas pediam para mim passar recados, daí eu passava recados. (LUCA, 2013).

A atuação se estendeu. Em 1966, quando Derlei morava em Florianópolis (SC): “[...] daí eu levava recados daqui pra lá e, o meu ingresso na AP foi quase automático, porque eu comecei primeiro as tarefas, depois que eu fui convidada para fazer parte da AP.” (LUCA, 2013). Ou seja, percebemos que as tarefas iniciaram ainda antes da efetiva entrada na organização. Até 1968, enquanto ainda estava na legalidade, suas atividades concentraram-se no movimento estudantil, pois nele estava inserida diretamente (LUCA, 2013).

Nilce, que também militou na AP, passou a ter maior contato com a política quando da sua entrada na Universidade de São Paulo em 1964:

Eu entrei junto com os tanques na USP, né?. Em 64. Então aquela menina, vinda do interior, bem... sem muita... nem eira nem beira. Quando eu chego na USP, bom...Tudo muda na minha vida. Aí vai dar uma reviravolta total né. Era uma menina alienada que de repente se topa a entender né? É obrigada a entender que história é esta de tanques... Eu que sempre fiz o que bem entendesse da minha vida, de repente tinha um poder maior ainda. Que não podia fazer reuniõezinhas... mais de dois já era complô. Era reunião de política. Então realmente assim, foi um choque de realidade... tremenda. Fiquei ali militando com o pessoal da JUC. [...] Tomei muito choque de realidade. Era uma realidade que eu nunca tinha visto. E aí fui fazendo com eles todo um trabalho. [...] Eu primeiro entrei na JUC, fiquei militando. "Eu não sei o que é, mas vamos lá". [...] Tava topando tudo o que era para a resistência. Eu achava um absurdo dos absurdos aqueles tanques, aquelas ordens, aqueles caras que chegavam na gente na faculdade "Não pode conversar, sai dali". (CARDOSO, 2012).

A Juventude Universitária Católica (JUC) realizava um trabalho de base com as camadas mais desfavorecidas socialmente. Seus membros eram, na sua maioria, universitários e possuíam uma proposta vinculada à Igreja Católica, especialmente relacionada com a Teologia da Libertação. Nilce inseriu-se nesse grupo, passando posteriormente a militar na AP até a sua prisão, em 1972.

Amelinha iniciou sua militância no movimento operário, por influência paterna:

Meu pai era sindicalista, e eu tinha convivência com a política na minha própria casa. E com 15 anos eu entrei para o Partido Comunista, em 1960. E logo eu comecei a minha militância com discussões... Como eu morava numa vila operária, então trabalhei muito com operários em porta de fábrica, ou mesmo nas favelas, onde os operários moravam. Eu trabalhei muito com eles assim... com reuniões, com educação popular, alfabetização. Eu gostava muito de alfabetização, sabe, para adulto. (TELES, 2012).

Já em 1964, Amelinha trabalhava com alfabetização de mulheres operárias. De acordo com seu depoimento, sua tomada de consciência feminista ocorreu ainda antes do golpe, quando aconteceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>17</sup>:

Então eu trabalhava e nesse meio tempo deu o golpe, um pouco antes do golpe e daquela Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade. Lá em Belo Horizonte. Foi no dia 19 de março, seis dias depois que o Jango tinha decretado a reforma agrária. E eles eram contra o comunismo, contra a reforma agrária. E as mulheres que compunham essa marcha, que foi a maior marcha que eu já vi na minha vida, que tinha 250 mil mulheres. Eram faveladas, negras, pobres, empregadas domésticas, que eram as mulheres com as quais eu trabalhava na favela, à noite, muitas delas né? Então, eu,

---

<sup>17</sup> Após o anúncio das reformas de base feitas pelo presidente João Goulart, setores da classe média, clero, e industriais promoveram a referida marcha, com o intuito de tentar barrar as reformas e a suposta ameaça comunista.

ali eu tive um choque, eu chorava. Via aqueles quilômetros de mulheres andando, assim, com um padre na frente, e aquelas mulheres de classe média na frente, que eram as patroas, e as empregadas atrás. Aquilo, nossa, me causou muito mal, muito mal, eu chorava, porque eu pensava assim: Onde que nós erramos? Porque, nós lutamos por esse povo e esse povo né, essas mulheres estão contra nós. E, eu acho que naquele dia, eu posso dizer que eu me tornei feminista, sabe. (TELES, 2012).

Tal afirmação é emblemática, pois Amelinha foi e continua sendo um dos principais nomes do movimento feminista nacional. Após a queda de praticamente todas as organizações - especialmente da sua, o PCdoB -, ela passou a atuar no movimento feminista, editando os primeiros jornais sobre o tema, lutando pela anistia, contra a carestia e na busca dos desaparecidos políticos. Atualmente participa da Marcha Mundial das Mulheres. Diante dessa trajetória significativa, podemos questionar até que ponto a memória sobre o período foi reelaborada, pois se faz necessário legitimar o longo curso da sua militância. No período autoritário, a luta pelos direitos das mulheres e pelo tratamento igualitário seria uma extensão da luta contra o regime ditatorial e, consequentemente pela instalação do socialismo no país. E ressaltamos que essa tentativa de legitimação está presente no decorrer de todo o seu depoimento. Em outro momento ela enfatiza novamente seu posicionamento, afirmado as constantes disputas dentro da organização: "Eu achava que a revolução tinha que ser pessoal também, não era só no macropolítico e isso, olha, acho que foi um atrito constante, foi constante." (TELES, 2012).

Candau nos fornece uma explicação "[...] a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação." (CANDAU, 2012, p.77). Tendo tal assertiva em vista podemos avaliar de forma mais adequada, portanto, a fala de Amelinha.

O início da trajetória militante de Gilse ocorreu já no movimento secundarista, radicalizando-se com o golpe civil-militar:

Bem, comecei minha militância com 16, 17 anos, justamente no Instituto de Educação, no Segundo Grau, de imediato. Eu descobri a existência da Juventude Estudantil Católica, a JEC, que para mim foi uma grande descoberta, porque meu pai era muito religioso, aquela religião absolutamente conservadora e atrasada. E eu detestava aquilo. Mas quando eu descobri à Juventude Estudantil Católica, com uma outra visão, uma visão de participação, uma visão de transformação, eu me identifiquei e me incorporei à juventude estudantil católica. Nessa época se dava a luta pelas reformas de base, né? De 60 a 64. E incorporada a JEC, nós organizamos o movimento secundarista, criamos o grêmio e eu me tornei

uma liderança do grêmio nessa luta pelas reformas de base. Então minha militância começou aí. [...] Eu era de JEC. Não tinha vínculo. Mas sabia da existência de AP. E conhecia gente que era de AP, mas eu nunca tinha me interessado em entrar para a AP. A JEC me bastou. Mas no dia do golpe, 1º de abril de 64, eu procurei o pessoal e falei: quero me incorporar à Ação Popular. Justamente no dia em que a Ação Popular passava a ser ilegal, clandestina. (COSENZA, 2014).

Compreendemos que na sua concepção, no momento em que as reformas de base foram bloqueadas por um golpe, a radicalização ou a adesão à AP era a forma encontrada por ela para expressar o seu descontentamento com a situação apresentada. Ao mesmo tempo, ao escolher uma organização com viés católico, Gilse mantém o vínculo familiar, mesmo com o argumento de fugir das tradições.

A trajetória de Leni pode ser considerada semelhante. No movimento estudantil, entra em contato com as propostas da JEC a partir de uma religiosa, de acordo com a narrativa, possuidora de ideias progressistas e, posteriormente, com a AP, refletindo inclusive sobre a referência de discussão – a luta contra a ditadura:

Então eu estudei em colégio de freiras, Santa Terezinha, no ginásio. E lá naquela escola a gente já tinha algum contato com JEC, Juventude Estudantil Católica. [...] Porque havia uma irmã, a irmã Valéria, que estimulava muito. Ela estava participando desse movimento e aí ela promovia cursos de liderança para as meninas. [...] Depois eu fui para o Julinho, aí eu resolvi que eu ia fazer científico.[...] E o Julinho, na época, já tinha movimento estudantil. E aí eu comecei a participar, a olhar, a assistir como plateia. [...] Conheci uma menina chamada Aline, que estava já na AP, porque a AP já existia, óbvio. Então ela que me apresentou a ideia de AP, sabe, começou a me dar textos, me lembro que eu frequentava a casa dela, então a gente conversava sobre isso, sobre a AP. Mas seria assim, porque na época, não lembro exatamente do que se conversava, sei que era sobre política, contra a ditadura, a referência era contra a ditadura. (COLARES, 2014).

Diferindo das outras trajetórias, o início da militância de Imaculada é emblemático, pois se relaciona com o que as organizações clandestinas almejavam para que a chamada “revolução brasileira” se consolidasse. Com 15 anos, tendo somente a educação básica, a entrevistada tornou-se metalúrgica em Belo Horizonte e, na sequência, passa a participar do movimento sindical. Em um comício relâmpago promovido pela CORRENTE, Imaculada apanhou um panfleto com reivindicações do grupo. Depois de lê-lo passou a freqüentar as reuniões e entrou para a organização (OLIVEIRA, 2014).

Percebemos, ante a exposição, que diferentes foram os meios de inserção das mulheres na esfera política dos anos 1960. Conjuntamente com análise de outras pesquisas, algumas conclusões, mesmo que provisórias, dentro do restrito corpo de entrevistadas, podem ser elencadas. Talvez a principal é que o significativo aumento da participação das mulheres no âmbito político relaciona-se com a sua participação ativa, inclusive em cargos de liderança no movimento estudantil. Distintas pesquisas apontam para algumas possibilidades de interpretação sobre o fenômeno. O primeiro deles se relaciona com a entrada de mulheres em escolas mistas, alterando alguns padrões de sociabilidade:

A entrada em uma escola mista, ainda que isso não significasse salas de aulas mistas, alterou completamente a sociabilidade de gênero das mulheres da época, propiciando a vivência de novas práticas sociais. Mesmo de maneira tímida e ambígua, essa vivência era acompanhada de uma incipiente, e aparente, igualdade que, até então, elas ainda não haviam experimentado.[...] Os grupos que a partir da escola se formaram, mistos por excelência, trouxeram oportunidade para uma transformação das práticas sociais, anunciando um novo código para as relações entre os pares [...]. (GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2012, p. 266).

Cristina Wolff comprehende a entrada na universidade e o contato com muitas das ideias entendidas como subversivas para a época, como fator decisivo para a maior participação política:

[...] as décadas de 1960 e 1970 foram mesmo um momento de expansão das universidades e especialmente de abertura dos estudos universitários às mulheres. Importante lembrar ainda que cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil. (WOLFF, 2010, p.146).

Vários outros autores também mencionam uma maior politização ocorrida na época, em virtude da efervescência política nacional, que favoreceu a discussão coletiva, ampliando os espaços para além dos partidos políticos tradicionais e organizações, tais como sindicatos e o movimento estudantil de maneira ampla. Wolff também conclui:

É dessa forma que se pode explicar a presença das mulheres nestas “trincheiras”, pois ao contrário de outras gerações de estudantes universitários, naquela geração do final dos anos 1960, a proporção de

mulheres universitárias era muito maior do que nas décadas anteriores. (WOLFF, 2010, p. 149).

Quando entramos em contato com alguns números, mesmo que restritos<sup>18</sup>, acerca da participação das mulheres na resistência, ficamos surpresos, se levarmos em consideração o período analisado – anos 1960-70. De acordo com o relatório *Brasil: Nunca Mais*, 12% dos réus em processos políticos durante o regime eram mulheres (ARNS, 1996, p.85). Esse número sobe para 18% se verificados os processos da guerrilha urbana (RIDENTI, 1990). Tal percentagem, embora em proporção bem menor que a de homens, reflete a participação feminina da época em atividades consideradas políticas.

Porém, mesmo participando ativamente nas organizações, a atuação feminina era vista com reserva por muitos de seus companheiros, pois se imaginava que, em virtude da suposta fragilidade – a questão cultural do “sexo frágil”– poderiam causar problemas durante as ações, especialmente as armadas (COLLING, 1997, p.73). Tal problemática é colocada quando, de acordo com alguns relatos publicados, a mulher militante deveria se apresentar segundo o padrão masculino de militante, com dúvidas sobre a maneira adequada de comportamento a seguir. Para Susel da Rosa:

Embora não seja consenso nos relatos das militantes que participaram das organizações de luta contra a ditadura, muitas delas dizem que, ao adentrarem no espaço público, compõendo a arena da luta política, as mulheres tiveram que adequar-se ao modelo masculino do militante. (ROSA, 2013, p.43).

Assim, a partir da bibliografia analisada e a partir dos depoimentos colhidos percebemos que a inserção no meio político da maioria das militantes ocorreu a partir do movimento estudantil, iniciando no secundário e se aprofundando na universidade.

---

<sup>18</sup> O dado a seguir se refere a análise dos 707 processos que chegaram ao Superior Tribunal Militar, ou seja, a última instância de recurso. Sabemos que a análise é limitada, mas pode ser utilizada exemplificativamente.

#### **1.4 As demandas femininas em documentos das organizações de resistência à ditadura**

Depois de apresentarmos as organizações clandestinas que, com propostas de luta armada ou não, combateram a ditadura, e de refletirmos sobre o processo de inserção das mulheres em tais agrupamentos, passamos agora a analisar se alguma demanda levantada pelo movimento feminista esteve presente em alguns documentos-base das organizações políticas de esquerda. Para tal levantamento, como já mencionado, utilizou-se a compilação de documentos realizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (2006) contidas na obra *Imagens da Revolução*.

Os autores trazem diferentes documentos das principais organizações de esquerda editados entre 1961 e 1971, ou seja, período de maior efervescência política e atuação clandestina, os quais especificavam, em linhas gerais, a linha teórica seguida por cada grupo, a análise da conjuntura nacional daquele momento, os meios para a derrubada da ditadura e a posterior instalação de um governo socialista. O lapso temporal escolhido pelos autores reflete o surgimento do primeiro grupo desse novo momento político nacional, a ORM-Polop, até a crise de desmantelamento, quando a repressão já tinha aniquilado sistematicamente quase todos os opositores (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p.19). Como já mencionamos, tais documentos são de alcance restrito, pois são uma escolha dos autores. Contudo, como instrumento exemplificativo das propostas dos grupos, acreditamos que podem ser utilizados.

É importante ressaltar que tais grupos, também conhecidos como esquerdas revolucionárias, defendiam um novo projeto para o país. Tal fato, muitas vezes deixado de lado nas análises sobre o período, é relevante se quisermos compreender a dinâmica da sua atuação, bem como a compreensão teórica realizada acerca do momento que vivenciavam. No prefácio da obra, os autores fazem o alerta que, quando pesquisadores buscam minimizar a força das esquerdas e de seus projetos revolucionários no período ora em análise, fazem em nome de um propósito obscurantista:

Trata-se, sem dúvida, e para além das intenções dos autores destas reflexões, de um propósito obscurantista, que desarma teórica e politicamente, enfraquecendo, e mesmo anulando, a capacidade de refletir sobre a história, de lidar com, e enfrentar, os desafios e impasses que as esquerdas tem pela frente. (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p.10-11).

Como fontes históricas, tais documentos são de uma grande importância para a análise, pois nos fornecem a dinâmica do grupo, seu posicionamento teórico e político, a análise da conjuntura nacional e, principalmente, qual a pauta de reivindicações. Nas palavras de Alessandra Gasparotto:

Estes documentos constituem uma fonte imprescindível para a construção do conhecimento histórico sobre estas organizações, seus integrantes e projetos políticos. [...] O uso de tais periódicos nas pesquisas sobre as organizações de esquerda permite traçar um panorama sobre suas ideias políticas, projetos e linhas de ação, mas também acessar informações sobre questões vinculadas ao cotidiano de repressão e resistência no qual estavam inseridas. (GASPAROTTO, 2014, p. 178).

Como já demonstrado, após a atuação no movimento estudantil, as entrevistadas passaram a participar de tais organizações revolucionárias, pois também almejavam fazer parte da revolução nacional, com a consequente mudança no modo de produção até então vigente no país. Como demonstra Wolff, a escolha da concepção política a seguir poderia também ter relação com questões de gênero elencadas dentro da própria organização:

[...] há uma ampla diversidade entre as linhas ideológicas seguidas pelos diversos grupos de esquerda e de luta armada. [...] Em vários dos países [...] havia grupos marxistas-leninistas, com ênfase no foquismo, maoístas, trotskistas (os quais normalmente recusavam a luta armada), anarquistas e, ainda poderíamos acrescentar, grupos com profundas ligações com o cristianismo da Teologia da Libertação. Certamente estas escolhas envolviam também componentes de gênero. (WOLFF, 2010, p.141).

Logo de início, a análise realizada nos documentos encontrou poucas menções às questões específicas femininas. Mesmo se existentes, a sua efetiva *práxis* pode ser questionada, como demonstraremos na sequência. No *Projeto de Programa*, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)<sup>19</sup>, por exemplo, encontramos algumas passagens que podemos problematizar:

---

<sup>19</sup>O PRT foi formado em fins de 1968, devido à dissidências com a Ação Popular. Praticou ações armadas em grandes centros, tais como em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi desestruturado pela repressão em 1971. O documento referido foi escrito em janeiro de 1969.

Princípios:

[...]

“3- igualdade completa entre os cidadãos, de qualquer sexo, ou raça;

[...]

6- trabalho digno e remuneração justa para todos os cidadãos válidos; assistência à velhice, aos inválidos, à maternidade e à infância. (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p.256).

Quando refere-se a situação do proletariado, nas diretrizes e objetivos, a organização afirma que almeja:

e) eliminação de toda discriminação no emprego; proibição aos empregadores de estabelecer limitações de sexo, salvo as que forem reconhecidas pelas organizações operárias em função da salubridade, periculosidade ou horário de trabalho. (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p.259).

Podemos perceber dois pontos relevantes para o estudo em tais tópicos do programa:

- 1) há o reconhecimento da mulher enquanto sujeito participante do processo revolucionário com demandas próprias colocadas, tais como a proteção à maternidade;
- 2) em contraposição, existe a possibilidade de limite da participação feminina em atividades consideradas perigosas, insalubres, ou em horários não convenientes.

Podemos conjecturar que tal reconhecimento se daria pela direção sindical, na grande maioria das vezes composta por representantes masculinos, ou seja, homens decidindo pelas mulheres o que deveriam ou poderiam suportar ou não.

A questão da igualdade também merece reflexão: ao proclamar a igualdade total (ou seja, formal), o programa se esquece da material, ou seja, na *práxis* diária, de maneira que somente a preocupação com o texto esteve presente. Infelizmente não conseguimos contatar nenhuma mulher que militou no PRT, de maneira a questionar os comportamentos presentes no grupo.

No documento *O Papel da Ação Revolucionária na Organização*, escrito em maio de 1969 por membros da ALN, a percepção de que a mulher brasileira não mais está confinada no espaço privado é presente, pois esta teria passado a ser participante ativa dentro do movimento revolucionário nacional. Sobre o mesmo, o documento afirma que se trata de: “[...] um movimento integrado por jovens dos dois sexos. Entre os componentes, além da mulher brasileira, que até então não

participava na ação revolucionária, mas que agora se incorporou nela [...]." (AARÃO REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 279-280).

Suzana Lisboa, quando questionada sobre o tratamento das mulheres na ALN, mencionou de início que não sentiu nenhuma discriminação e que convivia com muitas mulheres (LISBOA, 2012). Contudo, mais adiante observou:

Olha, a única vez que eu me senti discriminada assim como mulher, foi numa época, ainda, acho que, não sei se 1968 ainda que eles iam... o Ico [Luis Eurico, seu companheiro] pretendia ir pro campo [...]. Mas ele ia embora. E só os homens que iam... A gente não ia. Foi a única vez que eu me lembro que eu me senti mal. "Como assim, só vão os homens?" Mas eles iam para a luta no campo. (LISBOA, 2012).

A questão sobre o fato relacionado com o início da revolução a partir do campo ou ser conjunta com a luta urbana é apresentada por inúmeras organizações. E, pelo analisado, a maioria dos militantes deslocados para a zona rural eram homens. Quando questionada sobre o tratamento dispensado a homens e mulheres, Derlei, da AP, comentou:

Então não havia nenhuma diferença entre homem e mulher. A diferença que a gente pode sentir hoje é que a maioria das mulheres foi mandada para a fábrica e os homens foram enviados para o campo, porque era mais difícil mandar mulheres sozinhas para trabalhar no campo. (LUCA, 2013).

Em outro depoimento, publicado por Wolff, com uma das sobreviventes do Araguaia, Criméia Alice, o problema também é discutido:

Falei para o Partido: "Olha! Este tempo todo eu estou esperando para ir para o campo. [...] Não dá para esperar mais". Após esse ultimato, me liberaram para o campo. Aí, eu descubro o seguinte: a protelação encontrava respaldo no fato de eu ser mulher. Como mandar mulher para o campo? Como os companheiros iriam reagir? Aceitariam? Havia muitos militantes que eram contra. Na realidade, havia os abertamente contra e os omissos, porque a favor não havia ninguém. [...] Quem me levou foi o João Amazonas. No caminho, ele me disse – e eu fiquei puta da vida – que ia depender do meu desempenho a ida ou não de mulheres para o campo. Porque eu estava sendo a primeira e se não desse certo... Respondi-lhe no ato: "Você também disse isso para os militantes do sexo masculino, que já estão lá? Porque dar ou não certo, depende, única e exclusivamente de cada indivíduo, independente do seu sexo." [...] Mas, no fundo, era essa a responsabilidade. Se você não desse certo, então, mulher não servia para essa atividade. (ALMEIDA apud WOLFF, 2010, p. 150-151).

Três organizações diferentes – ALN, AP e PCdoB – ao tratarem desta problemática, apresentam o mesmo posicionamento em relação à participação

feminina na luta no campo. Suzana, ao final de seu depoimento, ainda buscou justificar a razão para que mulheres não participassem dessa etapa de enfrentamento “*Mas eles iam para a luta no campo*”, como se, por ser um lugar teoricamente mais hostil que a cidade, não seria apropriado para a presença de mulheres, devido à suposta fragilidade inata da mulher. Entramos novamente no tópico referente aos papéis historicamente atribuídos aos gêneros: a especificidade feminina frágil impediria sua participação na luta em ambiente supostamente mais agressivo às suas supostas características biológicas.

Derlei mencionou que não existia diferença entre homens e mulheres. Contudo, ao analisar a situação, percebeu que as militantes não iam para o campo, este sendo um local de militância exclusiva masculina. Mesmo com isso, também justificou o fato de não serem enviadas as mulheres sozinhas para a zona rural, porém por outro viés: segundo ela, acreditava-se que, ao chegar num local sem estar acompanhada de um sujeito do sexo masculino, a militante não seria bem vista pela comunidade na qual desejava se inserir. Eis o motivo de, algumas vezes, os militantes comporem supostos casais, como aconteceu no Araguaia.

Ao ser questionada sobre a necessidade de sua conduta ser exemplar, para que outras mulheres passassem a ir para a região do Araguaia, Criméia questionou se a revolução era masculina ou se as mulheres poderiam fazer parte (ALMEIDA *apud* WOLFF, 2010, p.151), o que é significativo, tendo em vista o recém iniciado processo de participação feminina na luta. Tal inserção foi frutífera, especialmente no Araguaia, pois possibilitou que muitas outras mulheres fossem combater na guerrilha.

Quando analisamos o jornal do PCdoB, *A Classe Operária*, percebemos que algumas questões sobre a participação feminina estiveram presentes. Antes porém, cabem algumas considerações sobre este periódico.

Enquanto fonte para análise histórica, deve-se situar o contexto de produção bem como os destinatários do mesmo (DE LUCA, 2008). *A Classe Operária* iniciou a sua circulação em 1925, vinculado ao PCB. Sua história, acompanhando a do partido, é marcada por inúmeros momentos de clandestinidade, quando as dificuldades impostas pelas condições políticas, bem como pela perseguição

desenfreada aos comunistas, fizeram com que o mesmo tivesse sua circulação reduzida ou até suspensa.

O público-alvo do jornal era composto pelos membros do partido, (os quais muitas vezes, em virtude das dificuldades enfrentadas financiavam o mesmo), e, especialmente, pelo operariado, de forma a difundir as ideias propostas pelo programa partidário. Dessa forma, pode-se afirmar que, além da função de posicionamento acerca dos fatos, o jornal também era um, se não o principal, veículo de propaganda utilizado.

A *Classe Operária* teve sua periodicidade alterada conforme as circunstâncias dos diferentes momentos. Em determinadas ocasiões sua tiragem foi semanal, em outras, mensal. Houve períodos em que a circulação não ocorreu. Pode-se, inclusive, apontar fases de circulação, tendo em vista as condições a que estava submetido, bem como os lapsos temporais de suspensão: “[...] primeira fase: 1925-1940; segunda fase: 1945-1953; terceira fase: 1962-1964; quarta fase: 1965-1980 e quinta fase: 1985 em diante.” (RABELO *apud* SOUZA, 2012, p.44).

A análise do periódico para a presente pesquisa abrange o lapso temporal de 1967 a 1975, portanto, situa-se dentro da quarta fase proposta pelo autor, compreendendo os anos de clandestinidade enfrentados em virtude da ditadura civil-militar<sup>20</sup>. No momento logo após o golpe, inclusive, a sede foi fechada e reaberta somente um mês depois (SALES, 2007).

Na pesquisa delimitamos um *corpus* de análise<sup>21</sup> a partir das notícias que mencionavam alguma questão específica feminina. Foram lidos todos os exemplares dos anos de 1967 a 1975, de maneira a buscar se alguma menção a luta foi feita. A análise do periódico foi motivada por um trecho da fala de Amelinha, que em grande parte da militância trabalhou na imprensa do partido, até ser presa em 1972<sup>22</sup>. Ela diz que todas as reportagens/notícias que tratavam da questão feminina eram de sua autoria:

---

<sup>20</sup> Os seguintes exemplares não foram contemplados pela pesquisa, em virtude da sua não localização: 18, 37, 50, 51, 52, 71, 72 e 91. O restante dos periódicos podem ser encontrados nos seguintes sites da internet: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/revistas.capa.php?id\\_sessao=51](http://grabois.org.br/portal/cdm/revistas.capa.php?id_sessao=51)> e <[http://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe\\_operaria/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm)>

<sup>21</sup> Para Claudio Pereira Elmir (2012) no momento de análise de um periódico, devemos escolher um *corpus*, ou seja, o que será analisado especificamente.

<sup>22</sup> Podemos depreender então, que após a prisão de Amelinha as matérias não foram mais redigidas por ela.

Eu sei que todas as matérias fui eu que fiz, e com muita dificuldade. Porque a direção do partido... Eles não achavam importante. Era completamente secundário. Se sobrasse... Eu escrevi uma matéria desse tamanho (indica grande) e sobrava um pedacinho desse tamanho (indica pequeno). Se vai ver que tem três linhas, cinco linhas, mas fui eu que fiz. E era desse tamanho e ficou desse tamanhinho, entendeu? Porque eles não achavam que era importante né, que tinham outros assuntos. (TELES, 2012).

Amelinha critica a postura da direção do partido, pois, ao diminuir o tamanho das suas matérias, considerava a questão feminista de pouca relevância.

Notícias referentes à participação feminina na luta passaram a ser publicadas no momento em que se desencadeou a guerrilha do Araguaia. Em junho de 1973, uma reportagem intitulada “Intrépidas Combatentes da Liberdade” é dedicada a Helenira Resende e Dinalva Teixeira, as quais, de acordo com o texto, destacaram-se no combate. Para o jornal:

O movimento revolucionário no Brasil ganha força. Comprova-se a participação ativa e sempre maior da mulher nas diversas frentes de combate. [...] Muitas outras mulheres guerrilheiras comportam-se bravamente. Seus nomes e seus feitos, já famosos entre a população regional, serão amanhã conhecidos em todo país. (A CLASSE OPERÁRIA, nº74, p.9).

Ainda em 1973, em setembro, é divulgado parte de um documento escrito pelos guerrilheiros, no qual são elencados 27 pontos de reivindicação. Entre eles se encontram alguns dos direitos almejados pelas mulheres:

15. Proteção à mulher. Direito à mulher, no caso de separação do marido ou do companheiro, à parte que lhe cabe na produção ou nos bens do casal, de acordo com o seu trabalho, direto ou indireto, na produção ou obtenção desses bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parteiras e melhorar os conhecimentos técnicos dos que trabalham na região, a fim de garantir melhor assistência às mulheres que derem à luz.[...] A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO convoca a todos, homens e mulheres, jovens e velhos para lutar com energia e entusiasmo por este programa de reivindicações mínimas.(A CLASSE OPERÁRIA, nº77, p.11-12).

Mesmo que pontuais, percebe-se que demandas que ainda não haviam sido mencionadas pelo partido nos documentos redigidos anteriormente foram colocadas na pauta, o que fez, ao menos teoricamente, a discussão ser divulgada de maneira mais ampla. Acredita-se que a questão da convivência intensa num local com adversidades foi importante para a percepção das especificidades de gênero ocorressem.

Em março de 1975, em virtude do “Dia Internacional da Mulher”, foi publicado um artigo, intitulado “A Causa da Emancipação da Mulher”:

[...] É indispensável desenvolver a luta pela igualdade de direitos entre os sexos, pela democracia e pela instauração do socialismo e do comunismo. [...] A luta pela emancipação da mulher ganha terreno em toda parte, adquire dia a dia maior amplitude. [...] Um radiante futuro espera a mulher em nosso país e no mundo. Seu destino, porém, está ligado ao de toda a sociedade. Ainda terá, sem dúvida, de enfrentar duros e ásperos combates por sua emancipação. (A CLASSE OPERÁRIA, nº95, p. 6-7).

Podemos perceber que, ao menos no PCdoB, (mesmo que a luta armada empreendida pela organização já estivesse praticamente aniquilada pela repressão), a participação feminina seria lentamente problematizada, de forma que ficasse clara a sua inserção e consequentes reivindicações com peculiaridades distintas da masculina. Contudo, ainda é interessante mencionarmos mais um trecho da entrevista de Amelinha, que coloca em dúvida se a compreensão realmente estava ocorrendo:

Quando eu fazia a discussão todo mundo concordava comigo, você entendeu, mas na hora da prática voltava todo aquele comportamento. Então era muito difícil. Nossa, era muito difícil. Era uma discussão permanente. Aquilo para mim era muito importante, para eles não era importante, porque se eles não fizessem nada, alguém ia fazer e esse alguém era eu, né, entendeu? Então... Para eles não era importante e para mim era muito importante né, porque eu achava que a revolução tinha que ser pessoal também, não era só no macropolítico e isso, olha, acho que foi um atrito constante, foi constante. (TELES, 2012).

A principal discussão a que a militante se refere é a questão do trabalho doméstico. Ela relatou que sempre era responsabilizada por tais atividades, contra-argumentando que a “revolução tinha que ser pessoal também”, ou seja, de mudança dos costumes sexistas enraizados na sociedade. Ou seja, entre a teoria preconizada pelo grupo e a efetiva *práxis* diária existia um intervalo de não-ação, com muitas das práticas sexistas reforçadas por aqueles que almejavam revolucionar a sociedade.

\*\*\*\*\*

O exposto no decorrer do capítulo teve como principal objetivo apresentar o contexto no qual se insere esta pesquisa, bem como alguns aspectos iniciais sobre a participação das mulheres no combate ao regime ditatorial instalado no país, a partir da bibliografia e de depoimentos colhidos junto às militantes.

Assim, observamos que enquanto o movimento feminista - pelo menos no Ocidente -, desenvolvia-se e propunha inúmeras novas discussões, no Brasil vivíamos sob uma ditadura, que calava todos aqueles que buscassem contestá-la. Nesse contexto, organizações clandestinas surgiram com distintas propostas para combater o autoritarismo e lutar pela revolução socialista no país. De acordo a bibliografia citada bem como das entrevistas realizadas, percebemos que as mulheres foram se inserindo nessa luta especialmente a partir do seu ingresso no movimento estudantil, secundarista e universitário, quando tiveram contato com os denominados ideais revolucionários. Buscamos compreender como tais grupos trataram as questões específicas relacionadas às demandas feministas, e percebemos que, mesmo constando em alguns documentos algum reconhecimento de direitos e igualdade, no momento da *práxis*, as atitudes mais comuns eram aquelas sexistas comuns na sociedade da época.

No próximo capítulo, analisaremos como ocorreu a participação das mulheres na militância, observando aspectos como a militância diária dentro da organização, a prisão, tortura e exílio, quando estes ocorreram, dentre outros aspectos.

## **2 A militância contra a ditadura**

No presente capítulo iremos analisar como as mulheres militantes agiram em suas organizações, a maneira como enfrentaram a prisão, a tortura e o exílio, aspectos estes que compõem a narrativa de praticamente todos aqueles que combateram a ditadura. Partimos do conceito de gênero - já fundamentado na introdução, mas que ressaltamos, pressupõe a diferença social construída, mas considerada natural sobre o que “é ser homem” e “é ser mulher” -, para compreendermos o testemunho das militantes e analisar como tal referencial os perpassa.

Podemos inicialmente elencar algumas características que fundamentam essa forma de distinguir o que “é ser homem” e “o que é ser mulher” na sociedade ocidental: enquanto os primeiros seriam dotados de força, coragem e, sobretudo, razão, as mulheres seriam naturalmente sensíveis, amáveis, partícipes do mundo da emoção (AUAD, 2003, p.57). Tendo em vista tais especificidades analisaremos como se apresenta o relato das militantes sobre distintos aspectos da sua atuação.

Para a melhor compreensão da análise, optamos por dividir o capítulo em tópicos que, em grande parte das vezes, relacionam-se com a cronologia do vivenciado pelas militantes – o início das atividades, a clandestinidade, a prisão<sup>23</sup>, a tortura, o exílio e o retorno a vida legal. Ressaltamos que tal cronologia não foi a mesma para todas, embora a vivência sobre tais momentos ocorreu. Em relação à narrativa sequencial baseada em critérios temporais, supomos que foi a maneira adequada pelas narradoras para que pudessem exprimir sua vivência, tendo em

---

<sup>23</sup> Em algumas narrativas a prisão não está presente, da mesma maneira em que em outras, após a prisão, a militância continua.

vista que a maior parte das narrativas, especialmente aquelas publicadas e tornadas clássicas, tais como as de Fernando Gabeira (1979) e Alfredo Sirkis (1980), seguem tal fórmula. Verena Alberti observa: “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido.” (ALBERTI, 2004, p.77). Ou seja, o sentido que as narradoras encontraram para tornar inteligível suas trajetórias se relaciona, sobretudo, com o aspecto temporal, embora alguns fatos são dotados de maior significância que outros.

Contudo, Candau nos alerta:

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa. (CANDAU, 2012, p.71).

Assim, mesmo com a suposta coerência temporal e/ou factual da narrativa, devemos atentar para o fato de que a memória, ao rearranjar a trajetória individual faz reinterpretações, apaga dados, confunde aspectos, dentre várias outras possibilidades de adequação dos fatos vivenciados com aquilo que se deseja contar.

Feitas tais considerações preliminares, podemos analisar os principais aspectos que compõe a narrativa das militantes. Inicialmente abordaremos o modo como ocorreu a militância, quais atividades eram desempenhadas e as relações com companheiros. No segundo momento analisaremos a perseguição pela repressão, a prisão e a tortura de maneira a compreender os traumas sofridos. Por fim, tentaremos analisar o processo de retorno das entrevistadas à vida legal, no contexto da derrocada total das organizações revolucionárias e o surgimento de novas formas de manifestação.

## 2.1 A militância diária: atividades, convivência com companheiro(a)s

Participar como membro ativo de uma organização clandestina específica pressupunha um comprometimento total da militante com os preceitos e normas de segurança do grupo do qual fazia parte. No caso da pesquisa, quatro entrevistadas – Nilce, Derlei, Gilse e Leni - participaram da mesma organização, a AP, mas isso não pode nos fazer conjecturar que tiveram as mesmas vivências e percepções quando questionadas sobre suas experiências. Mesmo que participassem do mesmo grupo, a maneira como conceberam sua militância parte de pressupostos pessoais: “Embora compartilhados, os fatos também são vividos diferentemente e, por isso, as intensidades desses mesmos fatos marcam de forma desigual os sujeitos, conforme valores e crenças dos grupos aos quais esses sujeitos pertencem.”, ressaltam Nascimento, Trindade e Santos (2012, p.43).

É importante notarmos que as entrevistadas, com exceção de Leni, em determinado momento, passaram a militar exclusivamente em função da sua organização, adentrando a situação de clandestinidade. Contudo, a parcela da população que teve tal atitude foi ínfima. A grande maioria dos que não apoiavam o governo se situa no que podemos chamar de oposição: em associações profissionais, na assinatura de manifestos bem como na divulgação de panfletos (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.338).

Sobre a situação de clandestinidade, algumas considerações são necessárias para que compreendamos as suas diferenças e semelhanças com a vida considerada legal:

[...] no Brasil pós-64, quem ia para a clandestinidade – por escolha política pessoal, para escapar à prisão ou por ordem do partido -, passava a viver dentro da organização, em todos os sentidos: confinado a suas casas, só ou quase só se relacionando com outros companheiros.[...] Essencial, e talvez o aspecto mais difícil da condição de clandestino, era construir um cenário de normalidade. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.378).

A situação que se apresentava para os militantes se relaciona com a fuga de uma vida considerada normal e a inserção em um mundo novo, desconhecido para a maioria, pois participar de um grupo de resistência à ditadura pressupunha uma série de regras e códigos para a manutenção da segurança, especialmente durante

as ações armadas ou simplesmente de propaganda. No início da ditadura, as últimas eram maioria. Com o recrudescimento do regime e a opção pela luta armada, as regras dos grupos se tornaram cada vez mais rígidas, de maneira que a clandestinidade passou a ser uma das únicas alternativas, especialmente quando o nome do/a militante estivesse “queimado”, ou seja, figurasse nas listas do aparato repressivo, de maneira que a vida do indivíduo ficasse comprometida.

Como demonstrado no primeiro capítulo, a maior parte das entrevistadas teve o primeiro contato com a política através do movimento estudantil, sobretudo entre os anos de 1964 e 1968. Nesse período as atividades poderiam ser classificadas enquanto de propaganda e organização, com reuniões deliberativas e de estudos sobre a situação política nacional. A partir da rememoração de Leni podemos compreender como ocorria tal articulação:

Só que em 70 nós já fazíamos reuniões, eu já tinha célula, participava de célula. Por quê? Porque em 70, na verdade, a AP já tinha se transformado. Ela já tinha feito a opção pela guerra prolongada, pelo maoísmo, então eu já andava de livrinho vermelho em baixo do braço, livrinho de cabeceira, aquela coisa. E a gente tinha reuniões e a estrutura da AP já tinha mudado [...]. E eu participava da célula estudantil. [...] Eu fiz sociologia. Então entrei em 71. Aí entrei e fui para o centro acadêmico e a gente fez movimentos. Em 70 também, acho que foi, a gente fez o movimento do voto nulo. Então o que a gente fazia, o que eu fazia também. Era para “panfletar” né. (COLARES, 2014).

Ao mencionar a rearticulação da organização, com a posterior fusão com o PCdoB, podemos compreender que a militância ocorria nos níveis supracitados, sobretudo a partir da distribuição de panfletos sobre aspectos políticos da época (no caso em tela, a campanha pelo voto nulo). Leni também relembra o enfrentamento com a família por sua participação política:

E meu pai começou a se desesperar, porque, em primeiro lugar, menina não saia depois das 6 da tarde, de jeito nenhum, isso era uma coisa que era inadmissível, certo. Namoro, sabes como é que era né, era com “chá de péra”, meus irmãos me cuidavam, era toda uma relação enlouquecida para casar a filha virgem, sabe, com todo mundo dentro da igreja, tudo muito certinho. Era uma vida muito planejada, tudo certinho, muito enraizado inclusive. E aí essas coisas começam a mudar, porque claro, eu queria participar de política, então, havia uma ditadura, eu estava na contravenção familiar, vamos dizer assim (risos). Contra a regra familiar né, participando de um movimento político, que era algo assim espantoso para o meu pai. (COLARES, 2014).

Percebemos claramente como o conteúdo de gênero perpassa a declaração de Leni, quando menciona a reação do seu pai ao perceber que a filha mulher se envolia em questões políticas, tradicionalmente encaradas como exclusivamente masculinas, bem como no momento em que rompe com certos paradigmas do que seria o adequado para o seu futuro. Da mesma maneira a relação com os irmãos, os quais deveriam ser os protetores da sua sexualidade, ao cuidarem-na para manter a virgindade. O conflito instalado na família era pela fuga dos papéis de gênero socialmente delimitados (SCOTT, 1992) e não por questões políticas mais amplas.

A situação de clandestinidade é completamente distinta da participação em um grupo de resistência com a manutenção da sua vida legal. Catarina Meloni (2009, p.87) assim define: “Um clandestino é uma pessoa sem passado.”, referindo-se a construção uma nova identidade pessoal e cultural pela militante, com o intuito de não ser reconhecido e consequentemente preso, com todos os efeitos que tal episódio poderia gerar, especialmente a tortura e morte.

Nilce define de maneira muito peculiar a sua inserção na clandestinidade:

Quando eu entrei, aí fiquei um pouco numa célula e aí veio o dirigente máximo, que era o Jair Ferreira de Sá, o Dorival. Ele veio recém-chegado da China. [...] E aí já fiquei emocionada, no mínimo emocionada. E aí foi muito interessante, ele pegou e disse “Tô precisando alguém para serviço” e disse algo que me parece ser para mulher quase. Ele disse assim: “Eu preciso de alguém que consiga ser invisível.” Próprio do trabalho feminino né... ser invisível... o trabalho da mulher é invisível. Mas podia ser homem né. “Ah, como assim?” “É um trabalho, de serviços onde ninguém vai ficar sabendo, nem daqui, nem de lá. Tudo o que você souber, fizer ninguém vai ficar sabendo, nunca. Se você suportar fazer um tipo de trabalho, quem suportar”. Ele tava falando no geral. “Quem suportar fazer um tipo de trabalho desse servirá para fazer o que nós estamos precisando.” Que era o contato entre a militância e os dirigentes, serviços né. Aí depois levar recados, essas coisas assim, não tinha internet né (risos). Aí então, aceitei... e já me olhava assim. [...] Aí aceito. Saio dessa célula estudantil e vou para um outro lugar para poder me preparar, para poder fazer esse trabalho, que aí agora é de uma grande responsabilidade e de uma natureza diferente, porque aí era diretamente o contato com os dirigentes, com possibilidade de queda grande, possibilidade de tudo, embora fosse exatamente pra preparar a não queda dos dirigentes. (CARDOSO, 2012).

A análise do momento em que ocorreu o contato com o dirigente da AP caracteriza a visão de Nilce sobre o trabalho feminino, sobretudo o doméstico: aquele que é invisível, mas de suma relevância, sem o qual o desenrolar de qualquer processo não ocorre, ou seja, um trabalho indispensável, mas que não é

visualizado diretamente. Toda a narrativa de Nilce, a partir de então, destaca a sua invisibilidade, especialmente após a tortura, com a reconstrução de sua trajetória:

Mas em todo caso essa invisibilidade vai marcar depois toda a minha vida, porque há muito pouco tempo que eu estou saindo dessa invisibilidade. Até na minha vida passou muito tempo que ninguém sabia que eu era militante, ninguém sabia quem eu tinha sido, ninguém sabia que eu fazia. E ninguém sabia também que eu era psicopedagoga, que eu já tava em formação e era psicopedagoga. Então eu não publicava, porque, porque eu era invisível. Ainda não tinha saído essa formação que acabou ficando muito interna minha. Então há muito pouco tempo... há poucos anos que eu venho falando sobre isso. Notei que a minha vida pública tava invisível. (CARDOSO, 2012).

Podemos afirmar que a invisibilidade de Nilce e as tentativas para superá-la ainda ocorrem, pois seus relatos públicos sobre a experiência durante a ditadura são recentes. Ainda assim são articulados de maneira que a invisibilidade tenha papel preponderante, sobretudo a partir da brutal violência de que foi alvo após a prisão. Por isso, de maneira a superar sua invisibilidade e discutir o período, sua identidade é constantemente reconstruída a partir das vivências na clandestinidade e após a tortura. Pollak afirma que:

Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. Pode-se imaginar, para aquelas e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. (POLLAK, 1989, p.13).

A busca de sentido para a sua própria trajetória pessoal é presente na narrativa de todas as militantes, contudo, é particularmente relevante na de Nilce, quando o aspecto da invisibilidade é o fio condutor do relato.

A clandestinidade, como já referido, pressupunha o afastamento total das pessoas conhecidas. É um desaparecimento, onde o clandestino assumia nova identidade e estabelecia as suas funções conforme o determinado pela organização. Contudo, a preocupação com os familiares, sobretudo os pais, fez-se presente entre as militantes e, algumas delas comunicaram o futuro desaparecimento, com o objetivo de tranquilizá-los. A situação enfrentada por Gilse demonstra o processo e também a crise familiar desencadeada, quando ela e o namorado decidiram se tornar clandestinos em virtude da “queima” do nome de ambos:

Bem, quando eu me formei, em 67, eu fiz as provas e fui avisada por um companheiro [...] que eles iam me pegar de imediato, de que eles tinham uma lista, é, das lideranças estudantis aqui e que eles iam prender de imediato.[...] Então já saí da casa dos meus pais, já passei a não ir morar mais lá e nem fui colar grau, receber meu diploma. Passei a ir dormir cada hora num canto e foi muito engraçado porque eu namorava um companheiro de AP que era do DCE da UFMG. Eu era do DCE da PUC. A gente namorava justamente na luta e quando isso aconteceu, que a gente tava com prisão decretada, preventiva, e que eles iam pegar a gente, então, nós resolvemos que tínhamos de sumir. Que nós não íamos nos deixar sermos presos. Já estavam torturando, desaparecendo com as pessoas. E vimos que deveríamos nos comunicar com os pais dele, com meus pais que nós íamos sumir. E foi muito engraçado porque nós fomos comunicar o meu pai que ia sumir por causa da repressão e, ele ficou assim, apavorado, e depois do apavoramento ele disse: "Mas, e o Abel? (meu namorado)". Eu falei "Vamos sumir juntos. "Eu não aguento, eu não aguento! Além de comunista, amasiada? Eu não aguento! Você vai me matar!". Aí passou mal, teve crise de asma, etc e tal. O pai dele idem, a mãe dele... Então resolvemos que nós íamos rapidamente nos casar, entende? Porque pelo menos sumia casado, pra satisfazer os pais da gente. [...] Aí teve outra novela, claro. Porque a gente ia fazer um casamento rápido, formal, chamar um padre progressista. Se era pra assinar papel a gente fazia no casamento civil, não tem problema. Mas aí meu pai resolveu que casando duas filhas, as mais velhas, diante dos amigos dele, entende, tinha que ser um casamento dentro de uma igreja e, direitinho. Aí nós falamos "Tá certo, vamos fazer o que ele quer". Aí falei "Tá bom papai. Vou fazer um mini-vestido vermelho", a Gilda falou "O meu vai ser azul piscina". "Faço o vestido novo, alugo um vestido vermelho, a Gilda faz um azul piscina e a gente casa." O pai "De jeito nenhum! O pessoal vai pensar que cês não são virgens mais!" Eu falei "Não, vai pensar não, eu não sou virgem!" "O pior é que cê é louca, fala isso é capaz de alguém acreditar." Aí começou a briga. A briga foi tanta que ele queria alugar um vestido longo, de renda, de cauda, de renda. Eu falei "Não, isso eu não uso. Eu caso, mas isso aí eu não uso não". Fizemos uma longa negociação, meu pai morrendo de crise de asma e decidimos abrir mão da cor, casar de branco, que ele exigia, e ele abria mão do comprimento, do modelo, etc e tal. E casamos com um mini-vestido branco. Aí fizemos o tal casamento. (COSENZA, 2014).

O relato é exemplificativo de várias situações enfrentadas pelas mulheres durante a militância: o confronto com a família, as tentativas de negociação para que ambas as partes findassem a situação satisfeitas e, sobretudo, a percepção sobre os papéis de gênero socialmente determinados, enfatizados pela narradora. No testemunho apreendemos que, para o pai de Gilse, o fato de ela ser comunista não era de tanta relevância como a possibilidade da filha viver amasiada, não se casando formalmente. A suposição de que as filhas deveriam se manter virgens até o momento do casamento e o rompimento de tal modelo é também motivo de discussão, sobretudo por se tratar de um símbolo (a cor do vestido) reconhecido publicamente, juntamente com todos os acessórios.

Contudo, algumas ressalvas à narrativa podem ser feitas. A primeira delas se relaciona com a ênfase que a militante dá a sua suposta postura combativa ao não aceitar as condições do pai, (mas que, ao final, são acatadas, especialmente a manutenção da cor branca, que demonstraria a sua virgindade). Nesse sentido, podemos afirmar que sua memória defende a lembrança da situação de combate, em que ela se impõe, mas não problematiza o fato de que aos poucos, vai cedendo à pressão familiar.

Após a resolução dos problemas apresentados, Gilse e o marido assumem novas identidades e passam a viver na periferia de Belo Horizonte enquanto operários, na tentativa de organização dos trabalhadores. Algum tempo depois, em virtude do aumento da perseguição, são enviados para a zona rural do estado, com o objetivo de preparar os camponeses daquela região.

A estratégia política de inserção entre os operários e trabalhadores rurais foi defendida pela AP, para que os militantes conhecessem a realidade enfrentada diariamente e comandassem a organização política de tais parcelas da sociedade. Gilse, Nilce e Derlei tiveram períodos de militância entre o operariado, cuja experiência é analisada de maneiras distintas. Derlei é sucinta e objetiva no seu relato quanto ao desempenho das atividades:

Quando veio o Ato Institucional número 5 eu entrei na clandestinidade, aí fui deslocada para trabalho interno da organização. Primeiro eu fui trabalhar numa fábrica de tecido, porque a AP tinha a política de integração dos quadros na produção. Então, quem era originário do movimento estudantil tinha que passar por um período ou no campo ou na fábrica. E a mim me mandaram pra fábrica. Eu trabalhei 6 meses numa fábrica de fazer fios e depois eu fui para o trabalho interno da organização. (LUCA, 2013).

Nilce, por outro lado, faz uma longa análise das relações e do tempo em que passou na periferia de Porto Alegre, para onde foi deslocada, analisando, sobretudo, o modo como as mulheres operárias se situavam perante as reuniões políticas, narrativa permeada pelas discussões de gênero:

Então, o que acontecia, as mulheres operárias não entravam, elas ficavam no suporte. Levavam café, alguma coisa. Aquilo me incomodava e incomodava todo mundo, porque eu estava... Então era muito desagradável. Porque muitas vezes eu era a única mulher que tava na reunião e as outras todas mulheres estavam ali. Porque as reuniões eram nas casas dos operários. Tanto lá [em São Paulo] quanto aqui [em Porto Alegre]. Então essa questão feminina, por exemplo, é uma questão que vai acompanhar.

Muitas delas eram muito mais aguerridas que os próprios maridos, nos papos no cafezinho. Mas não participavam. E aí “Porque elas não vão também, não levam os papéis delas? Porque elas não panfleteiam? Vamos fazer junto!” [Respondiam:] “Tem que ficar em casa, com os filhos!” Aí aparece o machismo dos militantes. Eu brigava muito em relação a isso. Porque era uma questão que pra mim tava enraizada, não tinha essa história. A gente vai ver que uma das coisas que não era discutido: era militante, não tinha militante masculino e feminino. Não, era militante.[...] Então era muito complicado, porque eu saia às quatro da manhã ia para a fábrica, saía dali, ia fazer reuniões, ia fazer as coisas todas. E a noite a gente ia fazer as pichações, entregar os panfletos, deixar nas fábricas. E aí depois voltava pra casa pra acordar dali a pouco, às quatro da manhã já tava pegando de novo. (CARDOSO, 2012).

O aspecto da invisibilidade feminina, já ressaltado anteriormente, e a ausência das mulheres operárias das instâncias de deliberação são condições que no relato de Nilce possuem importância, especialmente por ela se sentir incomodada por ser, teoricamente, a única mulher a estar de fato presente nas reuniões. Nilce questionava a imposição que a organização fazia da uniformização entre os militantes, sem distinções e atenção às especificidades apresentadas, de maneira que todos deveriam se comportar de maneira idêntica, retirando as individualidades. A dinâmica da militância, que ocorria sem parar, é apresentada como algo difícil, do qual decorria a quase privação de vida pessoal.

A linha maoísta seguida pela AP preconizava a referência ao militante individual, como menciona Derlei:

Dentro da organização as mulheres eram militantes, não tinha homem nem mulher, era militante. Não tinha casal. Tinha militante individual. Então não havia nenhuma diferença entre homem e mulher. A diferença que a gente pode sentir, hoje, é que a maioria das mulheres foi mandada para a fábrica e os homens foram enviados para o campo, porque era mais difícil mandar mulheres sozinhas para trabalhar no campo. (LUCA, 2013).

Na concepção de Derlei não haveria, idealmente, nenhuma espécie de distinção entre os militantes na organização. Contudo, na sequência do relato, ela ressalta que hoje percebe, (a partir de outras vivências, sobretudo aquelas permeadas por concepções resultantes das análises de gênero), que os homens eram enviados para o campo e as mulheres para as fábricas. O campo seria, teoricamente, um local de maior perigo, rústico, não se adequando às características supostamente femininas, estas ficando no espaço urbano, fato justificado no fim do relato.

Assim, possíveis especificidades eram negadas e/ou anuladas para a construção do indivíduo militante. Essa diferença de percepção sobre a mesma realidade, de Nilce e Derlei, advém da subjetividade pessoal, de maneira que distintas interpretações são possíveis. Assim percebemos, de acordo com Portelli, que a representação do vivido nunca é igual -“[...] um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais”, mas sim “[...] uma colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...]” (PORTELLI, 1997, p.16). Dessa maneira podemos compreender que a postura sobre a interpretação da militância individual na AP não pode ser caracterizada como neutra de componentes de gênero, mas que estes apareciam e eram contestados de acordo com a percepção da militante, ou, a partir dos rearranjos promovidos pela memória. Em linhas gerais, mesmo que o conhecimento sobre a discussão feminista não fosse presente para Nilce, as reivindicações em torno da militância foram feitas. Para Derlei, a experiência posterior incorporou a sua narrativa os elementos que nos permitem fazer a análise a partir do conceito.

Diferentemente das militantes que entraram no movimento operário por diretriz da organização, Imaculada e Amelinha são provenientes dessa classe social. Imaculada, militante da CORRENTE, articulou suas atividades a partir do movimento sindical metalúrgico. Ao fazer parte da direção do seu sindicato, teve participação destacada nas greves que ocorreram em Minas Gerais em 1968, de maneira que passou a ser visada pelos órgãos repressivos, fato que gerou a sua demissão da fábrica metalúrgica Santo Antônio e fez com que entrasse para a clandestinidade. Quando questionada sobre quais funções desempenhava, se referiu à panfletagem, pichação, preparação física para as ações armadas, levantamento de áreas para implantação da guerrilha, de casas para servirem como aparelhos, de bancos a serem expropriados, confecção de jornais, (de maneira que para escrevê-los ia à sessões de cinema, onde não a encontrariam) (OLIVEIRA, 2014). Um aspecto destacado do seu relato se relaciona com a convivência com outras mulheres no desempenho das tarefas, sobretudo aquelas advindas do movimento estudantil e, segundo ela, de classe média, portanto, diferentes da narradora.

Para Imaculada, haveria uma “falta de inteligência” por parte de tais mulheres em virtude da maneira “despojada” com que se vestiam, pois seriam

facilmente reconhecidas pela repressão. Já Imaculada “andava arrumadinha, não parecendo de esquerda”, o que, na sua concepção, dificultaria o trabalho de reconhecimento. (OLIVEIRA, 2014). Podemos afirmar que no seu testemunho, o componente de análise relacionado à classe<sup>24</sup> prevalece, pois busca se diferenciar das mulheres universitárias, na sua maioria, de classe média<sup>25</sup>.

Já Amelinha possuía uma função bem determinada dentro do PCdoB – a edição do jornal *A Classe Operária*:

Minha participação em relação à luta armada era de divulgação. Eu trabalhava na imprensa. [...] Eu só me relacionava com os homens. As relações eram bastante conflituosas, porque os homens eram bem machistas e eu contestava né? Então, é, mas... como eu era única... ao mesmo tempo que eu era contestada por eles e eu contestava eles, eles também moderavam, porque eles precisavam do meu trabalho e eu era única, né... está entendendo? Então eu tinha uma relação também assim paternalista, digamos assim né. (TELES, 2012).

Ao participar de uma organização que preconizava a luta armada como solução para a derrubada do regime Amelinha tomou parte na imprensa clandestina, sendo, segundo seu relato, a única mulher a desempenhar tal papel. Sua fala pressupõe uma atitude de contestação perante os companheiros com postura machista, embora a solução encontrada para que os mesmos moderassem em tais condutas seria o seu trabalho. Tal moderação foi concebida pela militante enquanto paternalista, em virtude de ser mais jovem e não a partir dos interesses da organização. Contudo, em outro trecho, ela reafirma seu descontentamento com as relações estabelecidas na *práxis* diária do grupo:

Então se nós estamos num aparelho, que o aparelho é aquela casa, que cê fica fechada, ali trabalhando, todo mundo tinha responsabilidades com a limpeza, o banheiro, da cozinha, da cama que dormia, com a sua roupa. E isso era uma eterna discussão. Porque quando eu fazia a discussão todo mundo concordava comigo, você entendeu, mas na hora da prática voltava todo aquele comportamento. Então era muito difícil. [...] Era uma discussão permanente. Aquilo para mim era muito importante, para eles não era importante, porque se eles não fizessem nada, alguém ia fazer e esse

<sup>24</sup> Para o entendimento do relato de Imaculada partimos do conceito de classe social elaborado por E.P. Thompson (1987): “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”

<sup>25</sup> Não encontramos muito trabalhos historiográficos que problematizem as distinções relacionadas à classe social que surgem nos relatos dos resistentes à ditadura civil-militar, embora sua análise seja de considerável relevância. O trabalho mais significativo se encontra na já citada obra de RIDENTI (1993).

alguém era eu, né, entendeu? [...] Porque eu achava que a revolução tinha que ser pessoal também, não era só no macropolítico e isso, olha, acho que foi um atrito constante, foi constante. É que eu sou uma pessoa de boa convivência, porque se não eu já tinha me mandado. (TELES, 2012).

Podemos depreender, a partir da narrativa de Amelinha, que a percepção era de que a revolução deveria ocorrer também nas relações pessoais, desconstruindo a concepção de que o espaço doméstico era exclusivamente feminino, reivindicação marcante do feminismo de Segunda Onda (ERGAS, 1995). Contudo, na sua percepção, seus companheiros não compartilhavam de tal interpretação, ou se o faziam, ocorria apenas no nível teórico e não no posicionamento prático, o que, na sua narrativa era motivo de constantes desentendimentos.

Diferentemente de Amelinha, que possuía certeza das suas concepções sobre a militância cotidiana e a prática que deveria ser adotada a partir de então, Suzana enfrentou alguns percalços, especialmente quando não foi mais reconhecida enquanto militante política, mas sim, como esposa de um:

Quando eu casei com o Ico eu me atrapalhei um pouco nessa coisa de, do casamento de sonhos, o papel da mulher ali dentro. E dessa coisa da militância. Eu trabalhava no banco nessa época, o Ico também trabalhava. Eu não tinha o menor problema com as coisas da casa... Eu gostava assim de cozinar quando eu sabia fazer e de limpar. Mas eu me resfriei um pouco com as coisas da militância. Uma vez eles marcaram uma reunião e eu fui na reunião e alguém reclamou se podia trazer namorada. E eu fiquei indignada. Disse que “Eu não tô aqui porque eu sou namorada, tô aqui porque tô militando”. Eu fiquei puta da vida. (LISBOA, 2012).

Sua vida após o casamento é repleta de dúvidas sobre a conciliação de uma vida doméstica e as atividades da militância considerando que sua dinâmica política “resfriou” com a vida de casada. Contudo, um momento que marca sua trajetória e que causa revolta, por não valorizar sua condição política autônoma, ocorre na medida em que companheiros de luta sugerem que ela estivesse apenas acompanhando o marido, de maneira a ocupar um lugar de subordinação.

Outra condição que a confunde é aquela pautada pela suposta vaidade natural feminina:

Tinha uma coisa assim de que... uma confusão, pelo menos para mim, entre ser feminina e não querer ser pequeno-burguesa. Aquela coisa de se eu posso me arrumar, se eu posso me pintar. Isso para mim era uma coisa muito confusa. Eu não sabia bem onde me colocar. Eu não queria ser uma

pequeno-burguesa eu queria ser uma revolucionária, mas eu podia me arrumar, não podia me arrumar? (LISBOA, 2012).

Na sua concepção e com a posterior confusão que se estabelece a partir de então, uma militante política não poderia sucumbir a ideais considerados pequeno-burgueses, como a vaidade e os atos derivados a partir dela. No caso específico do depoimento, o ato de se maquiar. Acreditamos que tal postura é derivada da construção feita sobre como deveria ser o guerrilheiro ideal, o herói, no qual as mulheres deveriam se encaixar: masculino, viril, sem preocupações consideradas secundárias (WOLFF, 2007, p. 25). Contudo, ao conviver com outras militantes e observar seu comportamento, suas dúvidas foram, aos poucos, dissipadas:

Eu tinha essa confusão que eu acho que passou bastante depois que eu passei a encontrar mulheres na clandestinidade. Especialmente uma delas, a Jane Ivonini, que eu encontrei logo que eu saí daqui com o Luiz Eurico em 69.[...] Ela era muito linda, muito feminina. E eu comecei a me dar conta que eu podia ser também né. Era ela uma revolucionária e eu podia ser também. (LISBOA, 2012).

Como já mencionado, a vida e desempenho de atividades na clandestinidade pressupunha uma série de regras. Contudo, a convivência nos “aparelhos” (casas onde moravam e/ou se reuniam os militantes), gerava insatisfações, dúvidas e atritos, muitas vezes derivados do próprio desconhecimento sobre a vida e vivências dos companheiros que moravam no mesmo local. Muitas vezes um casal era designado para conviver em conjunto, de maneira a fornecer uma aparência de normalidade ao local:

Não só por fingimento, mas também pelo equilíbrio emocional dos ativistas, tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana – quase sempre em vão. Era preciso estar sempre atento a tanta coisa, à atitude dos vizinhos, ao movimento de pessoas, aos carros estranhos estacionados na rua. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.379).

Essa normalidade cotidiana, sustentada pelos autores, relaciona-se com o fato de que os militantes, ambos ou apenas um deles, trabalhassem para o seu sustento e também da organização, tendo em vista a dificuldade em angariar recursos para a manutenção integral dos indivíduos em atividades de resistência. Em organizações massistas (que buscavam a difusão das idéias revolucionárias entre as classes trabalhadoras), como a AP, era orientação que os militantes

trabalhassem, como meio de inserção entre o operariado. Derlei de Luca (2002, p.155) resume a orientação de maneira crítica: “A política de proletarização, na prática, impunha uma privação quase absoluta. Tudo era considerado pequeno-burguês.”. Contudo, em alguns casos, especialmente nos grupos militaristas, (voltados para as ações armadas de combate à ditadura), o trabalho era secundário, mesmo com a importância vital de sustento dos indivíduos.

O relato de Vânia, publicado na obra *Memórias das mulheres do exílio* faz com que compreendamos tal dinâmica:

É uma coisa muito curiosa – e não sei como isso se passava em outros lugares – mas na minha organização a mulher funcionava como o homem da casa, ou seja, éramos nós que, por questões de segurança, mantínhamos nossos companheiros. No meu caso, por exemplo, era eu quem tinha um emprego, enquanto meu companheiro lia, estudava, participava. Ele era um profissional! [...] Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. (VÂNIA. In: COSTA et. al., 1980, p. 111).

Percebemos, a partir do relato, uma inversão dos papéis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres, o que é problematizado pela narradora. Enquanto ela era responsável pelo sustento do aparelho, ele envolvia-se completamente nas atividades políticas, ou seja, era um “militante profissional”, destinado inteiramente à causa revolucionária, a ela sendo destinadas as tarefas consideradas de menor relevância, fato considerado estranho pela narradora.

Marco Aurélio Garcia propõe que a análise da clandestinidade em que se encontravam os militantes é um componente favorável para a compreensão das relações estabelecidas a partir de então:

As condições da clandestinidade, decorrentes da opção revolucionária, acentuavam o caráter fechado dos grupos e com isso aproximavam e articulavam as esferas do público e do privado permitindo uma observação privilegiada dessa complexa relação. (GARCIA, 1992, p.324).

A interpretação de Vânia sobre o fato de trabalhar e sustentar economicamente o aparelho permite compreendermos que mesmo com a maleabilidade das fronteiras entre o espaço público, ocupado por ela, e o privado, em que estava o companheiro, a tarefa teoricamente considerada de menos importância era por ela desempenhada. Na sequência do testemunho, continua:

Em relação à questão das tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam. (VÂNIA. In: COSTA et. al., 1980, p.113).

Assim, na sua compreensão, a análise estratégica e tática era o que de mais relevante poderia ser feito naquele contexto e, as mulheres estavam alijadas de tal processo. Na mesma obra, há o relato de Sônia, que interpreta de maneira parecida tais ações, em que a igualdade era apenas no âmbito discursivo:

Então, algumas vezes a gente era levada a fazer certas coisas, movida muito mais por uma necessidade de afirmação como mulher dentro daquele grupo do que por um ideal político. Esse troço eu sentia. Era qualquer coisa do gênero: vocês partem do princípio de que todo o mundo é igual, então vamos demonstrar! Agora, é claro que na orientação política da organização a influência das mulheres era muito menor do que a dos homens. (SÔNIA. In: COSTA et. al., 1980, p.248-249).

A ausência feminina dos espaços decisórios das organizações também é um aspecto a ser mencionado. Amelinha faz a referência ao PCdoB: “Nenhuma ocupou cargo de liderança. [...] Elas nunca foram para o comando. Mulher não, só homem. E muito homem incompetente até... mas porque era homem, né. (risos).” (TELES, 2012). Mesmo em tom jocoso, sua afirmação, assim como as de Vânia e Sônia, que ao se exilarem puderam refletir sobre as vivências, é permeada pelas referências ao gênero, com uma posterior tomada de consciência feminista, a qual permitiu que aos poucos ocorressem análises mais aprofundadas das relações estabelecidas no cotidiano clandestino.

Nesse sentido, a militância era instável e fazia com que os resistentes estivessem cotidianamente em estado de alerta. As constantes mudanças de aparelho, de identidade, de emprego e funções faziam com que as características que compõe a individualidade fossem, muitas vezes, deixadas de lado. Contudo, para além de militantes políticos que possuíam tarefas determinadas a cumprir, as mulheres e os homens que participavam dos grupos eram indivíduos com vivências particulares, emoções e desejos, enfim, características relacionadas à subjetividade que compõe o ser humano. No entanto, tais especificidades eram confundidas com desvios pequeno-burgueses, de maneira que muitas vezes era negado aos

militantes a possibilidade de discussão sobre tais temas. As relações amorosas também sofriam a vigilância das organizações, pois poderiam ser ameaças à segurança, como Derlei descreve na sua autobiografia *No corpo e na alma*:

Estamos em tarefas diferentes e os militantes não podem marcar encontros amorosos. Alguém mais fanático propõe pena disciplinar. Parece-me injusto demais e desando a chorar. De todas as maneiras, obedeço. Ainda não me atrevia a questionar qualquer orientação, embora a pena disciplinar não tenha sido acatada. (LUCA, 2002, p.51-52).

Mesmo pertencendo ao mesmo grupo, Derlei e o companheiro sofreram pena disciplinar por burlarem as normas de segurança e manterem contato. No entanto ela não acata a punição imposta pela organização, o que demonstra sua discordância e não aceitação das regras extremamente rígidas e por ela consideradas, inclusive, infundadas. Amelinha e Rosalina Santa Cruz Leite também mencionam o questionamento sobre as relações humanas presentes no PCdoB:

No Partido Comunista do Brasil, maternidade e o amor eram tidos como peias que enfraqueciam a combatividade da militância. Não se pregava a abstinência sexual, mas o ideal é que esta fosse adotada no cotidiano da guerrilha. Como era impossível negar a sexualidade, procurou-se colocá-la de maneira *invisível*. No entanto, a presença constante da morte criava um clima de afetividade intensa entre os integrantes da luta armada. (TELES; LEITE, 2013, p.36-37).

Assim, as regras de segurança e clandestinidade impunham aos militantes códigos de conduta acerca de seu comportamento e a sexualidade, esta colocada como invisível. Contudo, ao se encontrarem em constante tensão pela ameaça da prisão iminente, que se acentuava com o acirramento das perseguições e a implantação sistemática de mecanismos de tortura, alguns condicionamentos emocionais passaram a ser revistos, como as mesmas autoras mencionam:

Quando mulheres e homens começaram a lidar, diariamente, com a violência da repressão e com a morte de militantes, no entanto, os homens sentiram o quanto eram frágeis e houve guerrilheiros que perceberam que deviam mudar sua atitude. A necessidade de extravasar a emoção da perda e da tristeza se impôs em muitas ocasiões.[...] (TELES, LEITE, 2013, p.36).

Ante tais problemas derivados da ausência de suporte emocional para os militantes, a AP passou a rever algumas diretrizes, como explica Derlei:

Em meados de 1970 a direção começara a rever a política de deslocamento do ano anterior, quando separaram tantos casais. A clandestinidade é muito dura e a afetividade é importante para a sustentação ideológica. Não se falava de **sustentação emocional**, isso era palavreado pequeno burguês. A partir de então permitiam a alguns casais ficarem juntos. Eu não acompanhara esta autocrítica política porque estava na prisão. Partiram do pressuposto de que Zé Carlos e eu podíamos namorar. [...] Mas ninguém perguntou se eu gostava dele. (LUCA, 2002, p.156).

Novamente se percebe a interferência da organização na vida pessoal da militante, pressupondo que ela desejaría se relacionar com o ex-namorado, mesmo sem ser questionada acerca do tema.

Dessa maneira, as atitudes que demonstravam fragilidade e desânimo, sobretudo após as inúmeras mortes e desaparecimentos, começaram a ser revistas, de maneira a compreendê-las dentro da tensão e da violência que o contexto nacional emanavam. Percebemos que tais ações foram tomadas em nome da tentativa de oferecer um suporte psicológico aos militantes. A dinâmica da clandestinidade, portanto, pressupunha a entrega total dos militantes à causa revolucionária, de maneira que a individualidade deveria ser quase abandonada.

## **2.2 A perseguição pela repressão: sequestro, tortura, prisão**

Raspar as feridas do passado: é isso que Gustavo executa ao esgravatar as memórias da guerra civil.

- *Do que mais se lembram do tempo de guerra?*
- *Não há nada a lembrar, meu senhor* - diz um camponês.
- *Como não há?*
- *Todos voltamos mortos da guerra.*

[...] Nenhuma guerra se relata. Onde há sangue, não há palavra. O escritor está a pedir aos mortos que mostrem as cicatrizes. (COUTO, 2012, p.108-109).

É complexa a escrita histórica acerca dos momentos-limite, em que determinados grupos, sejam étnicos, políticos, religiosos, são submetidas a situações inimagináveis, indescritíveis, permeadas de dor e silêncio, muitas vezes silenciamentos impostos. O expresso por Mia Couto em *A confissão da leoa*, no momento em que um escritor solicita aos sobreviventes da guerra civil moçambicana que relatem o que viveram, os mesmos afirmam que estão mortos, ou seja, não são capazes de narrar o que presenciaram. Então ele apenas pede que sejam

mostradas as cicatrizes, as quais estão presentes independentemente da vontade daqueles que as possuem.

Acredita-se que o horror pode ser inenarrável, mas deve tornar-se inteligível pela escrita do historiador. No Brasil ditatorial, a violência sistematizada de maneira a causar o maior dano possível aos considerados inimigos do regime se fez presente diariamente entre aqueles que ousaram combater o arbítrio. Nessa perspectiva precisamos encontrar meios de descrever e analisar criticamente as atrocidades cometidas e as reflexões de Dominick LaCapra são sobremaneira pertinentes:

Sostendré que la respuesta a los sucesos traumáticos por parte de los que fueran testigos de ellos, incluso los secundarios, entre los cuales están los historiadores, debe entrañar um desasosiego empático, inscripto em el próprio modo em que se acomete el tema [...]. (LACAPRA, 2005, p.68).

Para LaCapra os historiadores devem trabalhar os eventos traumáticos através de um desassossego empático, o que não deve ser entendido como total identificação com as vítimas da violência estatal, mas sim, com distanciamento crítico. Sabemos que os relatos da barbárie motivam uma gama de sentimentos cuja ausência é inevitável, tanto naquela que narra como naquela que escuta, mas os mesmos devem ser compreendidos dentro do seu contexto de rearranjo memorial e devem ser problematizados enquanto fontes históricas.

Pollak adverte: “[...] a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.” (POLLAK, 1989, p.8). Ou seja, as reinterpretações de momentos difíceis são constantes.

Nesse contexto, aspecto que merece ser destacado relaciona-se com a perspectiva de futuro que compõe o relato da violência. Para Candau: “[...] é sempre uma inscrição no futuro que caracteriza o ativismo memorial.” (CANDAU, 2012, p.863). Podemos nos questionar: como alguém, sem conhecer a entrevistadora, concorda em falar sobre seu passado, no qual a violência estatal é marca presente? Pois, como afirma Francisco Ramos de Farias “[...] a recordação de uma experiência traumática sofrida ou infligida é potencialmente violenta pela revivescência da

intensidade dolorosa que se atualiza." (FARIAS, 2012, p. 939-940). O reviver é dor e esta dor estará presente no momento da narrativa.

Acreditamos que o conhecimento pela sociedade acerca da barbárie cometida é o que justifica tal posicionamento, relacionado com o ativismo memorial que Candau (2012) menciona, o que faz com que a importância do seu testemunho seja vista como imprescindível para a construção de um futuro democrático e sem resquícios ditoriais. O fato de que centenas foram os mortos em virtude do seu posicionamento político também faz com que o dever de memória atue sobre as militantes. Além disso, temos a perspectiva de que, ao narrarem a violência, contribuem para a denúncia da violência, de maneira a buscaram a justiça. LaCapra também corrobora tal interpretação:

El mismo hecho de prestar testimonio, que implica una relación dialógica con oyentes empáticos y atentos, es una manera de transitar, en parte al menos, el camino que va de la posición de víctima que vuelve a vivir compulsivamente el pasado a la posición de sobreviviente y agente en el presente. (LACAPRA, 2005, p. 110).

Nesse contexto, a tarefa do historiador se coloca enquanto aquele que comprehende as condições em que foram possíveis e ocorreram as barbáries. Hannah Arendt, na introdução da obra *As origens do totalitarismo* propõe:

Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja. (ARENKT, 2012, p.12).

Dentre as sete mulheres entrevistadas, cinco foram vítimas diretas da tortura, física e psicológica: Amelinha, Nilce, Derlei, Gilse e Imaculada. A forma como cada uma representa esses episódios é distinta, com enfoques variados. Antes de adentrarmos aos relatos, necessitamos fazer algumas considerações sobre a dinâmica da repressão a que foram submetidas.

Durante a ditadura civil-militar o período em que a tortura ocorria geralmente era caracterizado pelo sumiço do indivíduo. Tal fato é decorrente da ausência do documento que comprova que o sujeito está detido e em poder do Estado – o auto

de prisão. Por isso caracterizamos essa fase enquanto *sequestro*. Dessa maneira, era extremamente difícil para as famílias e advogados de presos políticos realizarem a sua localização e facilitava o trabalho da repressão que utilizava o argumento de que nada sabia acerca do desaparecido (ARNS, 1996, p.173).

A tortura era utilizada especialmente após a apreensão dos indivíduos, como meio de obter informações para a possível captura de outros militantes. Bauer (2012, p.63) fala sobre a aplicação da tortura durante o interrogatório: “Os interrogatórios realizados de forma legal ou clandestina foram marcados pelas torturas físicas e psicológicas aplicadas de forma científica, institucional e sistemática ao longo das ditaduras civil-militares argentina e brasileira.”. Baseados em técnicas importadas de países como os Estados Unidos e a França, a tortura foi sistematicamente aplicada aos opositores políticos. O objetivo, para além da obtenção de informações, era a aniquilação completa, física e psicológica dos militantes. Esses espaços de ausência de direitos, em que a condição humana era completamente desconsiderada, é caracterizado por Ruiz (2013, p.54), como um campo, o local onde a exceção era a regra: “Estes espaços de exceção funcionaram como campos onde o arbítrio dos torturadores se tornava a lei suprema”.

Em decorrência da violência sofrida, as sequelas ficaram presentes, no corpo e na alma, tal como fala o título da obra de Derlei (*No corpo e na alma*). Susel da Rosa (2013, p.72-73) afirma que o corpo também é testemunha, ou seja, as marcas da violência nele permanecem, as cicatrizes dos sobreviventes relatadas na obra de Mia Couto. Para a compreensão dessas especificidades, precisamos nos ancorar no conceito de trauma, proposto por Francisco Ramos de Farias:

[...] um choque que rompe radicalmente certas condições mínimas de sobrevivência, que modifica o funcionamento do psiquismo e das modalidades de laços sociais pela imposição de um esforço penoso de alto custo subjetivo, quando é possível a produção de uma memória como via de elaboração. [...] A consequência da violência que redonda em trauma é a apatia, a perplexidade, a inibição, a presença de memórias intrusivas e a instabilidade de modo generalizado. (FARIAS, 2012, p.927).

A sensação de aniquilamento e a tentativa de elaboração da violência sofrida é presente nos relatos das militantes. Ao sobreviverem às situações-limite em que foram colocadas, a memória realiza operações para que a narrativa seja coerente com sociabilidade estabelecida pelas mulheres. Nas palavras de Pollak

(1989, p.10): “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.”, ou seja, o que é narrado deve estar de acordo com a sociabilidade daquela que narra, sob o risco de não mais ser reconhecida enquanto membro de determinados grupos sociais.

Tendo em vista tais considerações podemos compreender a narrativa de Imaculada. Mesmo concordando em narrar a sua experiência, ela é extremamente sucinta quando rememora seu sequestro pela repressão e a subsequente tortura a que é submetida. O fato de uma mulher morar com quatro rapazes levantou a suspeita de que o local fosse “indecente” e alguns vizinhos denunciaram o local. Dessa maneira, é apanhada e levada para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de Belo Horizonte, onde a repressão encontra na sua bolsa materiais considerados subversivos, tais como panfletos.

A definição de Imaculada para a tortura consiste em: “Aquela coisa horrível que você sabe o que é.” (CONCEIÇÃO, 2014), pressupondo o conhecimento pela narradora de tudo o que ocorreu. Menciona brevemente ainda o aborto que sofreu em virtude da violência, experiência compartilhada por várias militantes. Um aspecto difundido por sua organização e que ela acreditou que compartilhava era o de que a tortura tornava os militantes mais fortes e combativos, vendo-a como algo positivo e não tendo medo de enfrentá-la. Contudo, ao reorganizar sua narrativa em torno dos fatos, Imaculada caracteriza essa opinião como fazendo parte “das coisas da juventude.” (CONCEIÇÃO, 2014). Passando a estar oficialmente presa, Imaculada foi enviada para um presídio feminino em Juiz de Fora, ficando presa cerca de um ano até ser uma das setenta presos políticos trocados após o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, em 1970<sup>26</sup>.

Assim como Imaculada, o testemunho de Derlei não forneceu muitas informações sobre a sua prisão e a violência da qual foi vítima. No primeiro contato que tivemos com ela, em abril de 2013, ao questionarmos sobre a possibilidade de fornecer o relato para a pesquisa, ela nos presenteou com o seu livro, afirmando: “Tudo o que você quer saber está aí.”. Aparentemente, a maneira encontrada por ela

---

<sup>26</sup> A ação foi realizada pela VPR e, além da troca dos presos políticos exigia o congelamento de preços por 90 dias e a liberação das roletas das estações de trem do Rio de Janeiro. Foi o sequestro mais longo lá realizado, em virtude das negociações entre os militantes e o governo ditatorial, que duraram mais de um mês.

para falar sobre a vivência, sobretudo da violência, foi a escrita, de modo que o seu relato pessoal não acrescentaria maiores detalhes ao que o livro contem. Podemos pensar que, para Derlei, o relato oral nada mais forneceria, de maneira que sua memória não mais se reorganizasse. A narrativa memorialística foi, portanto, enquadrada em um modelo, como argumenta Pollak (1989, p.9).

Francisco Farias afirma:

[...] comprehende-se que uma experiência traumática tanto pode immobilizar o sujeito, silenciando-o para sempre, como também pode verter-se em elaborações, mínimas que sejam, em termos criativos de construção de uma memória. (FARIAS, 2012, p.929).

A motivação para redigir sua autobiografia, uma das primeiras de uma mulher militante, é explicitada na introdução da obra:

Este livro é uma catarse. Também foi uma necessidade. Cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. Uns questionam se valeu a pena... Se não foi em vão, tantos mortos e desaparecidos. Mas os heróis da Pátria não morrem. Desaparecem fisicamente, vivem, no entanto, na lembrança. Só morrem se nós permitirmos que a memória nacional não se crie ou se perca.

[...] Nenhum partido político pode hoje assumir a tarefa de armazenar dados, ouvir depoimentos, escrever esses acontecimentos. Os historiadores fazem análises, as universidades preservam os nossos arquivos, mas os relatos têm de ser nós os sobreviventes, a fazê-lo. (LUCA, 2002, p.21).

Algumas especificidades podem ser anotadas, sobretudo o fato de se apresentar como heroína da pátria num momento, em 2002, quando da publicação do livro, em que ainda não existia tanto espaço para a profusão de relatos sobre a ditadura civil-militar e o fato de colocar-se enquanto sobrevivente, aquela que possui a tarefa de contar o que viveu, como já mencionado, portadora do “dever de memória”, aspecto que marca a narrativa de Primo Levi (1988).

No decorrer da obra ela esmiúça as situações enfrentadas. Citamos:

A tortura começa no quartel da PM do estado de São Paulo, às 7 horas da noite, do dia 23 de novembro. Golpes sobre golpes. Recordo a reunião. Telefonam. Em nenhum momento perguntam meu nome. Querem aparelhos e pontos. [...] A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando. (LUCA, 2002, p.83).

Diferentemente do relato fornecido, a obra biográfica apresenta detalhes do que foi vivenciado, corroborado por documentos da sua organização e da repressão. A narrativa em tempo presente representa o retorno da depoente aos momentos narrados, demonstrando um reviver da dor. Uma das primeiras atitudes dos responsáveis pela tortura relacionava-se com o fato de fazer com que a presa ficasse nua, em um inicial momento de humilhação, de maneira que seu corpo ficasse exposto a comentários de todos os tipos. As ofensas caracterizam esse momento, de maneira que o medo da violência sexual era talvez o maior. Gilse também rememora os momentos em que esteve sob domínio dos órgãos repressivos em 1968:

Bem, a gente ficou três meses na solitária, só sendo retirada pra ser interrogada sob tortura. Todo mundo passou por isso, não escapava. Tortura é aquela coisa bestial, absurda, e no caso de nós, mulheres, tem o componente machista que fazia com que, primeiro eles tivessem um ódio, uma raiva da gente. Eles não se conformavam do fato de mulherzinhas, como eles falavam, ousarem enfrentá-los. E eles falavam. O coronel do meu IPM falava assim: "Não é possível, é, cê's não se enxergam? Vocês são apenas umas mulherzinhas, nós podemos fazer com vocês o que nós quisermos. Portanto, fala logo, abre logo o jogo!" Eles jogavam muito com o fato de que nós éramos mulherzinhas, né. E, o tratamento, portanto, era um tratamento de, é isso, você sentia que eles tinham raiva dobrada, por estarmos lutando contra a ditadura e por sermos mulheres ousando lutar contra a ditadura. A gente percebia isso nas falas, no comportamento. Além disso, na própria tortura, né. Quer dizer, tortura física, espancamento, pau-de-arara, choque elétrico, latinha, telefone, como faziam com os homens também, mas era impressionante aquilo. A primeira coisa que eles faziam quando iam interrogar a gente era arrancar a roupa da gente, colocar a gente nua na mão deles. Porque enquanto eles te torturavam, ao mesmo tempo que eles procuravam te causar a maior dor possível, eles procuravam te humilhar, entende, te massacrar também a medida que te manipulava sexualmente. Então era aquilo, quer dizer, te botava no choque elétrico, mas ao mesmo tempo te torcia o bico do seio, entende. Ao mesmo tempo ia com a mão na vagina da gente. Então era uma coisa assim... a tortura física vinha sempre mesclada com a agressão sexual, certo. (COSENZA, 2014).

Seu testemunho é exemplificativo em vários momentos. O primeiro deles se refere ao componente de gênero já inserido na sua memória sobre a violência. Ao afirmar que os agentes da repressão possuíam ódio pelo fato de ser uma mulher que estava militando, rompendo o modelo que preconizava que seu espaço era eminentemente o doméstico, ela percebe-se enquanto uma transgressora do exemplo que a sociedade esperava. Da mesma maneira o fato de ser caracterizada enquanto “mulherzinha”, no diminutivo, objetiva a desmoralização, de modo a anular

a militante. A fala “nós podemos fazer com vocês o que nós quisermos” demonstra a tentativa de amedrontá-las, pois ao estarem presas nas mãos de homens, estariam sujeitas à qualquer espécie de ato punitivo.

Encontramos o segundo aspecto na menção à manipulação sexual por parte dos algozes. Muitas foram as mulheres vítimas de estupro nos locais de tortura e prisão que demoraram muito tempo para vir a falar sobre tal assunto. Como nos fala Pollak (1989), ao analisar o caso da memória da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a memória esteve subterrânea até que houvesse possibilidade de escuta, escuta relacionada, sobretudo, com o dever de memória e com tentativas de persecução penal dos envolvidos em tais atos.

Gilse foi vítima de estupro em uma das sessões de tortura e, a maneira encontrada para externar a violência foi a criação de uma categoria para explicar o que sofreu: o estupro enquanto parte da tortura física:

Do jeito que eu tava, arrebentada, machucada, não aguentava nem parar em pé, eu fui estuprada. Quer dizer, você vê que aquele estupro era um estupro de tortura, mesmo. Porque no estado que eu estava, te garanto que não era o estupro... bem, a não ser por sadismo, né. Não era o estupro... Era o estupro por tortura. Era como tortura. (COSENZA, 2014).

Podemos perceber a partir do seu testemunho que, na sua concepção não havia componente sexual no ato dos torturadores, apenas político, enquanto parte do ato de torturar. Assim, a partir dos rearranjos da sua memória, de maneira a conseguir falar sobre tal tema, Gilse desassocia o estupro enquanto violência sexual e o trata enquanto parte da tortura física que sofreu. Na única ressalva que faz, trata o ato enquanto espécie de distúrbio psicológico do estuprador, o sadismo.

Farias (2012, p.931) afirma que “A vulnerabilidade ao trauma depende, não apenas da situação a que o sujeito se encontra exposto em termos de violência, mas da conjuntura de seus arranjos subjetivos para construir vias mínimas de elaboração.”. E concluímos que a via encontrada por Gilse para falar sobre o trauma foi a dissociação do componente sexual presente no estupro.

Amelinha também relata a violência que sofreu:

Eles não sabiam o que fazer com mulher, mas torturar... Como eles desvalorizavam as mulheres. [...] Em seguida eles começaram a torturar com violência sexual. Eu mesma fui torturada, sentada na cadeira do dragão, levando choque no corpo inteiro, sendo espancada com palmatória

e o cara se masturbando na minha frente e jogando porra para cima de mim. Que que é isso gente? Sem falar nas que foram estupradas. Isso é uma espécie de estupro. Mas não teve penetração. Uma vez eu acordei com um cara segurando meus peitos e se esfregando. Você entendeu? Teve outras que foram estupradas. Eu vi isso. Eles são estupradores também. Eles usaram o estupro como uma arma de guerra contra nós. (TELES, 2012).

É importante esclarecermos que Amelinha foi presa pela primeira vez em 1964, logo após o golpe. Ela relata que nesse momento eram raras as mulheres presas, por isso a afirmação de que “*eles não sabiam o que fazer com mulher*”, contudo, com o acirramento das perseguições e a implantação de métodos científicos de tortura ela explicita o que ocorreu no momento da sua segunda prisão, em 1972, ressaltando os aspectos de gênero que compunham a violência sexual de que foi vítima, caracterizando o estupro enquanto arma de guerra dos militares contra os militantes revolucionários, sobretudo as mulheres (TELES, 2012). Quando afirma que outras mulheres foram vítimas de abuso, seu testemunho adquire o caráter militante de denúncia das violações que todos foram vítimas, não se focando apenas na sua vivência.

Castor Ruiz menciona tal testemunho como aquele que visa a justiça a partir das vítimas, anamnética, ou seja, de maneira que a fala daqueles que sofreram ações violentas por parte do Estado tome a função de principal prova do cometimento dos crimes, mesmo com os componentes que ficarem ausentes da narrativa:

A narrativa da verdade vivida pela vítima sempre será imperfeita, não porque não consiga dizer a verdade de si, senão porque que o seu sofrimento, qualquer sofrimento, não pode ser plenamente narrado. A experiência humana, em especial a experiência do sofrimento brutal, não cabe na narrativa. (RUIZ, 2013, p.50).

Cada relato possui sua particularidade. Contudo, no testemunho de Nilce, as marcas são mais visíveis, sobretudo, pelo seu constante mencionar da elaboração que ainda está ocorrendo, assim como a invisibilidade já problematizada anteriormente:

Eu fiquei quase 4 meses e meio, de abril a julho. Mas eu passei 1 mês na OBAN, em São Paulo. Aqui [POA] eles me puseram no pau-de-arara e me arrebentaram. E lá eles não puderam me botar porque eu tava arrebentada, eu morria na hora. Tava muito frágil, muito, muito frágil, tinha perdido muitos

quilos. Eu tava muito frágil fisicamente e aí eles me mandaram para a OBAN.

[...] Eu não fui julgada. Os caras disseram que iam me matar e aparecer numa sarjeta. Foi assim que eu fui para a rua. Muito mal de saúde, muito mal. Estava com infecção generalizada no útero e tudo. Precisei fazer um tratamento muito rigoroso. [...] Eu tava muito abalada fisicamente e psiquicamente. E comecei a fazer uma amnésia, ainda tive isso. E só vim a perceber depois, porque a amnésia a gente não percebe que tá sendo feita (risos). (CARDOSO, 2012).

Compreendemos o depoimento de Nilce como constantemente reestruturado, sobretudo, a partir do processo de elaboração que ela ainda desenvolve. Farias (2012, p.939) explica: “A forma paralisante da experiência traumática, muitas vezes, exige uma longa temporalidade para ser elaborada, dependendo das disponibilidades do sujeito em conseguir produzir uma escrita.”. No seu caso específico, a narrativa é valorizada como meio de elaboração da violência que sofreu e também reintegração nos quadros sociais em que se insere.

Assim, após o período em que estiveram sequestradas, sem a prisão formalizada, tempo em que a tortura foi utilizada de maneira mais ampla, Amelinha, Derlei, Imaculada e Gilse foram oficialmente presas. Muitas vezes, como no caso de Nilce, o indivíduo era vítima da violência para entregar informações, mas após algum tempo, não se instaurava o processo formal de investigação. Sobre a sua experiência de libertação ela relata: “E foi muito ruim isso, porque de repente eu fui para a rua, então, eu não fui julgada. Os caras disseram que iam me matar e aparecer numa sarjeta. Foi assim que eu fui para a rua.” (CARDOSO, 2012). Ou seja, Nilce não sofreu uma acusação formal, de maneira que, embora continuasse vigiada, sobre ela não pairava nenhum processo judicial, fato que isentaria a repressão sobre um possível desaparecimento.

A ida para um estabelecimento prisional era, muitas vezes, objeto de comemoração, pois significava o término do período de pior violência. Ao oficializar o estatuto de preso ao indivíduo, o Estado deveria permitir as visitas de advogados e da família, o que, inclusive, facilitou as denúncias sobre a violência. Devemos ressaltar, contudo, que tal processo não era simples, em virtude das inúmeras dificuldades impostas pelos organismos policiais, para que o preso tivesse acesso às visitas e a outros direitos mínimos (ARNS, 1996).

Mesmo com algumas garantias, Catarina Meloni (2009, p.55) fala sobre o presídio Tiradentes, em São Paulo como um lugar horrível: “Dentro de um lugar como aquele um homem pode gritar qualquer coisa, fazer qualquer coisa, e nada superará o horror da condição subumana a que está submetido.”. Ou seja, mesmo com a superação da condição inicial, da violência extrema, o ato de estar encarcerada ainda era representativo de algo desumano, especialmente devido às condições em que as pessoas que lá se encontravam estavam – destruídas física e psicologicamente.

O período do encarceramento foi marcante para algumas narradoras pelo fato da convivência com outras mulheres ser acentuada. As celas coletivas em que se encontravam as militantes políticas das mais variadas organizações eram palco de disputas e tensionamentos, sobretudo em relação à análise política brasileira. No entanto, a vivência com as companheiras eram fonte de suporte emocional e compartilhamento de sentimentos. Para Elizabeth Ferreira:

A percepção da passagem do tempo nessa situação é uma das vivências mais difíceis. A previsibilidade, a constância e a inevitabilidade das atividades carcerárias podem tornar muito penoso o dia-a-dia, que parece consistir na repetição de gestos de pouco sentido. (FERREIRA, 1996, p.176).

A ausência de atividades é um dado que aparece nos relatos, mas que aos poucos vai sendo substituída pela organização coletiva, com discussões, momentos de exercícios físicos, atividades culturais, de maneira a organizar politicamente o espaço. Quando questionada sobre quais temas eram discutidos, enfatizando a pergunta sobre situação da mulher e o feminismo, Derlei afirma:

Eu não me lembro de ter tido nenhuma discussão relacionada a feminismo na prisão. Até porque apanhava todo mundo igual né. A tortura era igual para todo mundo. Não havia diferenciação entre homem e mulher na hora da tortura. Não existia. Nós não sentimos nenhuma proteção pelo fato de ser mulher. (LUCA, 2013).

A testemunha afirma negativamente a questão. Contudo, ao falar sobre alguma especificidade da violência cometida contra as mulheres, menciona que *não sentiu nenhuma proteção pelo fato de ser mulher*, compreendendo dessa maneira que, por ser mulher, poderia ocorrer alguma espécie de benesse, carregando um forte estereótipo de gênero, o da suposta proteção masculina. Difere, portanto das

análises feitas por Gilse e Amelinha, as quais enfatizaram que o fato de ser mulher provocava ainda mais a ira dos torturadores, os quais agiam de forma ainda mais violenta. Contudo, mesmo com duas diferentes percepções, a especificidade feminina estaria presente, em uma enquanto maior vulnerabilidade e em outra como trunfo para que a violência ocorresse em menor escala.

O relato da experiência de Amelinha na prisão é permeado por sua reflexão feminista, assumindo-se enquanto tal:

Na prisão a gente começou a discutir com algumas mulheres, poucas mulheres, porque as mulheres tinham mais ou menos esse mesmo raciocínio, só que as mulheres eram muito mais sensíveis às questões do cotidiano. [...] Aliás, das militantes que ficaram comigo, acho que quem era feminista mesmo, foi a Léo, essa que hoje é ministra das mulheres [Eleonora Menicucci]. Nós ficamos juntas na cadeia. Acho que nós duas que éramos mais feministas. As outras não eram. Mas elas ajudaram muito a gente a pensar o feminismo, a pensar a condição das mulheres, de discriminação, de submissão. Nenhuma delas chegou a ser dirigente, de nenhuma das organizações. (TELES, 2012).

Já demonstramos que Amelinha se apresenta enquanto feminista desde 1964. Seu relato reitera diversas vezes tal posicionamento, contrapondo-se àquelas que não eram – *As outras não eram*. Ainda assim, ela confere importância às outras por auxiliarem no processo de pensar as condições em se encontravam, sobretudo aquelas que se relacionavam com o período de militância, de maneira a ressaltar o fato de que nenhuma ocupou cargo de liderança na sua organização.

A organização das presas políticas em torno de demandas também pode ser compreendida a partir do relato de Gilse, quando houve uma campanha para que ocorresse a assinatura do *Jornal do Brasil* na prisão:

E a gente pediu pra assinar o *Jornal do Brasil*. Quando chegou o primeiro *Jornal do Brasil*, nossa, nós estávamos loucas pra ver o jornal, todo mundo querendo o *Primeiro Caderno*, aí eu falei: “Olha gente podem ler sossegados o *Primeiro Caderno*, me dá o caderno que tem os *cartoons*. Eu quero ver se o Henrique ainda tá fazendo *cartoon* pro Jornal do Brasil. Depois eu leio o *Primeiro Caderno*.” E na hora que eu abri, entende, tava lá a charge do Henrique, do Henfil, com um fradinho baixinho falando pra uma menininha de cabelo encaracolado: “O Juliana, chega de comer tanto morango que você vai ter uma caganeira.” Na hora que eu vi aquilo, gente eu comecei a chorar, gritar. O Henrique, através da charge tava me mandando um recado, pra mim e pro pai dela, de que a Juliana tava segura e que tava tão bem, que tava comendo morango com sorvete. Eu fiquei tranquila. (COSENZA, 2014).

Meses antes de ser presa, Gilse havia dado a luz à primeira filha, Juliana. Ao assinar o jornal, seu cunhado<sup>27</sup>, conseguiu, por meio da charge, dar o recado de que a menina estava bem e com seus familiares. Também os seus algozes a torturaram psicologicamente utilizando o argumento que teriam encontrado a recém-nascida.

Começaram a me levar pra interrogar, noites inteiras, sem me tirar a roupa, sem me encostar a mão, só me dizendo que eles tavam revistando a casa das minhas colegas da faculdade, e que iam achar meu bebê, e me descrevendo as torturas que iam fazer com ela na minha frente. Reprisavam, assim, de forma macabra, a descrição do que fariam com ela, né. E eles diziam que eles iam quebrar todos os ossinhos dela ao final e iam botar os eletrodos no cérebro dela pra ver se derretia ou torravam os miolos dela e, depois que transformassem ela num monstrinho físico-mental, que eles achavam que nem iam me matar não, não precisava não, que eles iam me entregar o monstrinho, pra eu ficar o resto da vida olhando pro monstrinho, sabendo que a culpa era minha, por ser uma mãe comunista, desnaturada, a culpa era minha, dela ter virado um monstrinho. (COSENZA, 2014).

A violência psicológica, como a citada, também era rotineira na prisão. O argumento utilizado pela repressão era de que uma boa mãe não poderia estar vinculada à política, sendo comunista e “desnaturada”, culpabilizando-a caso a criança fosse vítima de maus-tratos.

Outra militante, Amelinha, teve os dois filhos sequestrados e ameaçados de tortura, com a utilização do mesmo argumento, de que a mãe era a responsável pelo sofrimento dos filhos. Novamente a repressão se utiliza de estratégias que envolvem o gênero para culpabilizar ainda mais as mulheres, em algo que lhes é característico, a maternidade (OBERTI, 2010).

Assim, até o momento, podemos entender que na narrativa das mulheres sobre a sua militância e o período em que estiveram presas, os componentes de gênero estão presentes em vários momentos, de maneira a enfatizar o que sentem/sentiram e percebem/perceberam sobre o período. Mesmo que em alguns momentos de maneira inconsciente, o gênero é uma categoria que perpassa os relatos.

---

<sup>27</sup> O cunhado de Gilse, Henrique, é o cartunista Henfil. Nesse período ele possuía uma tira no *Jornal do Brasil*, o Fradim. Na notícia <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/02/interna\\_politica,503711/conheca-a-historia-de-como-o-cartunista-henfil-conseguiu-driblar-a-ditadura-com-desenhos.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/02/interna_politica,503711/conheca-a-historia-de-como-o-cartunista-henfil-conseguiu-driblar-a-ditadura-com-desenhos.shtml)> a história está em detalhes.

## 2.3 Retorno à vida legal

Após a saída da prisão, as mulheres entrevistadas passaram a realizar um período de auto-crítica das suas condutas enquanto militantes e das experiências que viveram. Candau (2012, p.66) afirma que: “O apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que foi feito e o que poderia ter sido feito.”. Ou seja, a partir do vivido, as entrevistadas passaram a analisar criticamente uma série de temas.

É importante ressaltar que, dentre as depoentes, duas viveram a experiência do exílio - Derlei e Imaculada. A primeira esteve inicialmente no Chile e, com o golpe militar naquele país ocorrido em 1973, partiu para Cuba onde permaneceu até a anistia no Brasil, em 1979. Imaculada, banida do país no caso do sequestro do embaixador suíço, em 1971 fez o mesmo percurso: Chile e depois Cuba. Maria Lygia Moraes fala sobre a experiência do exílio:

A experiência do desterro é sempre traumática, especialmente nos primeiros anos. Ela implica, na maior parte dos casos, uma perda de status social, muito semelhante ao sucedido com outros povos expulsos de seus locais de nascimento, ademais das perdas de referências familiares e da cultura nacional (MORAES, 2012, p.108).

As entrevistadas que ficaram no Brasil reorganizaram suas vidas das mais distintas formas. O processo sequestro – tortura – prisão era recente e as feridas ainda abertas. Maria Hermínia Almeida e Luiz Weis (1998, p.386) afirmam que “A decisão de cair na clandestinidade não parece ter sido difícil, em especial para os que a tomavam pela primeira vez. Sair dela espontaneamente, ao contrário, era um ato imerso em dilacerações morais.”.

Acreditamos que a inserção nas organizações revolucionárias era motivada pela confiança na iminência da revolução socialista brasileira, ou, pelo menos, de uma mudança estrutural profunda (RIDENTI, 1993). Quando os grupos começaram a ser violentamente perseguidos e seus membros presos, torturados e mortos, o processo de fuga e/ou abandono da luta, mostrou-se como a única alternativa para a sobrevivência.

Contudo, ao mesmo tempo em que tal iniciativa era permeada pela dor da luta perdida, alguns aspectos até então negligenciados e considerados secundários

durante a militância, puderam ser reconsiderados. A redescoberta da privacidade e a valorização da subjetividade passaram a ser temas de reflexão sobre as experiências vividas até então. Mesmo que a aflição pelo que foi sofrido ainda fosse presente, o significado daquele momento histórico estava em vias de elaboração. Garcia afirma: “Por mais fundas que tenham sido as marcas nessas sobreviventes – e o horror da maneira das experiências vividas não deixa dúvidas a respeito – quase todas reivindicam esse momento de suas vidas com pleno e significativo.” (GARCIA, 1997, p.330).

Na obra *Memórias das mulheres no exílio*, Maria do Carmo Brito afirma:

Há um certo tipo de desenvolvimento meu, como mulher, que foi bruscamente cortado pela prisão, pelo exílio e pela viudez; então, nesse sentido, eu tive que refazer um caminho. Esse caminho foi, de uma certa forma, o descobrir mais plenamente a sexualidade. [...]

A descoberta da sexualidade a que me referi, suponho que teria sido muito mais fácil no Brasil. Vou dar um exemplo. Quando acabou o meu segundo casamento, uma das minhas irmãs que já tinha separado do marido no Brasil, escreveu dizendo: ‘agora sai por aí, que é assim que a gente aprende.’ Se elas puderam fazer esse caminho lá, é natural que eu também tivesse podido, embora, como militante de uma organização clandestina, fosse bastante marginal às experiências da minha geração. [...] As experiências de vida das minhas irmãs, de vida mesmo, eram muito mais ricas que a minha. Ah, não há dúvida nenhuma disso. Enquanto estava no Brasil vivi num mundo artificial, bastante ilhazinha, bastante mesmo. Então, talvez no exílio tenha sido mais fácil fazer esse tipo de descoberta, não sei, é bastante difícil saber. (BRITO. In: COSTA et. al., 1980, p.75-76).

Maria do Carmo, uma das poucas mulheres que chegou ao comando de uma organização revolucionária, a VPR, relata que as experiências da sua geração, sobretudo àquelas relacionadas à sexualidade, foram experimentadas somente no exílio, afirmando que a militância a deixou à margem de várias vivências. Também faz a crítica à “ilha” na qual vivia, referindo-se ao cotidiano do seu grupo. A auto-crítica sobre a militância e a condição da luta no Brasil é também fortemente marcada na obra de Derlei, quando se refere à sua inicial experiência no Chile:

Vou à palestra de brasileiros exilados, feita por Vânia Bambirra. Os brasileiros discutem entusiasmados os rumos da revolução brasileira. Acho que fiquei louca de vez. O meu mundo desabou, quem não saiu do país está preso ou morto, restam poucos sobreviventes soltos no Brasil, os grupos de guerrilha urbana foram dizimados e nós aqui discutindo os rumos da revolução brasileira e alguns sempre vendo a ascensão da luta de classes. (LUCA, 2002, p.277).

Para a narradora, que ainda sofria as marcas da violência, a análise dos companheiros no exílio era completamente descabida, pois, para ela *o mundo havia desabado*, não havendo mais possibilidade de qualquer mudança estrutural na conjuntura que estava presente. Após o período inicial no Chile, Derlei seguiu para Cuba e lá se estabeleceu enquanto professora, fazendo também o curso universitário de História. Pelo seu relato, o momento de maior confusão e tentativa de organização da vivência foi aquele vivido no Chile.

O relato de Imaculada não confere tanta particularidade às dificuldades emocionais, pois a mesma logo tentou se inserir em novas organizações de luta. Após a chegada em Cuba, passou a estudar medicina e a atuar no setor sindical de mulheres da Organização Internacional do Trabalho. Engajou-se de maneira tão intensa em tal tarefa que só retornou ao Brasil em 1987 (CONCEIÇÃO, 2014).

Diferentemente de Imaculada e Derlei, que tiveram a experiência do exílio, Amelinha, Suzana, Nilce, Gilse e Leni reconstruíram suas vidas no país. Suzana fala pouco sobre o período da clandestinidade e das ações em que participou em virtude de uma escolha pessoal: “Eu não gosto de falar disso. Porque eu não gosto da forma como isso é visto até hoje. Como isso é contado. As pessoas contam isso como bravata.” (LISBOA, 2012). Ela saiu da clandestinidade em 1978 e, devido à sua luta, o corpo de seu marido, Luis Eurico Tejera Lisboa, enterrado sob o nome falso de Nelson Bueno, em um cemitério em Perus (SP), foi o primeiro dos corpos de desaparecidos políticos encontrado, em 1979.

Trajetória semelhante foi a de Gilse, que viveu clandestina com o marido e as duas filhas no Ceará até a anistia, ainda militando pelo PCdoB, pois a AP, sua organização inicial, havia se incorporado ao mesmo. A experiência das suas escolhas de vida sobre as suas crianças, pode ser exemplificada na sua narrativa, a partir da confusão gerada sobre a vivência clandestina:

E quando veio a anistia, minha menina já estava, a mais velha, já estava com quase 12 anos, a outra, com quase 10 anos. Aí então nós... Porque até aí elas só sabiam que a gente, de vez em quando, teve de mudar de nome, a gente explicava que tinha uns homens maus, que queriam fazer mal pra nós e pra elas, que a gente precisava mudar de nome e precisava tomar cuidado, medidas de segurança, por causa dos homens maus. Aí a partir da anistia, a gente abriu o jogo com elas de qual era, já tavam maiores e tudo, qual era mesmo a situação, qual era a luta, etc e tal. Elas pensavam que a gente era filho único, que elas não tinham parente nenhum né, não tinha avô, não tinha tio, não tinha nada. Aí nós contamos pra elas, que elas

tinham avô, avó, que tinham 12 tios por parte do pai, que tinham 10 tios por parte de mãe, que tinham um monte de primo, né. E aí viemos pra BH pra tirar novamente os documentos verdadeiros, de nós quatro e pra elas conhecerem a família e a família conhecê-las. Fomos a Montes Claros pra conhecer a família do Rodrigues, viemos aqui pra conhecer a nossa família. Elas ficaram muito desorientadas e quando nós compramos lá, antes de vir, um caderno de caligrafia pra elas escreverem o nome do pai, da mãe delas, decorar, elas falaram “Mamãe, esse nome não, ô mamãe esse nome tá muito esquisito, muito difícil. Ah, mamãe vamos ficar com o Aguiar de Souza mesmo.” A gente falava não minha filha, não dá, esse nome, Aguiar de Souza nós usamos pra nos defender. Agora, o nosso nome é esse. “Ah não, então vamos voltar pro Pereira da Silva.” Não filha, não dá, tem que ser Cosenza, mesmo. Tem que ser esse. Elas custaram muito a perceber que existia uma questão chamada direito a identidade. Pra elas nome, identidade, era uma coisa que você usa o que você quiser, pra se defender de gente ruim. Pra se defender de inimigo. Elas custaram a assimilar o fato de que agora não é apenas mais uma mudança de nome, agora nós estávamos voltando para a identidade que era nossa já desde que nascemos. Isso foi uma coisa muito complicada na cabeça delas, entender a questão da identidade (COSENZA, 2014).

Além de todas as dificuldades enfrentadas no tocante à reorganização da vida legal, que passava a ter o componente da luta pela anistia, diferindo do viés revolucionário preconizado poucos anos antes, o esforço para que as filhas menores compreendessem a dinâmica do que vinha ocorrendo até então foi mais um episódio da vida daqueles que estavam saindo da clandestinidade<sup>28</sup>. A memória que as crianças possuíam até aquele momento foi reestruturada em virtude do que passaram a saber sobre as suas origens e motivações para as constantes mudanças, de maneira a reorganizar sua própria identidade (CANDAU, 2012).

O retorno de Leni às atividades consideradas legais deu-se ainda em 1973, quando retomou o curso de Sociologia na UFRGS. Contudo, ao chegar na universidade teve um choque: “Quando eu cheguei em Porto Alegre eu lembro assim, olha, o centro acadêmico estava fechado, as portas literalmente fechadas, não havia mais movimento estudantil, não vias mais nada. Parecia que tinha morrido tudo.” (COLARES, 2014). Podemos compreender seu espanto, tendo em vista que o acirramento da repressão fez com que o movimento estudantil, no início dos anos 1970, diferentemente das grandes mobilizações de 1968, praticamente desaparecesse.

---

<sup>28</sup> Em 2014 foi lançado a obra “Infância roubada – crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil” que contém quarenta e quatro depoimentos de crianças que tiveram suas vidas marcadas pela repressão durante a ditadura. Ver: MERLINO, et al. (2014).

A experiência da retomada narrada por Nilce denota condições difíceis de reinserção na sociedade, mas, ao mesmo tempo, refere a sua esperança na militância, mesmo aquela de um modelo diferente, vinculando-se a um partido legal:

Terminou a Ação Popular aqui, porque quando eles me pediram para reconstruir eu tava fisicamente muito mal, muito mal mesmo e não tava confiando porque eu não sabia em quem confiar. Então eu falei não, porque eu não tenho condições físicas de recontatar esse pessoal, e tava muito mal de saúde, muito mal. Então eu precisava primeiro me reconstruir para fazer um trabalho interno que ia me exigir muito. Além de eu estar sem possibilidade de acreditar. Eu não sabia como tinham sido tantas quedas. Aí eu fui militar no IEPES naquela época. Que só tinham dois partidos né. Fui para o MDB, na ala intelectual que se chamava IEPES. Aí fiquei trabalhando no movimento de mulheres, que tinha muitas mulheres professoras. Aí voltei a ser professora, basicamente de mulheres. Isso em 72 em seguida, 73, 74. Fiquei presa em 72, aí saio, arrumo emprego e 73 já estava militando de novo.<sup>29</sup> (CARDOSO, 2012).

Dois são os pontos sobremaneira relevantes do seu relato. O primeiro é o descrédito na reestruturação da AP, pela desconfiança e por seu estado de saúde. Tal sentimento é motivado pela “queda”<sup>30</sup> grande, ou seja, alguém da organização entregou os companheiros, o que motivava o receio. O segundo é a decisão de atuar em um partido legal, no caso o MDB. Mesmo com toda a violência sofrida e as sequelas dela decorrentes, Nilce nunca deixou de se sentir incomodada com as mazelas sociais. Susel da Rosa (2013, p.103), no estudo que também contou com Nilce como uma das testemunhas, afirma que sua trajetória é uma “[...] reinvenção do político que reflete o cuidado consigo e com o mundo [...]”.

Após o término do período de encarceramento, a militância de Amelinha se concentrou nas discussões relativas ao movimento feminista e à organização do movimento de mulheres, participando da criação do jornal *Brasil Mulher* e da busca de espaço para tais questões dentro do (ainda repressivo) cenário político nacional, em articulação com as demandas mais amplas dos movimentos sociais, sobretudo, a abertura política.

Compreendemos assim que diferentes foram os tempos e meios encontrados pelas depoentes para se reinserirem na vida cotidiana legal. Enquanto que, para Derlei e Imaculada o exílio/banimento foi a forma de sobreviver, a

---

<sup>29</sup> O IEPES (Instituto de Estudos Políticos e Sociais), criado no RS nos anos 1970, era vinculado ao MDB e tinha como objetivo atrair a intelectualidade crítica ao regime. Vide: MOTTA, 1993.

<sup>30</sup> A expressão “queda” era utilizada quando os militantes eram presos.

manutenção da vida clandestina até próximo a anistia foi a solução de Suzana e Gilse. Com a prisão e a impossibilidade física e/ou emocional de retornar à clandestinidade, Nilce prefere se inserir no partido de oposição consentido pela ditadura, o MDB. Já Amelinha, mesmo com a manutenção da militância no PCdoB, decide lutar quase exclusivamente no movimento de mulheres, quando o movimento feminista se articulava de maneira mais organizada no país. Já Leni, após o período de um ano em que se escondeu, embora não de maneira clandestina, resolve retomar seus estudos universitários e manter a militância no movimento estudantil, o qual se encontrava em período de quase desaparecimento.

A trajetória das entrevistadas, tão distinta e ao mesmo tempo com pontos em comum, demonstra que em determinado momento da militância, a opção pela entrega total a causa revolucionária, mesmo com as possíveis implicações daí derivadas, foi a decisão predominante.

\*\*\*\*\*

Ante a análise realizada no capítulo, algumas considerações podem ser elencadas. A primeira delas refere-se à presença, ou não, de componentes de gênero nos relatos. Aparecendo de maneira mais visível, como no caso da narrativa de Amelinha e Gilse, ou com menos relevância, como no testemunho de Derlei, tais aspectos estão presentes, sobretudo a partir da mediação da sua memória, a qual foi, aos poucos, incorporando elementos que rearranjavam suas narrativas sobre o período. Percebemos, sobretudo, que a maior ou menor presença do componente de gênero pode ser relacionado com a militância feminista posterior, de maneira que as militantes buscam relacionar a sua trajetória militante com a percepção e militância em prol das demandas feministas.

Em segundo lugar, a experiência da militância e as vivências dela decorrentes foram fundamentais para que o movimento feminista organizado ganhasse fôlego, sobretudo, a partir de meados dos anos 1970. Assim, na sequência do trabalho discutiremos a maneira como as testemunhas compreenderam o momento de ascensão das bandeiras feministas e se possuíam alguma identificação com as mesmas, como já mencionado, a partir da mediação da

sua memória. Dessa forma, tentaremos compreender como o movimento se consolidou no país.

### **3 E o feminismo?**

A pergunta proposta enquanto título do capítulo é o que tentaremos responder nessa última parte do trabalho. Intentamos analisar a maneira como mulheres entrevistadas compreenderam o surgimento e as demandas do movimento feminista de Segunda Onda, bem como a sua posterior participação, ou não, no mesmo. Assim, a partir da sua militância nas organizações revolucionárias buscamos fazer a análise da organização efetiva do feminismo enquanto movimento social no Brasil, sobretudo a partir de 1975, ano declarado pela ONU, como o Ano Internacional da Mulher.

Assim, dividimos o capítulo em dois momentos principais. No primeiro deles objetivamos, a partir dos relatos, compreender como as militantes vivenciam o surgimento do feminismo a partir dos anos 60 e se as reivindicações foram objeto de apropriação por parte destas mulheres. No segundo tópico, sobretudo a partir da bibliografia existente sobre o tema, relacionaremos a experiência de combate à ditadura com o fortalecimento do movimento feminista, bem como as tensões existentes e a dinâmica de atuação.

#### **3.1 As militantes e a compreensão sobre o movimento feminista**

A militância contra a ditadura, seja ela baseada na total inserção do indivíduo no movimento ou apenas em determinadas ações, era alicerçada em preceitos teóricos e práticos acerca da compreensão sobre o processo revolucionário que se desencadearia. Nesse contexto, como demonstrado no primeiro capítulo, foram poucos os grupos que se preocuparam em apontar

demandas de cunho feminista como parte de seu programa político. Mesmo com tal posicionamento, acreditamos, com base nas entrevistas, que as mulheres militantes, para além do isolamento provocado pela clandestinidade, tiveram, mesmo que de maneira inicial, contato com as discussões feministas propostas entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970.

Além da participação política, indicativo da ruptura de lugares de gênero socialmente determinados, intentamos analisar como ocorreu a compreensão do que era discutido pelo movimento que reapareceu com força em diferentes locais do globo. Rachel Soihet (2014, p.124) assim o caracteriza:

[...] novas questões foram colocadas em suas pautas de reivindicações, distintas daquelas de feminismos anteriores, expressando o momento histórico em que estavam inseridas. Em consequência, destacam-se nas agendas feministas novas questões, como as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. As ‘políticas do corpo’ assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando-se a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e contra a violência sexual, não mais admitindo que essa fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público. (SOIHET, 2014, p.124).

Tal caracterização pode ser sintetizada no lema do movimento “O privado é político”, de maneira que questões consideradas de foro íntimo passaram a ser objeto de discussão e reivindicação política. Assim, um dos objetivos da pesquisa é analisar se as militantes perceberam, vivenciaram e se apropriaram, durante a militância, da ascensão das lutas feministas. Como já mencionado em diferentes momentos do trabalho, o relato baseado na memória é perpassado pela reelaboração do vivido, no caso do trabalho, dando ênfase às experiências de gênero. Alejandra Oberti, ao analisar narrativas de militantes argentinas, análise que transportamos para o caso brasileiro é objetiva em tal aspecto:

[...] al construir la historia de la propia militancia cada una de ellas desarrolla reflexiones y exponen los sentimientos que las llevaron a experimentar la política como un eje central en sus vidas y a dejar en un segundo plano ‘lo personal’. Pero, al mismo tiempo, el análisis que realizan se ve nutrido por elementos discordantes que vienen del presente. Construyen un yo narrativo donde conviven en tensión la reconstrucción del pasado y la organización de una memoria que desde el presente incorpora nuevos elementos. (OBERTI, 2010, p.16).

Assim, a partir da análise dos testemunhos, o que se percebe é a preponderância da narrativa em torno da política, embora as questões consideradas secundárias, baseadas em vivências no âmbito privado, ganhem destaque, sobretudo pela dinâmica da clandestinidade confundir os dois aspectos, como demonstrado no capítulo anterior.

A fala de Leni resume, em linhas gerais, a análise feita pelas mulheres entrevistadas:

Ela [a discussão] se colocava não como movimento feminista, ela se colocava a questão da mulher. Então, como é que se colocava a questão da mulher assim para nós? O que eu lembro das discussões... Isso é uma coisa que gravei. Se colocava assim... primeiro, que ela estava submetida à luta política mais geral, ou seja, mulheres e negros só seriam libertos realmente no dia em que tivéssemos o socialismo, não haveria igualdade plena dentro de uma sociedade capitalista, onde ninguém tem igualdade plena. Então havia essa noção bem clara assim, isso eu me lembro. Era algo que era subordinado. Mas se discutia a questão da sexualidade, afetividade, casamento. (COLARES, 2014).

Gilse ressalta que, durante a sua militância no movimento estudantil universitário, percebia alguns problemas no tocante às relações de gênero e buscava compreendê-los e alterá-los, enfatizando que inclusive os companheiros de mobilização eram cobrados pelas funções designadas às militantes, entendidas enquanto machistas:

Bem, esse período aí, mesmo entre o pessoal que tava contra a ditadura, eram muito fortes as marcas machistas, muito fortes. O papel da mulher aí ainda era extremamente desvirtuado. E justamente nesse período, início de faculdade, e aquilo me revoltava muito, eu ia brigando, por causa disso. Brigava com a ditadura e brigava com as pessoas por causa do papel que eles designavam pras mulheres. Inclusive meus companheiros de luta contra a ditadura. (COSENZA, 2014).

Na sequência da sua fala, quando relata sobre a sua saída para a clandestinidade e o acirramento da repressão, o foco de atuação se relaciona com a sobrevivência em meio ao terror implantado. Assim, percebemos que a grande luta, e o argumento utilizado pela esquerda era esse, de que a prioridade se encontrava na luta de classes e a derrubada da ditadura, sendo que, após sua resolução, todos os outros conflitos seriam automaticamente resolvidos. Gilse afirma:

Ali nós estávamos na turbulência, entende, a tal da ditadura e já entrando na clandestinidade, então, realmente, aí o nosso foco tinha de ser sobreviver e lutar na clandestinidade, entende? Ali, era na prática que tinha que se resolver as questões. Não tinha como você estar colocando a discussão da mulher nesse período. Nesse período era discutir como enfrentar a ditadura, como sobreviver, como levar a luta pra frente. E tinha que fazer isso na prática né. Nesse período, não. Eu voltei a tratar dessa questão já mais tarde, quando estava próximo da anistia. (COSENZA, 2014).

Ou seja, a preocupação maior, especialmente com o fechamento do Estado e a escalada da violência, era a sobrevivência. Gilse refere-se à prática, percebendo, no entanto, as alterações no tocante às questões de gênero enquanto puramente teóricas, do âmbito das discussões. Isso se revela contraditório em relação a fala anterior. Na sua compreensão, a sobrevivência era relacionada com ações imediatas, enquanto a mudança estrutural mais ampla, a processos mais longos.

Amelinha também menciona essa preocupação com questões próximas, colocando-se como enganada pelos companheiros que a teriam feito crer que apenas o capitalismo era responsável por todas as mazelas que vivenciavam:

[...] a repressão não dava folga. Cada vez mais fazia seu cerco que ia se tornando mais intenso e eu acabava achando que estava sendo egoísta, mesquinha mesmo, de pensar em questões como o sexism, machismo, entre outras. Eles me faziam acreditar que a revolução era prioridade número um. Depois vamos tratar das questões de super estrutura como as questões ideológicas e culturais. (TELES, 2010, p. 286).

Demonstramos anteriormente que Gilse menciona sua preocupação com as demandas femininas ainda durante o movimento estudantil universitário. Com o acirramento da repressão e a perseguição implacável que se abateu, ela passou a deixar em segundo plano tais reivindicações, focando-se na luta pela sobrevivência. Para Amelinha, a sua preocupação com algumas questões específicas femininas foi encarada como egoísmo, pois os esforços deveriam se concentrar na efetivação do processo revolucionário, considerado a prioridade fundamental, pois, a partir da sua concretização, muitas demandas simplesmente desapareceriam, já que eram avaliadas enquanto consequência direta do modo de produção capitalista.

Ressaltamos novamente o papel da memória na configuração da narrativa, pois as experiências posteriores de Gilse e Amelinha, preocupando-se com problemáticas feministas, incorporaram alguns elementos nesse sentido,

diferentemente de Derlei e Suzana, por exemplo. Para a primeira: “Nunca teve nenhuma participação, não, nenhuma questão de discussão de gênero, de feminismo, nada disso. Isso é coisa de agora. Naquela época não se discutia nada disso.” (LUCA, 2013).

Suzana também se refere a ausência de lembranças:

Eu por exemplo, na época não tive acesso a informação de luta feminina, de luta das feministas, eu não tive acesso a nada disso. Era uma coisa muito intuitiva ali da, para a participação da gente. Eu não lia nada, eu lá lia Simone de Beauvoir. Eu não tinha noção de absolutamente nada. (LISBOA, 2012).

Ambas as militantes mencionam a ausência de discussão quando questionadas sobre o tema. Derlei afirma categoricamente que *isso é coisa de agora*, não dizendo respeito à sua época de militância. Já Suzana avalia a ausência do tema na sua militância enquanto derivada da não acessibilidade ao mesmo e não porque o mesmo não fosse presente naquele momento. Também fala que era intuitiva a percepção das questões feministas.

Podemos mencionar o “mal-estar sem nome” de que fala Betty Friedan, que acometia muitas mulheres norte-americanas, mas que só foram nomear após o contato com o feminismo.

Jorge Lozano (2006, p.16) nos ajuda a explicar os diferentes posicionamentos das narradoras: “[...] a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão e versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência histórica.”. Ou seja, a partir dos relatos acessamos determinada visão sobre o período, com a mediação da memória e das experiências posteriores. Assim, na sequência da sua fala, Suzana relembraria a existência de momentos de reflexão:

Eu não participei de discussão especificamente disso. Uma das pessoas que dava orientação ali para a base de secundaristas do Julinho era a Beth Lobo, que é uma grande feminista que foi morta. [...] Ela que... a primeira vez que eu ouvi falar alguma coisa de ser mulher foi ouvindo a Beth falar. Porque até então porque para mim... aquela coisa...ou tu fica naquele sonho cor de rosa que é casar e ter filhos, e tem mulheres que gostam de trabalhar e até podem trabalhar sem ser filhas da puta. Eram discussões muito fechadas, não era uma coisa corriqueira. E ela que abriu um pouco. Pelo menos para mim. A lembrança que eu tenho é isso. [...]. Nós éramos três e elas duas eram super amigas e intelectualizadas. Elas me deram alguns livros para ler. E elas estavam muito acima do meu nível intelectual de

conhecimento. Elas discutiam Sartre e eu não sabia quem era. Mas eu comecei a ler algumas coisas que elas me deram. Mas não era meu chão. Nunca curti essas coisas. Eu gostava de ir para a passeata, entendeu, de ver as coisas acontecer. (LISBOA, 2012).

Alguns pontos da sua fala podem ser destacados. O primeiro deles se relaciona com a divisão em dois grupos sobre o ser mulher: um deles seria aquelas que almejariam o casamento, trabalhando em casa, e o outro, das mulheres que trabalhariam fora, mas não seriam necessariamente *filhas da puta*. Tal afirmação é emblemática, pois na sua concepção, o trabalho além da casa e do espaço privado, não seria adequado (com algumas exceções como a própria narradora pontua).

No segundo momento, Suzana ressalta novamente a possibilidade do acesso à discussão feminista. Ao ser amiga de duas meninas consideradas mais intelectualizadas, ela passou a ler alguns textos sobre a temática. Contudo, por considerar o tema teórico em demasia, não se interessou, preferindo *ver as coisas acontecer* e não teorizar sobre elas. Portanto, Suzana caracteriza o movimento feminista enquanto pertencendo somente ao plano das ideias e não das intervenções na realidade, o que o diferenciava da sua militância política e o tornava desinteressante.

Em depoimento presente na obra *Memórias das mulheres no exílio* (COSTA, et al., 1980) há a afirmação de que a problematização das experiências das militantes só puderam ser analisadas a partir do contato com o feminismo. Maria Nakamo afirma:

Foi preciso tomar contato com os movimentos feministas de um país mais desenvolvido para que eu passasse a pensar nestes problemas. No princípio, achava que o movimento feminista era um negócio totalmente louco, que não tinha nada a ver com o processo real, que era um grupo de mulheres alienadas. A minha visão em relação a este movimento era extremamente crítica, pois achava que o importante era fazer o que fazíamos no Brasil: integrar as mulheres na política, dentro de uma perspectiva socialista. Mas quando começo a conhecer a luta feminista que se desenvolve em todos os países desenvolvidos, a ver que ela é realmente a expressão de uma situação de dominação e a tentativa de romper com isso, consigo compreender a sua razão de ser. E hoje sei que ela tem um sentido, que representa um momento histórico importante na vida destas sociedades. (NAKAMO. In: COSTA et. al., 1980, p.316-317).

Sua reflexão nos faz atentar para algumas questões que já foram mencionadas, mas que devem ser retomadas. O feminismo, enquanto novo

movimento social que se reorganizava, foi visto como pequeno-burguês pela maior parte da esquerda revolucionária e suas participantes como alienadas. Contudo, ao se exilar e ter contato direto com o mesmo, Nakano passou a considerá-lo necessário, sobretudo na sua tentativa de romper com a dominação imposta pelo sistema patriarcal.

Em outro testemunho, Maria Valderez Coelho da Paz também considera o exílio enquanto momento da percepção sobre as questões que o feminismo apresentava:

Só comecei a ouvir falar disto com alguma seriedade na Europa. Porém, não tive inicialmente disponibilidade para essa problemática, que para mim ainda era secundária. O principal era a política brasileira, a situação no Brasil e que contribuição eu poderia dar. Além disso, havia com certeza uma forte resistência: eu pressentia que o questionamento seria em um nível de profundidade muito grande. As questões que o feminismo está levantando são as mais subversivas possíveis, **mais subversivas que a luta de classes** [grifo meu]. Além das preocupações de ordem econômica, pela primeira vez é contestada de maneira consequente a estrutura de base de uma opressão e exploração milenar: a família. Tudo é questionado, toda a forma de viver. Então é claro que eu tinha um medo inconsciente, as defesas eram enormes. (PAZ. In: COSTA et. al., 1980, p.350-351).

Em seu relato novamente aparecem as impressões do passado sobre o movimento: o mesmo não seria sério o suficiente e a militância deveria se concentrar na política brasileira. Ao mesmo tempo, a narradora afirma que pressentia que os questionamentos propostos seriam de profundidade, para além da luta de classes, pois era questionada a própria organização familiar clássica, com papéis sociais que pareciam naturalmente dispostos. Havia, por isso, (e a depoente consegue fazer a análise da sua conduta) um medo em tomar contato mais profundo com que estava sendo proposto. Ao afirmar a potência subversiva do feminismo, percebemos uma mudança de concepção, pois avalia que o fundamento das diferenças se encontra no sistema de dominação relacionado ao patriarcado, e não no capitalismo.

A narradora Glorinha (1980, p.416) possui uma visão semelhante sobre o momento da militância, embora já questionasse a politização do espaço cotidiano:

A gente tentava um mínimo de inserção do político no cotidiano, quer dizer, não éramos só a pessoa heroica no sentido de transformar o mundo, também nos questionávamos: saímos de casa não casando, tentando romper com a virgindade, tentando desmistificar o casamento. Mas não vivenciamos isso tudo enquanto movimento feminista. O que a gente sabia de feminismo nessa época era que as mulheres americanas eram lésbicas,

feias, complexadas, ou então que o movimento francês era coisa de pequeno-burguesas que não tinham o que fazer e que nada disso se aplicava à realidade de um Brasil e uma América Latina subdesenvolvidos. Então pensávamos que rompíamos com tudo – e rompíamos em parte – mas continuávamos reproduzindo todos os valores da nossa educação. (GLORINHA. In: COSTA et. al., 1980, p.416).

Sua narrativa, permeada por avaliações feitas já no exílio, como a referência ao equívoco sobre o que eram os movimentos feministas para além dos estereótipos, indica que Glorinha percebe a importância do que foi vivenciado durante a militância, ao afirmar os diversos rompimentos – do tabu da virgindade e do casamento -, embora militantes como Gilse mantivessem os rituais. Contudo, o ideal difundido entre a maior parte da esquerda brasileira, era de que a ruptura com tais comportamentos traria a completa libertação. Contudo, como a narradora afirma, o que ocorria era apenas a reprodução de valores e práticas consideradas conservadoras.

Ainda na mesma obra, a depoente Regina afirma:

Acho que a nossa geração, a geração de 68, viveu a briga contra a virgindade, a negação do casamento, a tentativa de uma nova relação. Tudo isso faz parte da nossa libertação, mas na minha opinião eram rebarbas de um sentimento de opressão absolutamente inconsciente. (REGINA. In: COSTA, et.al., 1980, p.415).

A menção a *um sentimento de opressão absolutamente inconsciente* pode ser classificada novamente com o “mal-estar sem nome”, definido por Friedan (1971). Regina novamente reconhece que as vivências da sua geração foram importantes para a superação dos códigos de conduta impostos, mas não os encarou, naquele momento, enquanto um movimento organizado que visasse à libertação das mulheres. A reavaliação constante do passado, sobretudo após o contato com o feminismo e a decepção muitas vezes proveniente da análise das relações com os companheiros e da militância de modo mais amplo, foi motivo de rompimento entre setores da esquerda:

Sil la militância implicava una igualación que se producía sólo en términos ideales, es en la reinterpretación del reclamo de que esa paridad se haga efectiva y de las consecuencias de que no lo sea, que se introducen preguntas desestabilizadoras. Los testimonios de mujeres abren juicio sobre el pasado desde una perspectiva, la de hoy, en la cual la presencia en el espacio público de los movimientos de mujeres y feministas es vital. (OBERTI, 2010, p.16-17).

Ou seja, segundo os relatos, a tomada de consciência feminista que ocorreu para parte das militantes no exílio fez com que o questionamento sobre a militância incorporasse elementos de gênero, rompendo assim com o ideal de igualdade que fora difundido em momentos anteriores. Embora não tenha passado pela experiência do exílio, Amelinha também é enfática sobre a importância do ano de 1968 na sua trajetória:

Foi a gente se descobrir. Para mim foi... Eu em plena clandestinidade descobrir que eu tenho direito a ter desejo, a ser um ser desejante, a ser... eu tenho direito a exercer com liberdade a minha sexualidade. Eu aprendi tudo isso em 68. Porque isso eu não aprendi antes... falava ali e tal... mas ali em 68... E isto é político. Porque ficava muito no campo individual... problema é seu. Você tem o seu desejo... problema é seu. Você tem, você sente, você quer manifestar a sua sexualidade... o problema é seu. Não é... é um problema social, é um problema político, sabe? O pessoal é político a gente vai aprender lá em 68. (TELES, 2012).

Como já dito em outros momentos do trabalho, Amelinha é uma das referências históricas do feminismo no Brasil. Ao narrar sua trajetória busca constantemente elementos que corroborem sua atuação, atribuindo um sentido, portanto, ao caminho que percorreu. Sua narrativa sobre o passado é o que forma sua identidade feminista presente, dando coerência ao todo vivenciado. Na definição de identidade proposta por Pollak:

[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p.204).

Tal assertiva pode caracterizar, de alguma forma a narrativa de todas as militantes, mas exemplifica de maneira exemplar a maneira como Amelinha conduz o relato de sua história enquanto feminista. Na sequência da sua fala, ela caracteriza o ano de 1975 enquanto marco para a militância no movimento feminista, embora enfrentasse percalços por parte do seu partido:

Mais particularmente em 75 né, que é o Ano Internacional da Mulher né. Aí que a gente se mobiliza em torno da questão da mulher, como era chamado naquela época. E os partidos vão dizer que essa luta é divisionista, é pequeno-burguesa, que isso é uma luta contra os trabalhadores né, que homens e mulheres são iguais. Não tem motivo, não tem motivo para essa discussão. E quando a gente levantava as questões da sexualidade, as

questões do aborto, do direito ao aborto, as questões da violência, as questões do trabalho doméstico, eram as questões que a gente levantava porque a gente vivia aquilo né, aí o partido colocava que isso ia ser resolvido depois da revolução. Tinha que ter a revolução primeiro, entendeu? (TELES, 2012).

As questões consideradas pequeno-burguesas, sobretudo que se relacionavam com demandas específicas de determinados grupos, não eram consideradas pela maioria dos grupos resistentes à ditadura. A revolução socialista era prioridade absoluta. Mesmo assim, as reivindicações eram colocadas em pauta, pois algumas integrantes as consideravam de importância. Nos próprios relatos das militantes percebemos tal diferenciação. Portelli (1997, p.15) afirma que ao priorizarmos os relatos enquanto fonte de pesquisa conseguimos perceber o quanto os processos históricos, no caso específico o feminismo de Segunda Onda, influenciou as vivências individuais, na pesquisa proposta, as mulheres militantes. Em alguns casos há o abandono dos partidos tradicionais, por estes não considerarem a pauta relevante, em outros, o elemento feminista vai, aos poucos, incorporando-se.

Nesse sentido, a fala de Vânia, é representativa da análise realizada a partir do contato com o feminismo:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação à questão das tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam. (VÂNIA. In: COSTA, et al., 1980, p.113).

Em um primeiro momento, a importância dada aos aspectos práticos da militância cotidiana foi considerada como marco para a igualdade de gênero, embora não fossem discutidas, exceto quando provocadas, como no caso de Amelinha. Contudo, nas decisões políticas, análise e estratégia de ações, o papel feminino era diminuído em função do que era por eles decidido. Tal crítica é exemplificativa da

maneira em que as mulheres passaram a militar politicamente, subordinadas às decisões dos colegiados compostos na sua maioria por homens.

No entanto, mesmo com tais percalços e impedimentos, sua participação e ações implementadas significaram o rompimento de barreiras até então consideradas quase intransponíveis. Wolff resume a mudança que ocorria:

O fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia da esquerda daquela época, colocando a luta de classes à frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação destas aos movimentos e organizações que lutavam contra as ditaduras. (WOLFF, 2007, p.152).

Dessa maneira, mesmo que as percepções sobre o movimento feminista variassem de acordo com o interesse da militante, podendo considerá-lo irrelevante ou fundamental, a incorporação das mulheres à luta política foi essencial para os embates que se desencadearam posteriormente.

Conforme o que se explorou nos depoimentos, bem como nas narrativas já publicadas, o feminismo e a condição feminina foi encarado de maneiras distintas pelas militantes, de maneira a atender, ou não, muito do que era classificado como o “mal-estar sem nome”. Exemplificando: para Derlei ele não foi considerado relevante, enquanto que para Amelinha foi fundamental. Algumas mulheres só nomearam suas insatisfações enquanto decorrentes da opressão patriarcal no momento do exílio, quando o contato com o movimento internacional fez com que refletissem sobre suas práticas e vivências anteriores.

### **3.2 A organização do movimento feminista brasileiro**

O movimento feminista não surgiu no Brasil somente na década de 1960. Já no século XIX Nísia Floresta “[...] encontra saberes para denunciar a negação de acesso das mulheres à educação e para repudiar a escravidão.” (SOIHET, 2013, p.13). No início do século XX, Bertha Lutz foi uma das principais expoentes das reivindicações classificadas como fazendo parte do já citado feminismo de Primeira Onda, levantando as bandeiras do direito ao voto, ao trabalho e à educação, seguindo também o que era reivindicado internacionalmente. A partir da década de

1930 o movimento sofreu um refluxo, embora os grupos organizados de mulheres continuassem a fazer manifestações esporádicas (PINTO, 2003).

Em meados da década de 1960, como demonstrado no primeiro capítulo, o movimento feminista, sobretudo no mundo ocidental, reorganizou-se em torno de novas demandas, relacionadas, na sua maioria, aos direitos ao corpo e à livre expressão da sexualidade. No Brasil, os reflexos desse momento foram os mais diversos, com atuações individuais ainda nos anos 1960 ou de maneira organizada, a partir de meados da década de 1970. Enquanto movimento social vinculado à pautas específicas, suas primeiras ações datam do ano de 1975 (Ano Internacional da Mulher) e da década 1975-1985 (a Década da Mulher).

Mesmo que alguns marcos temporais foram estabelecidos pela ONU, não podemos negligenciar todo o trabalho teórico e de divulgação desenvolvido por mulheres desde meados da década de 1960, as quais, através de publicações e debates, já realizavam, de maneira quase que solitária, a difusão das discussões propostas pelo movimento internacionalmente, adaptando-as à realidade nacional.

Méndez (2008) analisa a trajetória de vida de três intelectuais feministas, (Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleith Saffioti), e dimensiona as discussões e a difusão de idéias na época. Para a autora, não podemos fixar temporalmente a consolidação do movimento em território nacional no ano de 1975, pois tais intelectuais já desenvolviam reflexões ainda na década de 1960 e não estavam ligadas a nenhum outro grupo social:

[...] uma das singularidades do pensamento feminista no Brasil é que este se constituiu como uma contra-corrente intelectual e social, já que nas suas primeiras manifestações, caminhava de forma autônoma em relação a qualquer movimento social que lhe fornecesse uma base de apoio, pelo menos em solo brasileiro. (MENDEZ, 2008, p. 18-19).

Rachel Soihet (2013) também destaca a produção das três autoras, situando-as enquanto referências para a compreensão da dinâmica feminista nacional, sobretudo a partir das suas publicações, as quais, como no caso da Carmen da Silva, tinham um amplo alcance.

A maioria destes trabalhos situa o surgimento do movimento feminista de maneira organizada no Brasil em 1975. Tal constatação, contudo, deve ser encarada com cautela, tendo em vista que se baseia em uma disputa de memória entre

distintos grupos. Joana Pedro (2006) analisa esses momentos, encarando-os enquanto conflitos sobre as narrativas fundadoras do feminismo no Brasil. Podemos elencar, de acordo com sua interpretação duas narrativas que buscaram se legitimar enquanto as precursoras das discussões no país.

A primeira delas pode ser representada na figura da advogada Rommy Medeiros, que embora não fosse do campo da esquerda e se relacionasse com setores do governo ditatorial, empreendeu lutas pela melhoria da condição das mulheres. Ainda no ano de 1972, Medeiros organizou um congresso para discutir algumas reivindicações, não obstante ter sido chamada reiteradamente ao DOPS/SP para prestar esclarecimentos sobre a natureza do evento que organizava.

Em 1975, outro congresso, realizado na ABI e organizado por mulheres, na sua maioria vinculadas à esquerda, viria a se tornar o marco desse novo momento que se visualizava de maneira nítida no país. Pedro (2006) explica o porquê de tal narrativa ser preponderante sobre as demais:

Lutar no Brasil pela 'liberação das mulheres', no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as idéias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data 'fundadora' de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação 'feminista' alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por 'conscientização' das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto. (PEDRO, 2006, p.269).

A partir de tal consideração, com o auxílio dos relatos, podemos compreender a dinâmica do ressurgimento do movimento feminista no Brasil, que embora na narrativa predominante possua uma matriz de esquerda, não ocorreu sem conflitos, sobretudo entre as militantes que se exilaram e aquelas que ficaram no país. Maria Rosa Dória Ribeiro analisa tais embates enquanto propulsores das reflexões:

Já antes do retorno das exiladas o incipiente movimento feminista se ressentiu da defasagem criada por tal dicotomia. Entretanto também se pode afirmar que se beneficiou dela pelo diálogo travado entre ambas as vertentes. Embora no mesmo campo político, as exiladas assimilaram as idéias feministas mais rapidamente. Este foi um dos conflitos que fez

avançar o movimento feminista no Brasil, e que o caracterizou. (RIBEIRO, 2010).

A citação se refere a outro componente da configuração do feminismo no Brasil e que devemos problematizar. Mesmo entre as militantes do campo da esquerda, outra dicotomia se criou, sobretudo no momento do retorno das exiladas. Nessa perspectiva, podemos compreender as divergências existentes enquanto formadoras das especificidades do movimento no país, pois, nas palavras de Yasmine Ergas (1995, p.287-8): “[...] no mundo contemporâneo o feminismo adquiriu significados diferentes para contextos diferentes.” No caso brasileiro, o contexto era de combate a um sistema de governo ditatorial e de disputas internas entre as componentes do próprio movimento. Céli Pinto afirma:

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícil paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p.45).

Além da tensão derivada da vigilância dos órgãos da repressão, da não aceitação das reivindicações por parte dos próprios companheiros de militância, os quais consideravam o movimento ilegítimo por separar as lutas, existiram ainda divergências dentro do próprio grupo. Cyntia Sarti (2004, p. 41) elenca duas correntes principais dentro do insipiente movimento, derivadas das divergências entre as militantes. A primeira priorizava as reivindicações relacionadas com questões de trabalho, acesso à saúde, bem como às instâncias decisórias e a segunda que se preocupava com temas vinculados à subjetividade, às relações interpessoais, de maneira que sua atuação se relacionou aos grupos de reflexão.

Assim, para compreendermos a dinâmica da organização desses grupos, precisamos inicialmente mencionar que essa forma de organização, baseada sobretudo em leituras e compartilhamento de relatos de experiências, é fruto das vivências do exílio. Contudo, para além de tais grupos, já em 1972 algumas reuniões de âmbito privado também aconteceram no país, influenciadas, na sua maioria, por ideias de organização vindas dos Estados Unidos e da Europa. De acordo com Pinto é impossível quantificar o número real de organizações assim, “Se seus grupos não

cresceram ou não tiveram visibilidade, ainda assim essas mulheres e seus temas preferenciais foram fundamentais a partir de 1975 no país.” (PINTO, 2003, p. 52)

Entre as militantes exiladas, vários grupos de reflexão foram formados. Pedro e Wolff explicam que:

As mulheres brasileiras que se exilararam em diferentes países formaram grupos de mulheres e feministas nestes lugares. Foi desta maneira que surgiu: (i) em Santiago do Chile, um grupo de mulheres coordenado por Zuleika Alambert; (ii) em Paris, França, surgiu o grupo de mulheres latino-americanas coordenado por Yolanda Cerquinha da Silva Prado, conhecida como Danda Prado. Este grupo publicou um periódico chamado “Nosotras”; (iii) em Paris, também, foi formado um grupo de mulheres brasileiras coordenado por Zuleika Alambert; (iv) ainda em Paris, criou-se o “Círculo de Mulheres de Paris”, que publicou uma revista chamada “Agora é que são elas”; (iv) em Lisboa, Portugal, criou-se também um grupo de reflexão formado por brasileiras exiladas. Este grupo se reunia no apartamento de Marli Moreira Alves. (PEDRO; WOLFF, 2011, p.402).

A organização e existência de tais grupos em diferentes locais e perdurando muitas vezes durante alguns anos nos fornece a dimensão do quanto necessário foi para as mulheres, seja no Brasil ou no exterior, compartilhar e refletir acerca das experiências acumuladas. No exílio, havia a preponderância numérica de mulheres que haviam participado de organizações de combate à ditadura e que almejavam a compreensão das suas vivências, muito embora companheiras de exilados também iniciaram uma tomada de consciência, questionando o porquê das suas vidas estarem atreladas de maneira tão profunda. Maricota da Silva (1980, p.35), ao acompanhar o marido no exílio e ter contato com um dos grupos de reflexão em Paris, afirmava:

Eu acho que nós mulheres deveríamos exigir que houvesse na nossa legislação uma nova figura jurídica: ‘a mulher do marido’, quer dizer, a mulher que casa com homem de esquerda, ela é de esquerda e pagará por todos os atos desse homem. Na prática é o que está acontecendo. (SILVA. In: COSTA et.al., 1980, p.35).

Para Maricota, o fato de ser casada com um homem de esquerda, fazia com que ela consequentemente também fosse responsabilizada pelos atos do marido. Sua vida seria dependente da dele. Na sequência, ela expande sua afirmação para àquelas casadas com homens de direita:

Tenho a impressão de que na esquerda há também um fenômeno que me parece que não é nem de esquerda nem de direita, é um fenômeno social muito mais complexo; é que a mulher é uma sombra, nem vou chamar do

marido, no momento, é uma sombra do companheiro. (SILVA. In: COSTA et.al., 1980, p.41).

A partir da análise do seu relato podemos compreender que o exílio e o contato com a reflexão proposta pelo grupo feminista fez com que a depoente, que nunca havia militado politicamente, tomasse consciência da sua opressão. Com tamanha mudança comportamental e de posturas, não tardou para que a reação dos próprios companheiros se iniciasse:

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. (PINTO, 2003, p.53).

Um exemplo de reação enfrentada pelo Grupo Latino Americano de Mulheres, cuja organização era capitaneada por Danda Prado<sup>31</sup>, foi a ameaça da Frente de Brasileiros no Exílio no que se refere ao cancelamento dos auxílios daquelas famílias cujas mulheres participassem das reuniões promovidas. Embora não tenha se concretizado na prática, percebemos neste episódio o potencial subversivo visto no movimento, o qual passou a politicar as relações privadas, colocando as mulheres como sujeitos ativos dentro de tal processo (PINTO, 2003, p.53).

Além das críticas vindas dos próprios companheiros, as questões relativas ao feminismo também eram objeto de censura por parte do governo ditatorial, o qual se proclamava defensor da moral do país. Como demonstram Amelinha Teles e Rosalina Leite (2013, p.42):

Em janeiro de 1967, a revista *Realidade*, de caráter nacional, da Editora Abril, pertencente à grande imprensa, teve sua edição de número 10 apreendida por ter sido totalmente censurada. Tratava-se de um número dedicado à mulher brasileira. A manchete era ‘A mulher brasileira hoje’. Ao lado dessa manchete, havia os seguintes destaques: ‘Pesquisa: o que elas pensam e querem’; ‘Confissões de uma moça livre’; ‘Ciência: o corpo feminino’; ‘Eu me orgulho de ser mãe solteira’; ‘Por que a mulher é superior’; ‘Assista um parto até o fim’. A edição era fruto de uma pesquisa realizada com 1.200 entrevistas sobre a mulher brasileira. Levantaram diversas situações vividas pelas mulheres e Carmen Silva, psicóloga e jornalista da

---

<sup>31</sup> Yolanda Cerquinha da Silva Prado, mais conhecido como Danda Prado, era filha de Caio Prado Junior e militou contra a ditadura civil militar pelo PCB. Com a prisão do pai exilou-se em Paris, onde se divorciou e, ao ter contato com o movimento feminista francês, criou o grupo de reflexão conhecido como Grupo de Mulheres Latino-Americanas. In: ROSA, 2013.

equipe, fazia críticas ao tratamento dado às seções de ‘Conselho Sentimental’ das revistas femininas. (TELES; LEITE, 2013, p.42).

Assim, as tentativas de frear a expansão do movimento eram provenientes de várias frentes, consideradas conservadoras ou até mesmo “progressistas”. A percepção de que, mesmo estando em organizações de luta revolucionária, as mulheres sofriam a violência patriarcal fez com que algumas certezas fossem desconstruídas. Assim:

[...] não foi algo fácil para mulheres formadas em uma perspectiva marxista tradicional reconhecer a significação da especificidade feminina. Tal mudança envolveu muitas contradições, muita luta que lhes permitisse a percepção da ironia de sua situação, nelas se manifestando a ‘síndrome do colonizado’, qual seja o paradoxo destacado pelos vietnamitas e argelinos: ‘é com o país, ou com o sexo colonizador, que aprendemos os valores que ele não nos aplica, e que retornamos então contra ele’, compreendendo-se daí a apropriação da palavra ‘libertação’, associada às lutas contra o colonialismo por correntes feministas, tornando-se metáfora instrumental para a confecção de um sentimento de solidariedade de gênero. (SOIHET, 2013, p.212-213).

Para Soihet, a tomada de consciência feminista representou o desencanto com muitos dos ideais propostos pela esquerda revolucionária que tantas mudanças propunha nos anos 1960. O conhecimento do feminismo e das suas proposições, para além dos estereótipos a que o mesmo se vinculava, fez com que ocorresse um encontro, em alternativa à militância tradicional até então preconizada. Sobre esse fato e seus reflexos posteriores, Amelinha, no depoimento a esta pesquisa deu especial atenção ao vivenciado na prisão:

Na prisão, a gente começou a discutir com algumas mulheres, poucas mulheres. [...] As mulheres eram muito mais sensíveis às questões do cotidiano, né. Na cadeia [...] as militantes que ficaram comigo, acho que quem era feminista mesmo, foi a Léo, essa que hoje é ministra das mulheres [Eleonora Menicucci]. Nós ficamos juntas na cadeia. Acho que nós duas que éramos mais feministas. As outras não eram. Mas elas ajudaram muito a gente a pensar o feminismo, a pensar a condição das mulheres, de discriminação, de submissão. Nenhuma delas chegou a ser dirigente, de nenhuma das organizações. (TELES, 2012).

Na sua narrativa é dada especial atenção ao trabalho de formação com outras presas políticas. Mesmo que, além dela e Leo, as outras presas não se enquadrasssem no seu conceito de feministas, o contato naquele momento foi importante para que algumas questões fossem pensadas de maneira mais

organizada, justificando novamente o preconceito existente nas organizações, ao afirmar que *nenhuma delas chegou a ser dirigente*. Novamente Amelinha se coloca enquanto feminista e aqui, com especial destaque, como formadora de novos quadros para o movimento que se iniciava.

Ao sair da prisão, sua atuação voltou-se para questões feministas e a divulgação das ideias. Nesse momento, devemos destacar a importância dos periódicos feministas que começaram a circular, no Brasil e entre as exiladas. Amelinha e Rosalina fazem referência, ressaltando, sobretudo, a importância dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, os quais embora possuindo discordâncias, foram de suma importância para a consolidação do feminismo no país:

Eram jornais voltados para uma consciência crítica das mulheres diante de sua situação histórica, e para motivá-las a se inserir no contexto da luta política de resistência à ditadura militar sem deixar suas questões específicas. Mas, principalmente, fazê-las entender que a revolução social tem que dar conta das necessidades das mulheres.(TELES; LEITE, 2013, p.65).

Também em Paris, entre 1974 e 1976, foi publicado o periódico *Nosotras*, vinculado ao grupo de Danda Prado. O mesmo também é considerado importante, pois as militantes refletiam, para além da situação nacional, o que se discutia entre as feministas fora do país, sobretudo francesas e aquelas lá exiladas. *Nosotras* entrava clandestinamente no país e, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2012, p.115): “Foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborarem seu próprio feminismo.”.

Os periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* são considerados de suma importância para compreendermos o início do movimento feminista no Brasil. Contudo, o que os mesmos compreendiam a partir do termo *feminismo*, bem como a maneira de atuação no espaço público era motivo de conflitos.

Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz analisam as especificidades de cada jornal na obra *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* e tecem comentários sobre a construção dos mesmos. Devemos fazer a ressalva que, ambas autoras foram militantes de grupos de resistência à ditadura e se vincularam ao jornal *Brasil Mulher*. Inicialmente percebemos que as autoras, já no título da obra, atrelam a organização do

movimento ao ano de 1975, ou seja, como mencionado por Joana Pedro o seu marco é aquele que os grupos de esquerda estabeleceram.

A narrativa sobre o feminismo enfatiza o movimento contra a carestia como marco daquele momento: “As mulheres da periferia se organizaram no movimento contra a carestia, que ficou conhecido como Movimento do Custo de Vida. Foi o primeiro movimento popular e de massas que ousou ir às ruas, depois da decretação do AI-5.” (TELES; LEITE; 2013, p. 51). Percebemos a importância oferecida pelas autoras às demandas relativas ao trabalho e à busca por melhores condições de vida, o que as leva a considerar a organização enquanto momento fundante do feminismo no país.

A divergência entre os grupos mencionados se refere à maneira como se compreendeu e se tentou discutir o feminismo no Brasil. Para um dos grupos, vinculado ao *Brasil Mulher*, entre as questões consideradas essenciais estavam a luta por moradia, por creche, por equidade salarial, dentre outras. Já a discussão vinculada à subjetividade, aos direitos sexuais e ao aborto eram consideradas de maior importância pelo *Nós Mulheres*. Eis a causa de embates entre suas participantes. Amelinha e Rosalina Leite justificam a dificuldade de discussão de temas consideradas tabus, considerando tal perspectiva enquanto decorrente do contexto político e da pouca abertura da época:

As questões relativas à sexualidade, e em especial à sexualidade feminina, eram, naquela conjuntura, ainda pouco conhecidas. Eram escassos os estudos sobre cotidiano, poder e violência doméstica, nem mesmo a categoria gênero era conhecida pelas feministas brasileiras. Portanto, seria apressado afirmar, com o olhar crítico de hoje, que as feministas não enfrentaram as questões ligadas à sexualidade e ao poder. Para que isso fosse possível, com a clareza necessária que exigem tais temáticas, era necessário o acúmulo teórico e o avanço político que nos permitem ter um novo olhar hoje.

Além do mais, as feministas naquela época enfrentavam conflitos com a própria esquerda, com a Igreja e com outros setores da sociedade civil, em decorrência do preconceito em relação a tornar público o debate de questões como sexualidade, prazer e aborto. Portanto, a forma como as feministas introduziram a questão da politização das relações privadas e a política do corpo, está nos marcos possíveis desse momento histórico da vida política brasileira, num ambiente de relações conflituosas e tensas entre homens e mulheres, entre os militantes da oposição, no que diz respeito às muitas transformações no campo do comportamento humano, influenciadas pela revolução cultural da época. (TELES; LEITE, 2013, p. 207-208).

Apesar das disputas, devemos compreender as distintas maneiras de organização e a escolha dos temas discutidos como parte do processo histórico que o Brasil vivia na época, cujo espaço para a discussão sobre o tema *mulheres* se iniciava. Amelinha e Rosalina assim definem o feminismo daquele momento:

[...] o feminismo que se desenvolve nos anos de 1970 vem comprometido com as organizações políticas de esquerda que enfrentaram a ditadura militar. É um feminismo que se constrói dentro de um processo histórico no qual emergem necessidades gerais da sociedade. Não é um feminismo isolado, à margem de uma trajetória histórica e política. Pretende integrar-se a uma luta geral, intimamente vinculado às mais diversas manifestações e expressões sociais. O feminismo assim compreendido é uma ciência e uma prática que nascem das experiências individuais das mulheres, quando reelaboradas num contexto coletivo de mulheres, é um feminismo composto de ações coletivas que dialogam com amplos setores da sociedade. (TELES; LEITE, 2013, p.73).

Para Célio Pinto, (2003, p. 62) a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em 1975 foi o momento de inauguração dos estudos sobre a condição da mulher no Brasil. Acreditamos que tal momento foi deveras importante, contudo, estudos sobre a mulher já existiam. Citamos, a título de exemplificação, a tese de Heleith Saffioti defendida em 1967 e publicada em 1976, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

Mesmo não organizada enquanto movimento social, a discussão sobre a questão das mulheres, ainda que não nomeada como movimento feminista, estava presente na sociedade. Pedro e Wolff falam de três momentos relevantes para a compreensão de seu desenrolar no país:

1) anterior a 1975, composto por mulheres intelectualizadas, que trouxeram do exterior livros, artigos e idéias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos; 2) a partir de 1975, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, um feminismo controlado pelos grupos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura e pela anistia; 3) a partir do final da década de 1970, com o retorno das exiladas e o estabelecimento de diálogos mais fortes entre os feminismos no Brasil e o movimento internacional. (PEDRO; WOLFF, 2007, p.59).

As demandas feministas foram apropriadas por militantes em momentos diferentes: no primeiro deles com manifestações na sua maioria individuais ou a partir dos grupos privados de reflexão; depois de maneira mais organizada em torno de demandas gerais, (mesmo com as disputas existentes entre aquelas que reivindicavam as lutas mais amplas e aquelas que valorizavam sobretudo aspectos

encarados como secundários); no terceiro momento, já com o processo de abertura política iniciado, as demandas foram todas articuladas, de maneira que as pautas antes consideradas de menor importância ganharam mais espaço.

Nesse contexto de aumento das lutas, é importante mencionarmos a criação do Movimento Feminino pela Anistia, cuja principal expoente foi Therezinha Zerbini. Mesmo criado em 1975, ano emblemático para as mulheres, o mesmo não se considerava feminista, mas sim um aglutinador de forças que passaram a lutar pela bandeira da anistia no país. Algumas vezes se utilizava dos próprios estereótipos destinados às mulheres, como pacíficas e capazes de perdoar, para legitimar suas bandeiras. Mesmo com tais ressalvas, Amelinha e Rosalina Leite encaram o movimento enquanto um dos propulsores da retomada das lutas sociais no país, enfatizando sua atuação conjunta com os movimentos feministas:

As articulações entre movimentos femininos e feministas tiveram importante papel na reconstrução democrática do país, sendo a sua contribuição mais importante a denúncia da exploração/subordinação das mulheres em suas múltiplas faces, entre as mulheres da classe trabalhadora dando ao feminismo brasileiro a qualidade de ter sido construído no campo da esquerda, com traços marxistas, comprometido com libertação das mulheres e da classe trabalhadora. (TELES; LEITE, 2013, p.280-281).

Ou seja, a reconstrução do feminismo no país ocorreu em meio a diversos embates políticos e em relação aos principais pontos de luta. Aspecto que ainda se faz presente e que mantém a diversidade de reivindicações apropriadas por distintos grupos.

### **3.3 E hoje?**

De maneira a encerrar as entrevistas com as militantes consideramos pertinente questionar a sua interpretação sobre o movimento feminista na atualidade. Com tal questão intentamos compreender se as ideias e práticas propostas foram objeto de reflexão e apropriação, de maneira a se fazerem presente na vida das militantes.

Em diversos momentos mencionamos o fato de Amelinha ser um dos principais nomes do feminismo nacional, de maneira que sua vida ainda é caracterizada pela militância entre os familiares de mortos e desaparecidos políticos

e na Marcha Mundial de Mulheres. Sua resposta à pergunta é exemplificativa do quanto essencial considera o movimento:

A nossa luta cresceu, nós conquistamos muito, mas os desafios se apresentam de uma forma mais visível e maior né, maior volume. Porque vão se revelando muitas discriminações que a gente nem tinha tomado conhecimento em 75, entendeu. Então cresce também o volume de questões que nós temos que resolver. (TELES, 2012).

Na sua análise, a consciência da discriminação de gênero não faz com que a mesma diminua, mas sim aumente, o que torna a militância para a sua resolução ainda de maior importância. Imaculada possui uma visão semelhante, pois ao afirmar que “Nós rompemos muita coisa e hoje precisa mais.” (2014), coloca-se enquanto partícipe do processo desencadeado, sobretudo nas questões relativas aos direitos trabalhistas, considerando que a necessidade de se aprofundar nas discussões e pautas de luta ainda é presente.

Quando questionamos Leni sobre a importância que dedicava ao movimento feminista e suas demandas, ela foi objetiva: “Eu trabalho com gênero hoje. (risos)” (2014). Enquanto professora universitária, Leni produz trabalhos acadêmicos acerca do encarceramento feminino. Na sua concepção, o feminismo é indissociável dos estudos de gênero, de maneira que dedica especial atenção a área.

Derlei, mesmo não se identificando enquanto feminista, considera o movimento e suas reivindicações legítimas e de importância social, citando o exemplo da atual Presidenta da República:

Pode ver a própria Dilma. A Dilma é... ela é... garantiu o status dela independente de homem, entende. Muitas mulheres, eu conheço muitas mulheres que não fizeram, que ficaram dependentes. Mas muitas mulheres... nós fizemos isso na prática, a gente não teorizava sobre isso, a gente não parava para pensar sobre isso. (LUCA, 2013).

O seu relato é emblemático no sentido de que percebe a mudança enquanto independente de teorização ou não a partir de uma perspectiva feminista. O importante foi fazer. Claro que essa análise só é possível com o decorrer do tempo e a mediação da memória, realizando a avaliação sobre os efeitos da experiência no longo prazo.

A análise de Gilse sobre o feminismo é marcada sobre sua própria vivência na ala feminina do seu partido, o PCdoB. As experiências daí decorrentes fazem

com que a mesma afirme: “Algumas conquistas foram obtidas na minha trajetória do movimento de mulheres, mas os problemas, todos eles, nenhum deles foi sanado. Sanado não.” (COSENZA, 2014). Ou seja, conclui que, mesmo com os avanços que ocorrem, os problemas específicos enfrentados ainda estão presentes cotidianamente.

Nesses relatos, sobretudo na questão final que se colocou sobre o feminismo na atualidade e a importância da sua vivência para que o mesmo fosse reconhecido enquanto movimento social, percebemos nitidamente a mediação realizada pela memória na construção das narrativas. O caso de Derlei, nesse sentido, é exemplificativo, pois, mesmo não se identificando enquanto feminista, confere importância às barreiras quebradas pelas mulheres da sua geração.

Cyntia Sarti enfatiza a importância da contextualização do movimento, para entender a sua dinâmica e a significação a ele conferida: “As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá significado.” (2004, p.44). Dessa maneira, compreendemos o feminismo brasileiro de modo peculiar, em virtude dos muitos embates travados dentro do próprio movimento sobre o desejava combater.

\*\*\*\*\*

Ao término do capítulo e dentro dos parâmetros propostos, podemos concluir que o feminismo, enquanto movimento social e com discussão teórica, foi ressonante entre as militantes entrevistadas, sobretudo àquelas com ele identificados. A memória, enquanto componente mediador da narrativa, nas perspectivas de Pollak (1992) e Candau (2012), tem um importante papel na maneira como as depoentes configuram sua identidade, feminista ou não. O conceito de gênero, no entanto, perpassa todas as narrativas, independentemente de tal identificação, de maneira que a problematização ocorria mesmo que inconscientemente, naquilo nomeado por Friedan como o “mal-estar sem nome”. Nesse sentido, a experiência do exílio foi, para muitas, o despertar da consciência de gênero.

A memória sobre os momentos fundantes do feminismo brasileiro é objeto de disputa. Percebemos que a memória predominante é aquela que confere ao ano de 1975 especial importância, sobretudo com o apoio da ONU ao evento realizado no país, de maneira que Amelinha com ela se identifica. Contudo, não devemos desconsiderar a relevância do que já se publicava, sobretudo a partir dos escritos de Carmen Silva, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti. Inclusive, a narrativa das militantes destaca o referido ano como de maior relevância, o que analisamos enquanto um indicativo do interesse pessoal que o tema começa a despertar.

Contudo, mesmo com as disputas que envolviam o que considerar prioritário para o movimento, a decepção com a esquerda tradicional combinada com a tomada de consciência de gênero foi um dos principais fatores para que muitas militantes passassem a atuar no movimento feminista. O modo como atribuem significado ao mesmo na atualidade é o principal indicador de tal percepção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No momento da escrita da conclusão do trabalho, militantes feministas comemoram a sanção presidencial do projeto de lei que transforma o feminicídio em crime hediondo<sup>32</sup>. Lei sancionada por uma mulher que militou contra a ditadura e conheceu o pior dos cárceres. No último mês, fevereiro de 2015, a Revista de História da Biblioteca Nacional dedicou o dossiê da edição à temática dos feminismos<sup>33</sup>. Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade apresentou à sociedade brasileira seu relatório final, onde são analisadas as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial, dentre elas, a violência de gênero<sup>34</sup>. O que tais fatos possuem em comum? O fato da discussão proposta pelo feminismo ser extremamente necessária e atual.

É difícil concluir um trabalho em que os processos objeto de análise estão no centro de disputas, onde a discussão é cotidiana e se apresentam novas análises quase que diariamente. Contudo, tentaremos traçar algumas linhas gerais do analisado até o presente, de maneira a contribuir para o debate.

A partir de inquietações pessoais, relacionadas sobretudo com o que é discutido atualmente pelo movimento feminista, desejamos compreender como e quando essas demandas começaram a ser apropriadas e discutidas pelas mulheres. Nesse momento, chegamos à ditadura civil-militar, aos anos 1960, ao feminismo de Segunda Onda e toda a efervescência daí derivada.

---

<sup>32</sup> Notícia completa: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/dilma-sanciona-lei-que-torna-hediondo-o-crime-de-feminicidio,a10407538200c410VgnVCM10000098cceboaRCRD.html>>.

<sup>33</sup> Link para a revista: <<http://www.revistadehistoria.com.br/>>.

<sup>34</sup> Link para acessar o relatório completo: <<http://www.cnv.gov.br/>>.

Ao propor a realização do trabalho, intentamos inicialmente compreender a forma como as mulheres se inseriram no combate à ditadura, tendo em vista as reivindicações propostas pelo movimento feminista de Segunda Onda, sobretudo a partir da década de 1960. Para a compreensão do tema, optamos inicialmente por situar o contexto do qual partimos, para a sua posterior análise. No primeiro momento é caracterizado o que compreendemos por feminismo de Segunda Onda, bem como sobre suas e reivindicações, concluindo que suas peculiaridades e características principais se relacionam com as demandas referentes aos direitos sobre o corpo, a expressão da livre sexualidade, em suma, contra a opressão advinda do sistema patriarcal. A partir disso, situamos o cenário político brasileiro, que a partir de 1964 enfrentou, com a instalação da ditadura civil-militar, a violenta repressão contra aqueles que, em maior ou menor medida, resistiram ao arbítrio. Com o aumento das lutas sociais ainda antes do golpe, organizações com propostas revolucionárias e/ou reformistas se organizaram no país, com o intuito de alcançar mudanças de cunho estrutural. Contudo, com o acirramento da perseguição política e a repressão dela decorrente, tais grupos concentraram seus esforços no combate à ditadura. Foi por meio deles que as mulheres se inseriram politicamente, sobretudo a partir da inicial participação no movimento estudantil secundário e universitário. Concluímos, a partir disso, corroborando o que afirma Wolff (2010), que a inserção em outros espaços educacionais, sobretudo de nível superior, foi fundamental para o significativo aumento da militância política feminina.

A partir de tal contextualização buscamos analisar no segundo capítulo como se deu o processo da militância, clandestina ou não, enfatizando as características de gênero que permeiam a narrativa das entrevistadas, percebendo que estas se fazem presente nos relatos das sete depoentes, bem como naqueles publicados nas obras de memória utilizadas. Para a melhor compreensão dos temas abarcados dividimos o capítulo em três momentos considerados significativos na sua trajetória: as atividades da militância, o sequestro/tortura/prisão e o retorno à vida legal.

Com tal divisão, baseada especialmente na cronologia dos eventos dos quais participaram, acreditamos que a narrativa adquiriu maior inteligibilidade. Assim, concluímos que a narrativa das militantes, mesmo aquelas que não se

consideram feministas, é permeada por elementos constitutivos das percepções de gênero. Acreditamos que tal incorporação ocorreu a partir de experiências posteriores, especialmente a partir do processo de auto-crítica desencadeado, sobretudo, a partir do aniquilamento das organizações revolucionárias.

A partir de tal análise o terceiro capítulo problematizou a forma como as militantes compreenderam/compreendem o movimento feminista e as suas demandas. Com a análise das fontes concluímos que a percepção de cada militante foi diferente – passando pela indiferença em relação ao movimento até a completa concordância com as demandas reivindicadas. Nesse sentido, as que tiveram contato com o feminismo, mesmo que posteriormente (Amelinha, Gilse, Nilce e Leni), atribuíram um significado muito maior ao movimento do que aquelas que não tiveram (Suzana, Derlei e Imaculada). Compreendemos tal posicionamento a partir da incorporação do feminismo na trajetória das militantes, de maneira a legitimar –se enquanto feminista, de forma que os rearranjos memoriais atribuíram um significado de relevância às pautas feministas.

Com isso intentamos compreender a maneira como se organizou o movimento feminista nacional, especialmente nos primeiros anos da década de 1970. Em virtude dos vários tensionamentos entre as correntes que o compunham (aqueelas preocupadas com lutas consideradas mais gerais e as que consideravam de maior relevância os temas ligados à subjetividade) o movimento feminista brasileiro se formou com características peculiares, sobretudo no ponto convergente entre as militantes: a luta contra o regime ditatorial e pelo retorno à democracia.

Tendo em vista tais considerações, de maneira a encerrar o trabalho, procuramos fazer alguns apontamentos. Devemos ressaltar, contudo, que as conclusões são provisórias, dentro do limite que é uma dissertação e considerando que a interpretação histórica é contínua e não encerra fórmulas prontas.

A memória das militantes, compreendida sobretudo a partir do que elencam Candau (2012), Pollak (1989;1992) e Portelli (1997;2006), apresenta em vários momentos, mesmo que involuntariamente, componentes de gênero (SCOTT, 1995). Assim, a resposta para que a questão central proposta no início do trabalho, a partir das fontes analisadas é a de que a compreensão sobre o movimento feminista e suas demandas propostas em meados dos anos 1960 e 1970 foi variável, conforme

a intensidade da posterior militância feminista das mulheres. Assim, percebemos uma intrínseca relação entre os rearranjos memoriais sobre o feminismo e suas demandas e a posterior militância/ou pesquisas a ele relacionadas.

Assim, mesmo com os conflitos que fizeram parte de todo o processo de organização do movimento no país, a militância em grupos de resistência à ditadura civil-militar fez com que as mulheres deles participantes percebessem que a concepção predominante entre a esquerda da época, de que a revolução socialista e a derrubada da ditadura seriam a solução automática para todos os problemas considerados específicos, não era válida. A experiência do exílio foi muito importante para que as militantes entrassem em contato com o que se discutia em outros países e avaliassem a sua experiência política no Brasil. Da mesma forma, aquelas que aqui ficaram, ao contatar tais ideias, compreenderam-nas a partir do contexto interno, por isso as divergências.

Ainda é importante ressaltar que, mesmo aquelas que não militam no movimento e/ou se consideram feministas, atribuem uma importância ao que é reivindicado.

Como já mencionado, as análises realizadas são constantemente atualizadas, seja em virtude de outros olhares lançados ao tema, seja pelo constante rearranjo memorial das próprias militantes do período. Assim concluímos o texto com a percepção de o debate sobre o tema deve ser contínuo, tamanha sua importância para que se alcance a tão propalada igualdade de gênero, bem como a superação dos resquícios ditoriais presentes no país.

## LISTA DE FONTES

### 1) Fontes orais:

CARDOSO, Nilce Azevedo. Porto Alegre: 06/06/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: uma hora.

COSENZA, Gilse Maria Westin. Belo Horizonte: 20/03/2014. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: uma hora e 12 minutos.

COLARES, Leni Beatriz Correia. Pelotas: 30/09/2014. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 48 minutos.

DE LUCA, Derlei. Florianópolis, 18/09/2013. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 13 minutos.

LISBOA, Suzana Keninger. Porto Alegre, 11/05/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: uma hora.

OLIVEIRA, Imaculada Conceição. Belo Horizonte: 19/03/2014. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Passo Fundo: 20/04/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: Uma hora e 7minutos.

### 2) Fontes bibliográficas (obras de memória):

CARVALHO, René France de. **Uma vida de lutas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

COSTA, Albertina de Oliveira; et.al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

MELONI, Catarina. **1968: O tempo das escolhas** São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. Pg. 284-292.

3) Periódicos:

Jornal A CLASSE OPERÁRIA, entre 1967 e 1975. Números 16 ao 102. Os seguintes exemplares não foram contemplados pela pesquisa, em virtude da sua não localização: 18, 37, 50,51,52, 71,72 e 91. O restante dos periódicos podem ser encontrados nos seguintes sites da internet: <  
[http://grabois.org.br/portal/cdm/revistas.capa.php?id\\_sessao=51](http://grabois.org.br/portal/cdm/revistas.capa.php?id_sessao=51)> e <  
[http://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe\\_operaria/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm)>

4) Documentos:

AARÃO REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de. . (orgs). **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARQUIVOS DA CIDADE. Direção: Felipe Diniz e Luciana Knijnik. Porto Alegre: Cris Reque produtora: 2009. 30 min. MINIDV: 29'11".
- ARENKT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais.** Petrópolis: Vozes, 1996, 28<sup>a</sup>edição.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DPeA, 2003.
- BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.** Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1960, v.1.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida.** Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1960, v.2.
- BORGES, Joana Vieira. **Para além do “tornar-se”: ressonâncias das leituras feministas de o Segundo Sexo no Brasil.** 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BORGES, Joana Vieira. Leituras Feministas de O Segundo Sexo no Brasil e na Argentina. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 119-143.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8<sup>a</sup>ed. P. 183-191.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_ A memória e o princípio da perda. **Diálogos**. Marigá, v.16, nº3, p.843-872, set/dez2012.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 174- 190.

COUTO, Mia. **A confissão da Ieoá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16(1), p. 271-276, janeiro-abril/2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Crimes sem anistia. In: TELES, Janaína (org). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, 2<sup>a</sup> Ed, p. 31-33.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111- 153.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 1, p.187-199, 1994.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.14(1), p.287-293, janeiro-abril/2006.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELMIR, Claudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: O jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: o século XX.** Porto: Edições Afrontamento, 1995, p.583-611.

FARIAS, Francisco Ramos de. Memória, trauma social e elaboração. **Diálogos.** Maringá, v.16, n.3, p.925-950, set-dez/2012.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: CODECRI, 1979.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidade de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu.** Campinas, v.8(9), p. 319-342, 1997.

GASPAROTTO, Alessandra. Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil: caracterização e possibilidades de investigação. **Acervo.** Rio de Janeiro, v.27, nº1, p.167-182, jan/jun 2014.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v.5, nº2, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAUG, Frigga. O novo movimento feminista. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. **Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 43-51.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO; Joana; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 145-63.

INSUELA, Julia Biachi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971).** 2011. 219f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 170f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LISBOA, Nei. “**E a revolução**”. *Cena Beatnik*. Antídoto, 2001.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8<sup>a</sup>ed, p. 15-25.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. 301f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MERLINO, Tatiana. **Direito à Memória e à Verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MERLINO, Tatiana; et. al. **Infância roubada – crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Assembleia Legislativa de SP, 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de sociologia**. Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. O MDB e os intelectuais. **VARIA HISTÓRIA**. Belo Horizonte, nº12, p.104-113, dez/1993.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

OBERTI, Alejandra. Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 13-30.

PADROS, Enrique; SIMÕES, Ananda. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os ‘anos de chumbo’ no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra, et al. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio**

**Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** Porto Alegre, Corag, 2009, vol.2, p.33-48.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, nº52, vol.26, dez 2006.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História.** São Paulo, v. 24, nº1, 2005, p.77-98.

\_\_\_\_\_; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos.** São Leopoldo, vol.15 (3); p. 398-405, set-dez/2011.

\_\_\_\_\_. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura.** Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan/jun.2007

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos.** Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>; DOI : 10.4000/nuevomundo.229>. Acesso em: 11/11/2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: o caso Brasileiro. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da Ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010, pg. 91-107.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História.** São Paulo: PUC-SP, n.15, p.13-49, abril/1997, p.13-49.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História,** São Paulo, nº 14, p.25-39, Fev/1997, p.25-39.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de

Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8<sup>a</sup>ed, p. 103-130.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu.** Campinas, v.11, p.89-94, 1998.

\_\_\_\_\_. Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global. **Labrys: Estudos Feministas.** nº 3 (1), jan/jul 2003.

RIBEIRO, Bruno. Helenira **Resende e a Guerrilha do Araguaia.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN.** 2011. 418p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **A construção das identidades feministas nos anos 1970.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis: 2010. Anais eletrônicos.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social.** São Paulo, v.2(2), p. 113-128, 2.sem. 1990.

\_\_\_\_\_. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RODEGHERO, Carla. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. **Anais IX Encontro Estadual de História.** Porto Alegre. ANPUHRS, 2008. v. 1.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: Ferreira, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 4, p.43-91.

\_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias e luta armada. **REVISTA TALLER - SEGUNDA EPOCA Sociedad, Cultura y Política en América Latina,** v. 1, p. 201-234, 2012.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante.** São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Estatuto epistêmico do testemunho das vítimas: o desaparecido, paradigma do testemunho indizível. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição.** Brasília: Ministério da Justiça, nº9, p;50-73, jan/jun. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: Definições Ideológicas e Trajetórias Políticas. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 63-104.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis: vol. 12, p.35-50, maio-agosto/2004.

\_\_\_\_\_. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de pesquisa.** São Paulo, v. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson [et al]. **História oral, desigualdades e diferenças.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 83-96.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pg.63-95.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº2, p.71-99, jul/dez.1995.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e historias traumáticas. In: **História Oral: Associação Brasileira de História Oral.** São Paulo, nº04, p.73-83, junho de 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica.** Rio de Janeiro, vol.20, nº1, p.65-82, 2008.

SYRKIS, Alfredo. **Os carbonários: memórias da guerrilha perdida.** São Paulo: Global Editora, 1980.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena.** Rio de Janeiro:7Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 208-224.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SUPERANZA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-251, jun./dez. 2006.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: **História das Mulheres no Ocidente: O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 9-23.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 8<sup>a</sup>ed.

WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PEDRO, Joana; PINSKY, Carla. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. Pg. 423-446.

\_\_\_\_\_. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 138-55.

\_\_\_\_\_. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº54, p.19-38, 2007.

\_\_\_\_\_. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 13(2), p.124-130, Maio/Agosto 2009.